

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ  
CAMPUS DE FRANCISCO BELTRÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO MESTRADO EM GEOGRAFIA**

**VALDIR SKRZYPCZAK**

**A EDUCAÇÃO/QUALIFICAÇÃO DOS TRABALHADORES DO CAMPO E DA  
CIDADE NA LÓGICA DO CAPITAL AGROINDUSTRIAL,  
NA CIDADE DE XAXIM (SC)**

**THE EDUCATION/QUALIFICATION OF COUNTRYSIDE WORKERS AND THE  
CITY WORKERS IN THE LOGICAL OF AGROINDUSTRY CAPITAL,  
IN XAXIM CITY (SC)**

**FRANCISCO BELTRÃO**

**2013**

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ  
CAMPUS DE FRANCISCO BELTRÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO MESTRADO EM GEOGRAFIA**

**VALDIR SKRZYPCZAK**

**A EDUCAÇÃO/QUALIFICAÇÃO DOS TRABALHADORES DO CAMPO E DA  
CIDADE NA LÓGICA DO CAPITAL AGROINDUSTRIAL,  
NA CIDADE DE XAXIM (SC)**

Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – *Campus* de Francisco Beltrão, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Geografia, na linha de pesquisa Educação e o Ensino de Geografia.

Orientadora: Dra. Marli Terezinha Szumilo Schlosser

**FRANCISCO BELTRÃO**

**2013**

Catálogo na Publicação (CIP)  
Sistema de Bibliotecas - UNIOESTE – Campus Francisco Beltrão

Skrzypczak, Valdir

S629 A educação/qualificação dos trabalhadores do campo e da cidade na lógica do capital agroindustrial, na cidade de Xaxim (SC). / Valdir Skrzypczak. – Francisco Beltrão, 2013.

148 f.

Orientador: Dra. Marli Terezinha Szumilo Schlosser.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Campus de Francisco Beltrão.

1. Agroindústrias – Xaxim – Santa Catarina. 2. Educação. 3. Trabalhadores - Alienação. 4. Produção capitalista. I. Schlosser, Marli Terezinha Szumilo. II. Título.

CDD – 331.98164

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS – CCH  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA – NÍVEL DE MESTRADO**

**DISSERTAÇÃO DE MESTRADO**

**A EDUCAÇÃO/ QUALIFICAÇÃO DOS TRABALHADORES DO  
CAMPO E DA CIDADE NA LÓGICA DO CAPITAL  
AGROINDUSTRIAL, NA CIDADE DE XAXIM (SC)**

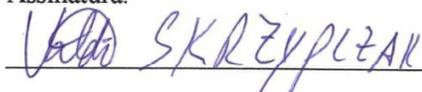
**Autor:** Valdir Skrzypczak

**Orientadora:** Profa. Dra. Marli Terezinha Szumilo Schlosser

Este exemplar corresponde à redação final da  
Dissertação defendida por Valdir Skrzypczak e  
aprovada pela comissão julgadora.

Data: 30 / 08 / 2013

Assinatura:

  
\_\_\_\_\_

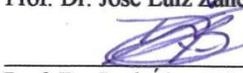
Comissão Julgadora:

  
\_\_\_\_\_

Profa. Dra. Marli Terezinha Szumilo Schlosser  
(UNIOESTE – M.C.R)

  
\_\_\_\_\_

Prof. Dr. José Luiz Zanella (UNIOESTE – F.B)

  
\_\_\_\_\_

Prof. Dr. José Álvaro de Lima Cardoso (DIEESE/  
UNIFEBE)

## **DEDICATÓRIA**

Dedico este trabalho aos meus pais Antonio e Danuta (in memorian), pela força e incentivo durante a realização da pesquisa.

Aos companheiros de luta sindical Odacir, Paulo, Gildomar e Sonia, que auxiliaram com sugestões e debates acerca da temática.

Aos camponeses integrados e trabalhadores da agroindústria, que proporcionaram a realização da pesquisa, com seus valorosos depoimentos.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a professora Dra. Marli Terezinha Szumilo Schlosser pela rigidez nas correções que foram fundamentais para a realização do trabalho. Suas sugestões proporcionaram êxito nas análises e sua intelectualidade segurança na escrita. Meu eterno agradecimento.

Aos professores José Luiz e Mafalda pelas importantes observações e sugestões na banca de qualificação.

As professoras Janete e Ivania do CEJAX, pelo apoio e sugestões durante a pesquisa.

Aos colegas pesquisadores do mestrado em Geografia do Campus de Francisco Beltrão, em especial a Geliane pelas valorosas sugestões/contribuições durante a realização da dissertação.

A companheira de trabalho Silvia pela leitura e revisão do texto, nosso agradecimento.

Enfim, agradeço a toda minha família pelo companheirismo e apoio durante a realização do trabalho.

## RESUMO

A região Oeste de Santa Catarina tem como base à dependência com grandes grupos econômicos agroindustriais, como a BRF, Aurora e Diplomata Industrial e Comercial LTDA, que dominam o setor de carnes de aves/suínos e seus derivados. Na relação dialética entre o campo, a cidade e a agroindústria, os trabalhadores, vêm constantemente se qualificando/desqualificando para atender os interesses da produção e reprodução do capital, impostas pelos complexos agroindustriais que buscam atender às exigências do mercado internacional. Ao se qualificar/desqualificar, o trabalhador vive um processo contraditório e de confronto nas relações sociais de produção (KUENZER, 2011). O capital ao exigir maior escolarização do proletário, simplifica as atividades no interior da indústria, desenvolvendo a pedagogia capitalista das habilidades e competências, pois expropria o saber nas relações de trabalho e internaliza as formas de produção estranhadas. Assim o trabalhador busca ampliar a escolarização formal, porém permanece nas condições assalariadas da agroindústria, que busca constantemente capturar a subjetividade para o consenso das formas de produção capitalistas, envolvendo o proletário na trama das relações de controle e domínio. A área de estudo compreende o município de Xaxim, no Oeste Catarinense, caracterizado pela presença de grandes grupos agroindustriais, além de um significativo setor de comércio e serviços. O período a ser pesquisado compreende as décadas de 1960 a 2010, caracterizado por profundas transformações no campo e na cidade, resultado da reestruturação produtiva do capital e das transformações no mundo do trabalho.

Palavras-chave: educação; trabalho; alienação; cidade; campo; agroindústria.

## **ABSTRACT**

### **EDUCATION / QUALIFICATIONS FIELD WORKERS AND THE LOGIC OF CAPITAL CITY AGROINDUSTRIAL, THE CITY OF XAXIM (SC)**

The western region of Santa Catarina is based in the dependence of large economic agro-industrial groups, as BRF, Aurora and Diplomata Industrial and Commercial LTD, which dominate the sector of poultry/pork and its derivatives. In the dialectical relation between the countryside, the city and the agroindustry, the workers have been often qualified/disqualified to take care of the production's interest and the capital's reproduction, imposed by the agro-industrial complex which tries to meet the international market's demands. When the workers qualify/disqualify, they live a contradictory process and a confrontation in the social relations of the production (KUENZER, 2011). When the capital requires more education of the proletarian, it simplifies the activities in the industry, developing the capitalist pedagogy of the skills and competencies, because it expropriates the knowledge in the work relations and internalizes the estranged productions' forms. So the worker tries to enlarge the formal schooling, however he/she continues in the employed conditions of the agroindustry, which often tries to capture the subjectivity for the forms' consensus of the capitalist production, involving the proletarian in the fabric of the control and mastery's relations. The study's area comprises the municipality of Xaxim, in the Western Catarinense, characterized by the presence of large agro-industrial groups, besides of a significant trade and service's sector. The period to be searched involves the decades from 1960 to 2010, characterized by deep transformations in the labor's world.

Key words: education; work; alienation; city; countryside; agroindustry.

## LISTA DE FOTOS

Foto 1. Escola Multisseriada Municipal Limeira – Xaxim (SC) .....	37
Foto 2. Vista parcial de Xaxim, no ano de 1942 .....	45
Foto 3. Frigorífico Diplomata de Xaxim - SC .....	47
Foto 4. Frigorífico Diadema em Xaxim, no ano de 1946 .....	55
Foto 5. Trabalhadores no interior da agroindústria Diplomata.....	92
Foto 6. Trabalhadores no setor de recepção de aves na agroindústria Diplomata .	105
Foto 7. Integração como (des)realização do trabalho camponês.....	116
Foto 8. Trabalho alienado na relação com o capital.....	120
Foto 9. Propriedade camponesa familiar moderna.....	123

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Mapa da localização dos distritos de Pilão de Pedra e Linha Limeira, no interior do município de Xaxim (SC).....	41
Figura 2. Mapa da área territorial do município de Xaxim, na região Oeste de Santa Catarina.....	46
Figura 3. Mapa da expansão territorial da agroindústria Diplomata no Brasil .....	61
Figura 4. Mapa da concentração avícola da agroindústria Diplomata de Xaxim/SC, na Região Oeste de Santa Catarina.....	65

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1. Educação formal e não formal – Escolarização X Aprendizagem .....	72
Quadro 2 - Carga horária por fase ou série no CEJAX de Xaxim .....	88
Quadro 3. Trabalhador (des)qualificado no toyotismo.....	107
Quadro 4. Liberdades e bem estar capital.....	125

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1. Dificuldades de aprendizagem dos trabalhadores na escola CEJAX .....	103
Gráfico 2. Funções dos trabalhadores na agroindústria.....	109
Gráfico 3. Construção física dos aviários por propriedade.....	112
Gráfico 4. Primeiras instruções para manusear com as máquinas e equipamentos automáticos no aviário .....	118
Gráfico 5. Escolaridade dos avicultores na agroindústria.....	121
Gráfico 6. Escolaridade dos filhos dos avicultores .....	122

## LISTA DE APÊNDICES

Apêndice A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE .....	141
Apêndice B – Roteiro para entrevistas com os avicultores da agroindústria Diplomata no município de Xaxim - SC .....	142
Apêndice C – Roteiro para entrevistas com os trabalhadores da agroindústria no município de Xaxim – SC .....	146
Apêndice D – Roteiro para entrevista com a gerência da agroindústria Diplomata Industrial e Comercial Ltda. de Xaxim SC .....	148

## LISTA DE SIGLAS

ACARESC - Associação de Crédito e Assistência Rural de Santa Catarina  
BADESC - Banco de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina  
BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social  
CEJA – Centro de Educação de Jovens e Adultos  
CEJAX – Centro de Educação de Jovens e Adultos de Xaxim  
CIDASC – Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina  
CMEX – Conselho Municipal de Educação de Xaxim  
EJA – Educação de Jovens e Adultos  
EPAGRI – Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina  
FGTS - Fundo de Garantia por Tempo de Serviço  
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica  
LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Básica  
MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento  
MEC – Ministério da Educação e Cultura  
NAES – Núcleo Avançado de Ensino Supletivo  
PCNs – Parâmetros Curriculares Nacionais  
PPP – Projeto Político-Pedagógico  
SMEC – Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Xaxim  
SIF – Serviço de Inspeção Federal  
SINTRAC - Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Carnes de Xaxim

## SUMÁRIO

<b>PREFÁCIO - Da Condição de Proletariado na Agroindústria à Docência .....</b>	<b>16</b>
<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>18</b>
<b>2 FORMAÇÃO HISTÓRICA DO OESTE DE SANTA CATARINA .....</b>	<b>22</b>
2.1 A AGROINDÚSTRIA CAPITALISTA E A REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA EM TEMPOS DO CAPITAL.....	22
2.2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS: O CAMINHO EM CONSTRUÇÃO ....	37
2.3 O MUNICÍPIO DE XAXIM NO CONTEXTO HISTÓRICO DA COLONIZAÇÃO NA REGIÃO OESTE DE SANTA CATARINA: CHEGAM AS CERCAS NA TERRA..	42
2.4 PEQUENAS PROPRIEDADES DO OESTE CATARINENSE E A RESISTÊNCIA CAMPONESA FRENTE À (DES) ORGANIZAÇÃO DO CAPITAL AGROINDUSTRIAL .....	48
<b>3 MOVIMENTO HISTÓRICO DA TRAJETÓRIA DA AGROINDÚSTRIA CHAPECÓ ALIMENTOS - UNIDADE DE XAXIM (SC) .....</b>	<b>55</b>
3.1 CRISE DA AGROINDÚSTRIA NO MUNICÍPIO DE XAXIM E AS REPERCUSSÕES LOCAIS .....	55
3.2 RELAÇÃO CAMPO/CIDADE, NA LÓGICA DO CAPITAL AGROINDUSTRIAL NA REGIÃO OESTE DE SANTA CATARINA .....	66
3.3 EDUCAÇÃO FORMAL/ESCOLAR E NÃO FORMAL: COMPLEMENTARIDADE E A NEGAÇÃO.....	70
3.4 EDUCAÇÃO/PRECARIZAÇÃO DO TRABALHADOR FLEXÍVEL FRENTE AO CAPITAL AGROINDUSTRIAL, NO MUNICÍPIO DE XAXIM/SC .....	75
<b>4 EJA - EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: SUPERAÇÃO OU NECESSIDADE DO CAPITAL? .....</b>	<b>81</b>
4.1 CEJAX - EDUCAÇÃO/ESCOLARIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO MUNICÍPIO DE XAXIM – SC: HISTÓRIA E (RE)SISTÊNCIA.....	81
4.2 EDUCAÇÃO/PROLETARIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO CEJAX: (RE)SISTÊNCIA OU ALIENAÇÃO FRENTE AO CAPITAL?.....	94
4.3 CARNE E OSSO: A CONDIÇÃO PROLETÁRIA E A EDUCAÇÃO DOS TRABALHADORES DA AGROINDÚSTRIA.....	101
4.4 INTEGRAÇÃO: RELAÇÃO DIALÉTICA ENTRE AVICULTORES E AGROINDÚSTRIA .....	111

<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>128</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>132</b>
<b>APÊNDICES .....</b>	<b>140</b>

## **PREFÁCIO**

### **Da Condição de Proletariado na Agroindústria à Docência**

No movimento da vida humana, na condição de trabalhador proletário, muitos caminhos são seguidos e neles muitas lutas têm de ser enfrentadas para alcançar determinados objetivos propostos.

No caso da vida do autor deste estudo, desde a infância, com 13 anos de idade, havia a necessidade de trabalhar para auxiliar na renda da casa, na condição degradante de trabalhador diarista urbano, no plantio do eucalipto e da erva-mate, vivendo cotidianamente essa jornada de trabalho diurna mais os estudos no período noturno.

A exaustão das atividades diárias do labor não reduzia a vontade e o desejo de estudar e avançar na construção do conhecimento. Entre os vários anos dessa realidade, alcançou-se a conclusão do Ensino Médio, permanecendo a perspectiva/sonho de iniciar o Ensino Superior.

A condição dada e possível para tornar realidade o desejo de ingressar no ensino superior seria a sujeição de tornar-se proletário da agroindústria Chapecó Alimentos no ano de 1999, inicialmente no setor da sala de cortes, desempenhando atividades de cortes e desossa de aves. Ao mesmo tempo em que o trabalho no frigorífico se constituía como atividade produtiva estranhada e precária, era uma forma de resistência encontrada para sair dele. Posteriormente, como auxiliar de inspeção federal, tornou-se possível o ingresso no ensino superior e na pesquisa.

Com a crise na agroindústria Chapecó Alimentos e a consequente paralisação das atividades produtivas no ano de 2003, fato esse com repercussão local, regional e nacional, ocorreu de tomar esse tema como objeto de pesquisa na graduação, na condição de bolsista Pibic/FAPE, sob orientação da professora Ms. Rosa Salete Alba. A construção da pesquisa deu início e gosto para a produção do conhecimento científico na ciência geográfica.

A condição de proletário da agroindústria possibilitou compreender a realidade do movimento dialético entre o capital e o trabalho, entre a agroindústria e o trabalhador. Essa relação contraditória não é apenas discutida/pesquisada teórico-metodologicamente, mas vivenciada diariamente na condição de trabalhador assalariado do capital.

Lá se foram quatro anos de trabalho e estrada até a conclusão do curso de graduação em Geografia, na Unochapecó. Passados dois meses, foi o momento de ingressar no curso de especialização em Geografia e aprofundar o trabalho de desenvolvimento da pesquisa e da produção do conhecimento científico.

Novamente na condição de bolsista Pibic/Pós-Graduação, agora sob a orientação do professor Dr. Rógis Juarez Bernardy, a pesquisa se fez presente, seguindo o caminho teórico-metodológico de compreender a relação dialética entre o capital, representado pela agroindústria Diplomata, arrendatária da planta industrial da Chapecó Alimentos, e o conflito com a legislação ambiental no município de Xaxim.

O ingresso na carreira docente ocorreu no ano de 2004, na rede pública municipal de Xaxim – SC, com um enorme desafio de resistência a ser enfrentado, ou seja, passar da condição de proletário da agroindústria para proletário docente, enquanto assalariado do capital.

No ano de 2011, após seleção e aprovação no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Unioeste—*Campus* de Francisco Beltrão inicia-se uma etapa de muitos desafios na construção da pesquisa, porém com duplo sentido: Primeiro, pela insistência/luta, enquanto trabalhador e filho de camponeses, de estar com o pé numa universidade pública e gratuita. Segundo, pela possibilidade de ir caminhando/construindo a pesquisa científica, buscando superar as dificuldades e suprir as lacunas geralmente remanescentes aos que cursaram graduação em universidade privada no cenário brasileiro, pois, segundo opiniões correntes, "fazer faculdade particular" prontamente remete a essas deficiências de formação.

Nesse movimento de construção coletiva do conhecimento agora na Unioeste, entre o pesquisador e os trabalhadores surge o resultado da luta em compreender a educação/escolarização da classe trabalhadora no sistema capitalista mediante a educação formal/institucionalizada. O resultado concreto do trabalho coletivo é a dissertação, fruto da resistência em transformar o sonho em realidade, ou seja, cursar o mestrado em Geografia em uma universidade pública.

Assim, para o trabalhador assalariado conseguir estudar, o esforço torna-se resistência a ser enfrentada contra o capital e as atuais condições contraditórias de sua existência, visto que a exploração do trabalho assalariado implica na negação do trabalhador e na expropriação do saber sobre o trabalho pelo capitalista.

## 1 INTRODUÇÃO

A dinâmica pela qual passa a humanidade neste início do século XXI, caracterizada pelo fenômeno da globalização dos mercados e das economias a nível mundial, tem provocado profundas mudanças no interior das indústrias, que, em razão dessas relações internacionais, buscam reorganizar sua cadeia produtiva na tentativa de conquistar novos mercados consumidores. Neste processo de intensa competitividade industrial do mundo capitalista, espaços e pessoas são incluídos e excluídos espaço/temporalmente de acordo com as necessidades de acumulação do capital nas relações local-nacional-internacional, como ocorre com a agroindústria na região Oeste de Santa Catarina.

A estrutura regional desenvolvida no Oeste de Santa Catarina tem base na dependência de negócios com grupos econômicos que são as agroindústrias de carnes, como a Sadia (atual BRF), a Chapecó (arrendada para a Diplomata) e a Aurora. São complexos agroindustriais que dominam o setor de carnes de aves/suínos e seus derivados.

Observa-se que boa parte da economia regional, tanto urbana como rural, está voltada para atender à demanda dessas empresas. O que de pronto caracteriza essas empresas é que, constantemente, introduzem novas técnicas tanto para a obtenção da matéria-prima, como para a produção, a circulação e o consumo voltados, sobretudo, para atender ao mercado internacional, transformando, assim, consideravelmente seus espaços. Além dessas empresas nessas contingências constituídas, outra parte da economia regional são setores que sobrevivem em função da renda obtida pela estrutura agroindustrial principal, como é o caso dos pequenos municípios, que têm sua economia voltada para o setor agrícola. Para Santos (2004, p. 106), o espaço é o “[...] resultado material acumulado das ações humanas através do tempo [sendo hoje movimentado] pelas ações [...] [que] atribuem um dinamismo e uma funcionalidade”.

Entendendo o espaço como resultado do desenvolvimento das forças sociais, políticas e econômicas, o que aqui se nos apresenta é a preocupação de desenvolver uma abordagem geográfica que dê conta de articular essa estrutura com o espaço por ela produzido e reproduzido, sendo que, ao “[...] se apropriar de

um espaço, concreta ou abstratamente [...], o ator ‘territorializa’ o espaço” (RAFFESTIN, 1993, p.143).

Assim, a formação socioespacial do município de Xaxim (SC), a partir da instalação da primeira unidade agroindustrial (1939), desenvolveu e exigiu novas funções do espaço urbano e, posteriormente, do rural, ao mesmo tempo em que vem exigindo maior escolarização de seus trabalhadores, tanto do campo, como da cidade. Para Arroyo (2009, p. 80), as propostas e os conteúdos das escolas seriadas são iguais e têm “[...] a mesma finalidade: habilitar todas as crianças e jovens do campo e da cidade para as experiências modernas de produção e do trabalho”. Pode-se afirmar que os trabalhadores jovens e adultos também estão sendo escolarizados para o mercado, ou seja, para as formas de proletarização, como assalariados da própria agroindústria.

Compreender como as famílias camponesas integradas e os trabalhadores da agroindústria são escolarizados/qualificados para atender aos interesses dos grandes grupos agroindustriais da região Oeste de Santa Catarina constitui o objetivo geral desta pesquisa.

A formulação dos questionários e a realização das entrevistas constituem a expressão viva dos relatos das relações entre o capital e o trabalho, representadas na pesquisa pelos camponeses integrados e pelos trabalhadores da agroindústria Diplomata. Nesta etapa da pesquisa, o roteiro dos entrevistados compreendeu dez (10) camponeses integrados do setor de aves, dos distritos de Pilão de Pedra e de Limeira, no interior do município de Xaxim e dez (10) trabalhadores da agroindústria.

O interesse pela temática da pesquisa derivou e deriva da própria experiência vivenciada por este pesquisador no interior da agroindústria, como trabalhador nos setores da sala de cortes e de evisceração durante cinco anos. Esse período de experiência na condição de proletário da indústria e na convivência cotidiana com outros trabalhadores estudantes do frigorífico Diplomata acendeu o desejo de explorar o tema da pesquisa.

Assim, as novas e constantes exigências impostas aos trabalhadores e à educação/escolarização a eles oferecida será o objeto deste estudo, buscando entender como as escolas vêm se adaptando para atender aos interesses do capital, sobretudo, ao capital da agroindústria do Sul do país. Há a necessidade de “[...] entender os processos educativos na diversidade de dimensões que os constituem

como processos sociais, políticos e culturais; formadores do ser humano e da própria sociedade” (ARROYO; CALDART; MOLINA, 2009, p. 12-13).

A área de estudo compreende os municípios de Xaxim e de Chapecó, no Oeste Catarinense, sendo esta última área considerada polo regional e com significativa influência sobre os demais municípios da região, tanto no que diz respeito à presença de um considerável parque industrial, como nos setores de comércio e serviços. O período a ser percorrido data entre 1960 a 2010, caracterizado por profundas transformações no campo e na cidade, reestruturando a produção e modificando as relações sociais, políticas e econômicas entre o capital e o trabalho.

Ao iniciar, após esta introdução, as discussões no primeiro capítulo, intitulado “Formação Histórica do Oeste de Santa Catarina”, aborda-se o processo de colonização ocorrido na região e no município de Xaxim, iniciado com a chegada das empresas colonizadoras. Estas empresas, incentivadas pelo Estado nacional e outras instâncias públicas internas mediante a concessão de terras, trataram de comercializar os lotes e de expulsar os caboclos e índios da região, considerados “intrusos” (RENK, 1995) para o desenvolvimento do capital. Com a formação das pequenas propriedades camponesas familiares e a produção de excedentes agrícolas para o comércio, tem-se a gênese de formação dos primeiros frigoríficos na região.

Na sequência dessa gênese ocorre a formação e o movimento de expansão territorial da agroindústria Chapecó Alimentos, desdobramentos apresentados e analisados no segundo capítulo, com o título “Histórico da Trajetória da Chapecó Alimentos – Unidade de Xaxim (SC)”. Nesse capítulo se discute a formação e a expansão do frigorífico Chapecó Alimentos no município de Xaxim, sua hegemonia e as relações de produção e de reprodução estabelecidas entre campo e cidade mediante a ação da agroindústria, com a sua proposta de integração, e os pequenos camponeses familiares que a aceitaram essa condição de integrados. Posteriormente, o período de expansão até o da crise da Chapecó Alimentos e o decorrente arrendamento da sua infraestrutura industrial para a agroindústria Diplomata, também esse processo é aqui discutidos, tendo o Estado incentivado e contribuído, de forma decisiva, para a realização do negócio.

Integradamente aos movimentos desse processo todo, os trabalhadores rurais (jovens e adultos), na luta de (re)sistência às formas de exploração do

capital, buscam ampliar a escolarização pelo sistema de educação formal de jovens e adultos, porém muitos permanecem na condição de assalariados no interior da agroindústria, com o objetivo de conquistar salários mais elevados, assunto de que se trata no terceiro capítulo desta pesquisa. Assim, mediante o título "EJA – Educação de Jovens e Adultos como superação ou como necessidade do capital?", busca-se analisar a estrutura curricular do Centro de Educação de Jovens e Adultos de Xaxim (CEJAX) na formação dos proletários da indústria Diplomata. O Estado, na condição de gestor da educação formal, vem escolarizando a classe trabalhadora para as formas do trabalho assalariado e simplificado da indústria.

Se a educação institucionalizada não promove a emancipação dos proletários das formas estranhadas/alienadas do trabalho assalariado, a indústria expropria o saber com a pedagogia da fábrica (KUENZER, 2011), sendo que a capacidade intelectual do trabalhador deve estar a serviço das formas de reprodução e de acumulação do capital sobre o território.

Assim, o capital monopoliza o território, entendido como espaço das relações de poder do Estado, do trabalho e da indústria, que se constituem de forças dialéticas na produção e na reprodução das formas hegemônicas e no movimento cotidiano das relações sociais da luta de classes entre capital e trabalho. O método de análise da pesquisa é o dialético, sendo o sistema capitalista compreendido na sua dinâmica pelas contradições que estabelece na produção e na reprodução das condições de sua existência.

## 2 FORMAÇÃO HISTÓRICA DO OESTE DE SANTA CATARINA

### 2.1 A AGROINDÚSTRIA CAPITALISTA E A REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA EM TEMPOS DO CAPITAL

Entendendo o espaço como resultado do desenvolvimento das forças sociais, políticas e econômicas e também inicialmente aceitando que, segundo Santos (2008a, p. 67), os espaços “[...] são geográficos porque determinados pelo movimento da sociedade, da produção [...]” e, portanto, da dialética das relações sociais de produção e de reprodução do capital, tem-se a preocupação de resgatar, na história, “[...] as diferentes ações que foram sendo processadas no tempo e que deixaram sua marca no espaço” (ALBA, 2002, p. 15), isso nesta pesquisa representado pela especificidade do município de Xaxim (SC) e, mais amplamente, pela região Oeste de Santa Catarina.

A região Oeste de Santa Catarina (ver Figura 1) possui uma área de 25,3 mil km<sup>2</sup>, com extensão do Planalto Catarinense até a fronteira com a Argentina, caracterizada pelas contradições históricas das diferentes forças que formaram e formam esse espaço também contraditório, “[...] constituindo o modo de produção capitalista no qual estamos inseridos e que compõe o todo desta particularidade [...]” (ALBA, 2002, p. 16). O que se sabe sobre a história moderna da região é que, até o início do século XX, a ocupação humana era constituída pelas populações cabocla e indígena, realidade que passou a mudar intensamente devido à colonização implantada a partir da década de 1940, colonização logo marcada pela instalação dos primeiros frigoríficos na região (TESTA et al., 1996, p. 22).

Em linhas gerais, quanto a essa história regional a partir do momento da independência do Brasil ou mesmo antes, no século XVII, o povoamento dessa região constituiu-se a partir de três fases distintas, cada uma com atividades econômicas próprias, sendo a primeira fase a de ocupação indígena, com atividades de coleta e pesca, até meados do século XIX; a segunda fase foi caracterizada pela presença dos luso-brasileiros, conhecidos como caboclos<sup>1</sup>, tendo como principais atividades a agricultura de subsistência, a extração da erva-mate e o tropeirismo; a

---

<sup>1</sup>De acordo com Alba, o luso-brasileiro, mais conhecido como caboclo, é o descendente miscigenado dos índios, negros e brancos. Para mais detalhes, ver Alba (2002).

terceira fase, a da colonização<sup>2</sup>, ocorreu com a penetração de grupos de origem alemã, italiana e polonesa (esta dos poloneses menos expressiva), vindos em sua maioria do Rio Grande do Sul, atraídos pelos projetos da exploração madeireira e pela colonização: “Estes colonos passam a adquirir terra das colonizadoras formando a grande frente agrícola e pecuária que vai afastando aos poucos o caboclo” (POLI, 1995, p. 74). Para Alba (2002), a população cabocla era formada por excedentes populacionais em sua maioria analfabetos, dispersa em meio às matas da região e que praticavam agricultura de subsistência, sendo que

Esta população era constituída pelo excedente da população das fazendas de gado e migrantes de outras áreas do país que começaram um povoamento rarefeito em diferentes locais da região antes da chegada da população migrante do Rio Grande do Sul, sendo sua sobrevivência baseada na agricultura de subsistência. Suas casas eram simples (ranchos) e não tinham nenhuma documentação legal que lhes legitimasse a posse da terra. Essa população era constituída por descendentes miscigenados dos brancos, índios e negros. (ALBA, 2002, p. 16).

A população cabocla não possuía os títulos (aqui se refere à escritura) de suas terras, mantendo a ocupação sob o regime de posse<sup>3</sup>, com um modo de vida tradicional de subsistência. Voltava-se para a prática do extrativismo da erva-mate, com o cultivo da “[...] agricultura em pequena escala – nas terras de plantar – e criação de gado para o consumo – nas terras de criar” (RENK, 1995, p. 223). Com a chegada das colonizadoras, a terra sob o regime capitalista de produção passa a ser comercializada com os colonizadores, prevalecendo a lógica do valor de troca em substituição ao valor de uso.

Destarte, a população cabocla, ao ser expulsa de suas terras, é obrigada a migrar para o interior das matas da região, sendo que “Muitos migraram para o Paraná, mas logo seriam alcançados pelos colonos e suas cercas [...]” (CAMPOS, 1987, p. 69), que os expulsam novamente para regiões mais longínquas, em muitos casos vindos, logo após, a formar “[...] os cinturões de pobreza que envolvem as cidades da região [...]” (CAMPOS, 1987, p. 69) no Oeste de Santa Catarina.

<sup>2</sup> Segundo Werlang (2002), a palavra *colonização* quer dizer ocupação de um novo chão, exploração e comercialização da erva-mate, da madeira e das terras, quando retrata a região Oeste de Santa Catarina.

<sup>3</sup> Compreende a ocupação da terra sem a existência da escritura, documento oficial que legitima ser o proprietário. Dessa forma, o caboclo era considerado um intruso para os colonizadores. (RENK, 1995).

Para compreender a dinâmica socioeconômica da região Oeste de Santa Catarina é necessário entender a relação econômica da região Sul do Brasil com o des(envolvimento) macroeconômico brasileiro. Até o início do século XX, a região era ocupada por índios e caboclos que não possuíam o título de suas propriedades, praticavam a agricultura de subsistência, visando atender às necessidades da própria família e, portanto, sem integração com a economia nacional. Essa integração se estabeleceu com a expansão da economia da região com grandes centros consumidores, como São Paulo e Porto Alegre, através do “[...] comércio gerado pelos excedentes produzidos pelas pequenas propriedades rurais” (ALBA, 2002, p. 30) a partir de 1920, com a chegada dos primeiros colonizadores vindos do Rio Grande do Sul. São pequenos camponeses familiares oriundos do vizinho Estado do Rio Grande do Sul e que, na impossibilidade de formação de novas unidades produtivas naquele Estado, devido à escassez de terras e ao excedente populacional, foram obrigados, em sua maioria, a migrar para a região Oeste Catarinense. Foi, porém, a concentração da propriedade da terra o principal fator do deslocamento de contingentes populacionais formados por pequenos camponeses familiares para a região Oeste de Santa Catarina. Sendo que

Os colonos que migravam para o Oeste Catarinense eram filhos de pequenos produtores gaúchos que não conseguiam sobreviver na propriedade paterna em virtude do excedente populacional e do super-aproveitamento dos solos. (ESPÍNDOLA, 1999, p. 21).

Atraídos pela expansão e comercialização de lotes de terra, período compreendido até a década de 1950, “[...] a produção foi organizada essencialmente segundo os interesses das empresas colonizadoras” (ALBA, 2002, p. 28). Esses lotes eram retalhados “[...] de 200 a 300 m de largura por 1 km de profundidade” (ESPÍNDOLA, 1999, p. 20) ou extensão, com instalações de pocilgas, galpões e moinhos artesanais. A produção nas pequenas propriedades se caracterizava no plantio de feijão, de mandioca, de trigo e de milho, além da criação de galinhas, porcos nos piquetes e outros animais, produção essa voltada para o consumo familiar. Em torno da casa era comum a presença da horta e a criação de galinhas soltas e outros animais de pequeno porte. A plantação do milho se destinava à alimentação do gado e dos porcos. Era comum a presença, nas propriedades, de um potreiro, destinado à criação do gado, da vaca para o fornecimento do leite e do cavalo ou cargueiro, como meio de transporte. Mantinha-se, frequentemente, a

criação de porcos em mangueiras (pequenos cercados), tendo como base da alimentação, além do milho, a mandioca, a abóbora e restos de alimentos da família camponesa. Desenvolviam a extração da erva-mate nativa e da madeira para os mercados locais e nacionais de São Paulo, Paraná e Rio de Janeiro, além da Argentina (ESPÍNDOLA, 1999, p. 20). Constata-se a manifestação de

[...] duas maneiras de existência da pequena produção: de um lado, as famílias especializavam-se num determinado bem que seria entregue ao comércio local e fornecido às cidades do Rio de Janeiro e São Paulo, entre outras; de outro lado, os pequenos produtores fabricavam seus instrumentos de trabalho, praticavam uma agricultura de subsistência e utilizavam certos instrumentos e equipamentos das propriedades de forma comunitária. (ESPÍNDOLA, 1999, p. 20-21).

O camponês familiar organizava a produção e elaborava seus próprios instrumentos e equipamentos de trabalho a partir das suas necessidades cotidianas da produção. Detinha o conhecimento da totalidade na pequena propriedade, produzindo a semente e os equipamentos/instrumentos para o plantio, colheita e comercialização. Mediante o seu labor desenvolvia laços de cooperação social na produção material de subsistência, pois detinha o conhecimento das etapas de desenvolvimento do seu trabalho (ANTUNES, 2006).

O trabalho pode ser compreendido nessa lógica como princípio educativo (SAVIANI, 1994), forma de escolarização não formal ou não institucionalizada, haja vista que o camponês familiar desempenhava as etapas da produção na sua totalidade, desenvolvendo formas de aprendizagem com a realização do trabalho.

Com a chegada das empresas colonizadoras se inicia, em Xaxim e região, a relação de mercado, relações entre essas colonizadoras e os pequenos produtores familiares, ou seja, compreende compra e venda de terras “[...] em tempo do capital, [...] na sua forma madura” (ALBA, 2002, p. 28-29), sendo que essa prática já havia sido realizada em outros estados e regiões do Brasil e a região Oeste de Santa Catarina era “[...] apenas o receptáculo de novas relações de produção” (ALBA, 2002, p. 29). A formação de povoados e de vilas abrigava infraestrutura precária: “[...] (casa comercial, igreja, hotel e escola), pois ali se concentravam as forças produtivas do local – a força de trabalho (mão de obra) e as unidades de produção (madeireiras, ervateiras, pequenos frigoríficos, etc.)” (ALBA, 2002, p. 28). A presença da escola representava a possibilidade de frequentar e concluir o ensino

primário na comunidade, uma forma de resistência dos camponeses familiares na tentativa de garantir a escolarização básica para os jovens, porém, quanto à questão da escolarização das crianças e dos jovens, a imagem deixada pelo Estado para a sociedade brasileira era, de modo geral, que, “Para mexer com a enxada não há necessidade de muitas letras” (ARROYO, 2009, p. 71).

A luta dos camponeses frente ao Estado pela presença da escola no distrito caracterizava a possibilidade da escolarização formal para os jovens trabalhadores do campo. A instalação das escolas multisseriadas<sup>4</sup> do ensino primário traduz a precariedade da escolarização oferecida pelo poder público aos jovens camponeses. A escola primária para as primeiras letras possibilitava a alfabetização das crianças e dos jovens, que dividiam o tempo entre o aprender básico e o trabalho familiar do campo. Essa modalidade de instituição formal de escola no campo “[...] representa um modelo pedagógico ligado a uma tradição ruralista de dominação” (FERNANDES, 2009, p. 142), que se caracteriza pela formação escolar dos sujeitos para o mercado, na forma simples de produção como assalariados, no campo ou na cidade.

Essa força de trabalho, constituída por trabalhadores simples e modestos, com baixo grau de escolaridade, vindos do Rio Grande do Sul, fixou morada nas pequenas propriedades familiares, originando nova formação espacial<sup>5</sup> na região, caracterizada pelas relações capitalistas que impõem novas demandas em tempo do capital. No meio rural formaram-se pequenas propriedades,

[...] que por sua vez requisitaram pequenos centros urbanos capazes de atenderem à demanda exigida pelo capital daquela época. Os primeiros núcleos urbanos da região começaram, então, a se organizar em pequenas vilas (povoados) e cidades, entre elas a de Passo dos Índios – a atual Chapecó (ALBA, 2002, p. 30).

Dos pequenos povoados e das vilas surgem os distritos, que, de acordo com as demandas e as necessidades impostas pelo capital, são transformados em municípios. Destarte, o distrito de Passo dos Índios dá origem à cidade de Chapecó, mediante a Lei Estadual nº 1.147, de 25 de agosto de 1917 (ROSSETO, 1995, p. 10)

---

<sup>4</sup> Escolas com a presença do ensino primário (1ª, 2ª, 3ª e 4ª séries), distribuídas em uma única sala de aula. Os alunos são enfileirados, sendo que cada fila de estudantes representa uma das séries e com a presença de um único professor.

<sup>5</sup> A formação das pequenas propriedades familiares na região Oeste de Santa Catarina, iniciada com a presença das empresas colonizadoras, constitui uma nova feição no espaço da região. Para mais detalhes, ver Alba (2002).

e o município de Xaxim é emancipado com a Lei Estadual nº 133, de 20 de fevereiro de 1954, desmembrando-se de Chapecó (OLIVEIRA, 1992, p. 80). O retorno à memória histórica do período de emancipação político-administrativa desses municípios torna-se necessário para a análise das atuais relações entre o campo e a cidade, na lógica do capital agroindustrial.

Para compreender as relações que ocorrem na atualidade entre o campo e a cidade é necessário lembrar a formação histórica e a povoação nela presente, suas características e a educação/qualificação dos trabalhadores para atender às exigências do capital agroindustrial.

Com a reestruturação produtiva do capital agroindustrial verificada a partir da década de 1970, novas relações sociais e de produção são impostas aos trabalhadores do campo, representados nesta pesquisa pelos *integrados* e pelos trabalhadores urbanos da agroindústria, estes envolvidos nas diferentes atividades de produção e de reprodução do capital agroindustrial. Tem-se, portanto, dois argumentos aqui para pensar a relação campo/cidade. Um deles é a função que atualmente a agricultura exerce, que é a de produzir matéria-prima para atender a indústria e não como produtora de alimentos (OLIVEIRA, 1996). O segundo diz respeito à escolarização das famílias residentes no campo, pois que, na atualidade, crianças e adolescentes são levados a estudar nas escolas urbanas, recebem os conteúdos direcionados às práticas urbanas e ao mercado capitalista. Assim, são instruídas na dinâmica do capital industrial, no aumento da produtividade, no discurso de atraso do campo, na “[...] industrialização brutal do capitalismo” (ARROYO, 2009, p. 78), no modernismo e na inserção da ciranda da integração com os grupos agroindustriais do Oeste Catarinense. Alternativamente, no espaço urbano os trabalhadores buscam ampliar sua escolarização/qualificação formal para o processo de produção e acumulação capitalista da fábrica, como assalariados da agroindústria, sendo esta caracterizada como primeira forma concreta de industrialização do Oeste de Santa Catarina, após o processo de colonização da região.

A história da colonização do Oeste Catarinense foi marcada por conflitos e acordos, de ordem interna e externa. Para Hass (2003), a ocupação gera conflitos e no Oeste Catarinense não foi diferente, tendo sido uma ocupação marcada por conflitos políticos, étnicos, econômicos e pelas disputas de fronteiras, conflitos caracterizados como instrumentos de representação e de comunicação de uma

ideologia e, portanto, de poder (RAFFESTIN, 1993). As fronteiras, na especificidade desta pesquisa, representam espaços de interesse e controle, por “[...] conta das relações de poder que se instauram ou que podem se instaurar entre os atores políticos” (RAFFESTIN, 1993, p. 168).

O território do Oeste Catarinense e Extremo Oeste foi palco de disputas de fronteiras. A primeira ocorreu no século XIX, entre a Argentina e o Brasil, sendo conhecida como Questão das Missiones, cujo encerramento ocorreu em 1884, com decisão favorável ao Brasil pronunciada pelo então presidente Grover Cleveland, dos Estados Unidos (BELLANI, 1989).

A Questão de Missiones (ou de Palmas) foi uma disputa de terras ocorrida entre o Brasil e Argentina por questões de fronteiras (OLIVEIRA, 1992). O governo brasileiro entendia que as fronteiras estavam entre os rios Peperi-Guaçu e Santo Antônio, sendo que a Argentina, por sua vez, afirmava estarem entre os rios Chapecó e Chopin. Não havendo consenso entre os dois países, a área em litígio foi submetida à decisão arbitral do presidente dos Estados Unidos, Grover Cleveland, dando a decisão favorável ao Brasil e tornada pública em 5 de fevereiro de 1895 (OLIVEIRA, 1992).

Outro acontecimento de merecido destaque e com repercussões e eclosão regional foi a Guerra do Contestado, uma luta armada iniciada em meados de 1912 e encerrada em 1916. Nesse episódio é importante ressaltar a construção da estrada de ferro São Paulo – Rio Grande do Sul, passando pela região do Rio do Peixe e sendo iniciada a partir de 1908 (ALBA, 2002).

Os antigos moradores da região do conflito não possuíam títulos das suas propriedades, sendo então expulsos de suas terras pela empresa responsável pela colonização (*Southern Brazil Lumber and Colonization Company*), e pela empresa construtora da estrada de ferro (*Brazil Railway Company*, subsidiária), já que uma extensão de 15 km de cada lado da estrada de ferro foi repassada a essa empresa norte-americana como forma de pagamento pelos trabalhos da construção da via (ALBA, 2002).

Pimenta (1996) referencia, além da Guerra do Contestado, fato esse que marcou a história do Oeste e Extremo Oeste de Santa Catarina, a estrada de ferro, “[...] constituindo-se em meio de transporte para o escoamento da produção agrícola” (PIMENTA, 1996, p. 286) e para o deslocamento de pessoas entre os estados de São Paulo e Rio Grande do Sul, respectivamente. A construção da

estrada de ferro representava uma forma de expansão da fronteira agrícola, com a colonização para o Oeste e Extremo Oeste de Santa Catarina, imposta sob os interesses do capital com o Estado e “[...] levado a cabo por empresas colonizadoras que obtinham concessões de terras devolutas mediante pagamento em dinheiro ou em construções de obras públicas, principalmente estradas” (PIMENTA, 1996, p. 286).

A política estratégica do governo do Estado de Santa Catarina direcionava-se no repovoamento da região, “[...] numa aliança de interesses entre os representantes estaduais e as Companhias Colonizadoras que se instalaram na região” (HASS, 2003, p. 18).

É importante ressaltar que a colonização da região Oeste de Santa Catarina só ocorreu após o encerramento do conflito do Contestado, pois antes não foi possível devido à tensão e à violência da guerra, envolvendo, sobretudo, as tropas do governo federal em relação aos caboclos e agricultores posseiros da região. Segundo Alba (2002, p. 19), para compreender o conflito é de

[...] fundamental importância ressaltar a presença da estrada de ferro São Paulo – Rio Grande do Sul, que passava na região do Rio do Peixe, construída a partir de 1908. Os antigos moradores da região, por não possuírem títulos de propriedade, foram expulsos pela empresa colonizadora (*Southern Brazil Lumber and Colonization Company*), e pela empresa responsável pela construção da estrada de ferro (*Brazil Railway Company*), pois uma extensão de 15 km de terra de cada lado da estrada de ferro foi cedida à essa empresa norte-americana como forma de pagamento pelos trabalhos da construção da via. Esse conflito ficou conhecido como a Guerra do Contestado.

Após a Guerra, as lideranças políticas estaduais e locais, sendo estas últimas representadas “[...] por colonizadores e industriais madeireiros, forças com poder econômico e com feição urbana” (ALBA, 2002, p. 20-21), voltaram-se para a conquista da emancipação político-administrativa de Chapecó, fato ocorrido em 25 de agosto de 1917, juntamente com mais três municípios, sendo eles: Cruzeiro (atual Joaçaba), Porto União e Mafra. Esses municípios, porém, pertenciam, até essa data, ao município de Palmas, no Paraná (BELLANI, 1989).

A partir daí, a colonização do Oeste Catarinense foi intensa, sendo que muitas empresas colonizadoras aqui estiveram presentes, destacando-se a

“Bertasoe Maia, Cia. Territorial Sul Brasil, Barth e Benetti, Chapecó-Peperi, Luce e Rosa e a Volksverein” (WERLANG, 2002, p. 8).

Para Werlang (2002), o papel do governo do Estado na época foi essencial no processo de colonização, pois as concessões dessas terras às empresas colonizadoras rendiam fabulosos lucros. As colonizadoras extraíam a madeira e vendiam os lotes rurais aos colonos vindos do Rio Grande do Sul, em sua maioria alemães e italianos, e, em troca, realizavam a abertura de estradas. Muitos políticos beneficiaram-se desses contratos de colonização (WERLANG, 2002, p. 9). Segundo Paim (2003), quando da aquisição das terras pelos colonos, estes

[...] queriam que elas estivessem limpas, ou seja, sem moradores. Para a ‘limpeza’ da região, os caboclos e os poucos indígenas que ainda viviam foram expulsos de suas terras, pois eram considerados improdutivos. (PAIM, 2003, p. 14).

Essa população marginalizada foi excluída do processo produtivo pelo capital, sendo empurrada “para áreas distantes nas matas”, ou então deslocada para as áreas periféricas das cidades, “[...] quando não eram eliminados” (PAIM, 2003, p. 15).

No processo de colonização predominou a pequena propriedade rural, com um modelo de ocupação de aproximadamente 10 alqueires ou 24,2 hectares de terra. Dedicavam-se à produção em pequena escala, sobretudo à produção de milho e à criação de suínos, fatores que condicionaram a instalação, a partir de 1930, de unidades fabris na área frigorífica, “[...] Perdígão (1934) em Videira, Ouro (1938) em Capinzal, Pagnoncelli (1942) em Herval D’Oeste [...]” (PIMENTA, 1996, p. 288). Com a expansão das pequenas propriedades familiares e da produção agrícola, a atividade agroindustrial se expande “[...] mais para o Oeste, com a implantação dos estabelecimentos Sadia (1944) em Concórdia, Seara (1949) em Seara, Chapecó (1952) em Chapecó [...] e, mais recentemente, o Frigorífico Itapiranga (1962) em Itapiranga e Peperi (1981) em São Miguel D’Oeste” (PIMENTA, 1996, p. 288). É desse fator que surgiu o sistema de integração<sup>6</sup>, essencial e vantajoso para o fornecimento da matéria-prima à agroindústria. A empresa não possui vínculo

---

<sup>6</sup> O sistema funciona com os agricultores, “[...] sendo que o avicultor, dono das instalações físicas do aviário, é responsável pela mão-de-obra no processo de criação das aves”, enquanto as agroindústrias fornecem aos integrados os “[...] pintos de um dia, ração, medicamentos e assistência técnica, garantindo, assim, o suprimento de matéria-prima” (ALBA, 2002, p. 113). Ver também Espíndola (1999).

empregatício com os produtores integrados, mas relação contratual, pois expropria a renda da terra e impõe novas relações de trabalho e produção, de acordo com as necessidades e interesses do capital, sendo que

O que estamos assistindo de fato é, pois, o processo de industrialização da agricultura que, sem necessariamente expropriar a terra do camponês, sujeita a renda da terra aos interesses do capital. A renda da terra produzida pelo trabalho familiar, camponês, não fica com quem produziu, mas se realiza parte na indústria e parte no sistema financeiro. (OLIVEIRA, 1996, p. 72).

Nesse sistema, a empresa efetiva o controle sobre o processo produtivo da matéria-prima (neste caso se trata de aves e de suínos), sobre o pequeno camponês familiar, pois se apropria de todas as etapas da produção (fornecendo pintinhos, ração, medicamentos, vacinas, genética, etc.), na propriedade, na lógica de "[...] preestabelecer os padrões na produção e ainda manter o produtor sob o seu controle ideológico e econômico; o produtor estabelece uma relação de dependência agricultor/empresa" (ALBA, 2002, p. 31). Esses mecanismos adotados pela agroindústria visam atender às exigências dos mercados consumidores internacionais e aos interesses do capital agroindustrial. Na concretude das relações sociais de produção, as agroindústrias "[...] se diferenciam das demais empresas pelo controle total que conseguem manter sobre outro produtor privado (agricultor)" (ALBA, 2002, p. 31), na tentativa da expansão da expropriação da mais-valia, "[...] taxa essa que mede o grau de exploração da força de trabalho" (FRIGOTTO, 2010, p. 92).

A integração faz parte do processo de modernização<sup>7</sup> do campo, sendo que a adoção dos constantes investimentos na atividade tem como

[...] objetivo explícito do aumento da produção e da produtividade agrícola; do estabelecimento de novas relações de produção e da dissolução da estrutura produtiva rural auto-suficiente, mediante a utilização de métodos, técnicas, equipamentos e insumos modernos, isto é, do aumento considerável da composição orgânica do capital. (ESPÍNDOLA, 1999, p. 104).

---

<sup>7</sup> Caracteriza-se pelo aumento da produção e da produtividade no campo; pelo estabelecimento de novas relações de trabalho e produção, com a utilização de máquinas, equipamentos e insumos modernos. Através da utilização de novos métodos e técnicas, intensifica a composição orgânica do capital. Para maiores informações, ver Espíndola (1999).

A introdução de novas técnicas de produção na pequena propriedade camponesa e familiar imposta pelo capital agroindustrial intensifica a fragmentação do trabalho desenvolvido pelo trabalhador, expropria o conhecimento do camponês familiar sobre o produto de seu trabalho, tornando-o estranho e o condiciona como produtor de matéria-prima. Mesmo assim, porém, e de forma paralela, o trabalhador, ao modernizar a produção, simplifica suas atividades e incorpora novos métodos ao processo produtivo, num movimento dialético constante da qualificação/desqualificação, constituindo novas formas de escolarização não formal no seio da pequena propriedade camponesa.

O camponês é motivado constantemente a incorporar novas formas de produzir e de se relacionar com a empresa, na tentativa de ampliar a produtividade. Esse processo se constitui na sua forma dialética, pois, ao ampliar a produtividade na propriedade, reduz o valor unitário do produto de seu trabalho, neste caso das aves.

Com a modernização da agricultura, verificada a partir da década de 1970, ocorre a introdução da automação nas pequenas propriedades camponesas do Oeste Catarinense, inicialmente com maior volume de capital e, posteriormente, com incentivos e linhas de crédito do Estado para as demais propriedades, introduzindo novas técnicas no processo produtivo, sendo de maneira mais intensa no sistema de integração com as agroindústrias. A atuação do Estado nas políticas de modernização do campo foi crucial, tanto nas políticas de implementação da infraestrutura (estradas, energia elétrica, água, comunicação, etc.) para a produção e a reprodução do capital, quanto na disponibilidade de linhas de crédito, de isenções fiscais e de subsídios.

A relação entre o Estado e o capital industrial ocorre de forma mais intensa durante os governos militares (após 1964), com a introdução de projetos de modernização para alguns segmentos da agricultura, ou ligados a ela. Na região Oeste de Santa Catarina, esse processo ocorreu atendendo às necessidades e aos interesses do setor agroindustrial. Os incentivos por parte do Estado ao setor foram fundamentais para a adesão dos pequenos camponeses familiares ao sistema de

integração com a agroindústria. Instituições públicas como a Acaresc<sup>8</sup> e a Epagri<sup>9</sup> foram responsáveis pela assistência técnica aos produtores e pelo desenvolvimento de pesquisas que, posteriormente, foram “apossadas” pelas agroindústrias. As ações desenvolvidas pelo Estado não são neutras, sendo que, “No Estado capitalista, todas as ações, de uma forma ou de outra, têm uma finalidade específica que visa atender o capital, ou então ‘consertar’ as distorções por ele desenvolvidas” (ALBA, 2002, p. 62-63).

Com o esgotamento da divisão das pequenas propriedades familiares e, conseqüentemente, da formação de novas unidades produtivas, esgotamento verificado a partir das décadas de 1960-70, com a redução das propriedades e a impossibilidade de novas divisões, ocorre a migração para os centros urbanos de parcelas consideráveis da população jovem do campo, jovens que, atraídos pelas “vantagens de ser assalariado”, migram para tornarem-se trabalhadores assalariados do capital agroindustrial da região. Forçados a atender aos interesses da agroindústria, para os camponeses familiares

[...] alguns elementos do trabalho assalariado são considerados bons quando inevitavelmente fazem a comparação com as oportunidades e vantagens que a cidade oferece, como horário de trabalho fixo, feriados, descanso remunerado nos finais de semana, férias, salário no final de cada mês trabalhado; uma vez que, no campo, geralmente o dinheiro chega apenas na época da colheita ou quando entregam um lote de animais para o abate, sem contar com o atrativo que as cidades representam para os camponeses, em termos de educação para os filhos. (PAIM, 2003, p. 27).

A imagem apresentada ao camponês familiar pela mídia e pelo poder público através da escola refere-se às vantagens de residir na cidade, ser assalariado e consumidor. O discurso oficial reforça a ideia do espaço urbano competitivo, com sua indústria, moderno, novo e, portanto, atrativo em relação ao espaço rural. Essa investida do capital é reforçada pela presença da escola urbana, que recebe diariamente crianças e jovens camponeses, que se deslocam do campo para

<sup>8</sup> Criada em 1957, a ACARESC – Associação de Crédito e Assistência Rural de Santa Catarina, se constitui como órgão executor da extensão rural, no Estado de Santa Catarina. Integra também a assistência técnica gratuita aos camponeses familiares, além do crédito orientado através das instituições financeiras, como: Banco do Brasil, BESC, BRDE, etc. (ESPÍNDOLA, 1999, p. 61).

<sup>9</sup> Criada em 1991, incorporou a Acaresc e a Acarpesc, com o objetivo de intensificar a pesquisa e desenvolver novas técnicas de produção agrícola. Busca melhorar a tecnologia para a obtenção de sementes selecionadas, adubos e melhoramento das raças de aves e suínos, a fim de ampliar a produtividade nas pequenas propriedades camponesas. Para maiores informações, ver Alba (2002).

estudar na cidade, em escolas com práticas e conteúdos urbanos. O mercado, sobretudo o capitalista,

[...] é muito pouco exigente com a educação básica, tanto de quem mora na cidade quanto no campo. Para trabalhar na cidade, para pegar o ônibus, de poucas letras precisa o trabalhador urbano; para trabalhar na roça, menos ainda. O mercado nunca foi bom conselheiro para construir um projeto de educação básica. (ARROYO, 2009, p. 72).

A escola reproduz nos jovens do campo as práticas urbanas para a (agro)indústria, formando-os como assalariados, sendo seus “[...] objetivos educacionais constituídos pela educação burguesa do século XIX” (PONTUSCHKA; PAGANELLI; CACETE, 2009, p. 167), que mascara as reais condições sociais, a luta de classes e as contradições entre capital e trabalho, na tentativa de adaptar o homem ao movimento e à intensidade da máquina do capital.

Com esses atrativos da cidade, a partir da década de 1970, Chapecó torna-se “a principal cidade do Oeste Catarinense”, incorporando um grande número de trabalhadores do campo, que, com a expansão das agroindústrias na região, tornam-se assalariados, com baixo grau de escolarização/qualificação<sup>10</sup>, da agroindústria. A presença das escolas multisseriadas nas comunidades interioranas da região Oeste de Santa Catarina se constituía como única possibilidade de concluir o nível primário para os proletários, que, ainda adolescentes, eram contratados e submetidos à precariedade das condições de trabalho em sua maioria insalubre e da exploração no interior dos frigoríficos. A migração de muitos camponeses expulsos de suas terras em outras regiões submete-os às condições de proletarização na agroindústria da região Oeste Catarinense.

Como trabalhador da agroindústria no município de Xaxim desde 1982, A.S.<sup>11</sup> passou a maior parte de sua adolescência no interior da agroindústria, desenvolvendo atividades de cortes, embalagem e inspeção de aves. Aposentou-se no mês de agosto de 2011 e saiu da empresa em dezembro do mesmo ano, após trabalhar por trinta anos na agroindústria. Por esse longo período de trabalho

---

<sup>10</sup> Diz respeito à formação social do valor de uso e troca da força de trabalho no sistema do capital, alicerçados no saber, na especialidade, na competência, na responsabilidade, no salário e na carreira profissional. Para mais detalhes, ver Machado (1998).

<sup>11</sup> O uso das letras refere-se às entrevistas realizadas com trabalhadores, com camponeses familiares integrados e com gerentes da agroindústria do município de Xaxim, tendo por objetivo preservar a exposição dos entrevistados.

precarizado e intenso no interior da agroindústria, o trabalhador obteve aposentadoria de pouco mais de um salário mínimo nacional. A entrevista realizada com esse proletário, na condição de sujeito integrante do objeto da pesquisa, mostra a situação de intensa exploração vivenciada pela classe trabalhadora na agroindústria, que lhes rouba períodos importantes da vida, como a juventude, com jornadas extensas de trabalho precarizado. O deslocamento

[...] de Ponte Serrada [...] pra Xaxim em 1982, eu **tinha 14 anos, entrei no frigorífico**, meu irmão e o pai; também **a gente tinha pouco estudo, a 4ª série**. [...] antigamente funcionários eram analfabetos, vinham do interior a maioria, então pouco estudo, então a gente trabalhava na empresa, **acabava entrando 13 horas da tarde**, não era sempre, mas, quase a maioria dos dias a gente acabava **saindo 2 horas da manhã, 3 horas da manhã**, então era difícil a coisa. (A.S. Ex-funcionário da agroindústria Diplomata de Xaxim, 2012. Grifo do autor).

A juventude dos trabalhadores da agroindústria se reduz ao tempo da produção e reprodução do capital, do movimento e da intensidade da máquina produtiva no interior da empresa capitalista. Desenvolvem diversas atividades no frigorífico (evisceração, inspeção, separação de miúdos, corte, desossa, pesagem, etc.) de aves, inseridos no processo produtivo fragmentado e na divisão técnica do trabalho e da produção de mercadorias em sua forma hegemônica. Possuem saberes práticos da roça, do trabalho pesado, bruto e essencial para a reprodução e a acumulação do capital.

A escolarização formal para os filhos dos pequenos camponeses familiares se dava pela presença das escolas multisseriadas nas comunidades interioranas distribuídas por distritos, sendo que constituíam uma forma de escolarização mínima para os jovens concluírem o primário. Para os jovens trabalhadores, o labor diário estava dividido entre a escola e as atividades na propriedade. A partir da década de 1970, o sistema educacional esteve voltado para atender aos interesses da agroindústria da região, através da presença nas escolas das cartilhas fornecidas pelas indústrias, incentivando os jovens do campo ao “conforto” da cidade. Ao se sujeitarem como mão de obra assalariada participariam do consumo da vida urbana, da televisão e seus programas, do crediário nas lojas, enfim, do luxo: “A divulgação era realizada através das cartilhas que estavam formando os jovens, alvo predileto das indústrias” (PAIM, 2003, p. 35). Segundo o autor,

[...] a educação influenciava especialmente os filhos dos agricultores, uma vez que o ensino recebido divulgava ideais de interesse das indústrias. Era apresentada, para os agricultores, uma imagem de maravilhas, de consumo e acesso aos bens, caso morassem na cidade e trabalhassem como assalariados. (PAIM, 2003, p. 35).

Com a ausência de uma escola efetivamente do campo, caracterizada na essência das lutas e nas raízes históricas dos camponeses e pequenos produtores familiares, o capital, sob a égide da indústria, se apresenta como alternativa para adolescentes e jovens camponeses. O ensino voltado para as práticas do urbano, para o consumo e para o trabalho assalariado intensifica o êxodo rural e potencializa os interesses de acumulação da agroindústria. Condiciona essa força produtiva jovem do campo como proletários e consumidores de seus produtos, na perspectiva da ampliação da acumulação capitalista, sendo que o

[...] quadro clássico do capitalismo nos mostra o capital se expandindo à custa da expropriação e da proletarização dos trabalhadores do campo, uma coisa produzindo necessariamente a outra. (MARTINS, 1980, p. 17).

A pequena propriedade<sup>12</sup> e a formação dos distritos, constituídos por pequenos aglomerados populacionais que formavam comunidades no campo ou mesmo pequenos núcleos urbanos, também são características notáveis no Oeste Catarinense, assim como, para cada núcleo, a construção de igrejas, campo de futebol, quadra de esportes, escolas multisseriadas e pavilhão para festas e eventos. A religião marca forte presença nessas comunidades, com predominância da católica, assim como o esporte e o lazer.

A reorganização do sistema capitalista de produção na década de 1990 no Brasil, com a introdução do neoliberalismo, foi determinante para a reorganização do sistema educacional brasileiro, fato observado também no município de Xaxim. Na especificidade do município, a presença de escolas multisseriadas instaladas em diversas comunidades interioranas constituía uma forma de resistência do pequeno camponês familiar em manter crianças e adolescentes próximas das atividades da propriedade, garantindo, assim, a conclusão do ensino primário no campo. No ano de 1998 ocorreu o fechamento da Escola Multisseriada Municipal Limeira, no distrito

---

<sup>12</sup> Nesta pesquisa, a pequena propriedade familiar é compreendida com até 24,2 ha ou 10 alqueires, sendo característica predominante na região Oeste de Santa Catarina, propriedades com menor extensão de terra supracitadas.

de Limeira, sendo os jovens camponeses deslocados para escolas públicas na cidade de Xaxim, com conteúdos voltados para a realidade urbana, sobretudo da indústria, do comércio e do consumo.

Foto 1. Escola Multisseriada Municipal Limeira – Xaxim (SC)



Fonte: Acervo próprio de Valdir Skrzypczak

A rede pública municipal de ensino de Xaxim optou pelo fechamento das escolas multisseriadas localizadas no interior do município durante o final da década de 1990, deslocando diariamente crianças e adolescentes camponeses para estudar nas escolas urbanas, concentrando-as em educandários cuja base curricular e conteúdos oferecidos são metodologicamente urbanos. Com presença nos distritos, as escolas multisseriadas representavam espaços sem muros, grades ou cercas, voltadas para atender os jovens camponeses, como forma de luta e resistência no campo.

Atualmente as estruturas físicas das unidades escolares multisseriadas se encontram em completo abandono, sendo os jovens deslocados em longas distâncias a fim de serem orientados com conteúdos, métodos e práticas da cidade e da (agro)indústria, forçados, pelo poder público a serviço do capital, às formas do trabalho assalariado e precarizado do sistema capitalista de produção. Na condição de camponeses, são escolarizados para o trabalho na indústria, sob a forma assalariada da produção de mercadorias.

## 2.2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS: O CAMINHO EM CONSTRUÇÃO

Entendendo-se o espaço como resultado do desenvolvimento das forças sociais, políticas e econômicas, firma-se aqui a preocupação de desenvolver uma

abordagem geográfica que dê conta de articular essa estrutura com o espaço territorial produzido e reproduzido pelo capital agroindustrial, na região Oeste de Santa Catarina.

Sendo o espaço compreendido como um conjunto de objetos e de ações (SANTOS, 2008b, p.94), sendo dialéticas essas ações e, portanto, transformadoras da realidade, o método teórico da pesquisa utilizado é o dialético, caracterizado “[...] pela tentativa de desvendar conflitos de interesses [...], procurando sempre o resgate da dimensão histórica dessa realidade [...]” e a postura marcadamente crítica (SPOSITO, 2001, p. 102-103).

A abordagem pelo método dialético não deve estar condicionada do ponto de vista disciplinar,

[...] mas como instrumento intelectual e racional que possibilite a apreensão da realidade objetiva pelo investigador, quando este pretende fazer uma leitura dessa realidade e estabelecer verdades científicas para a sua interpretação. (SPOSITO, 2004, p. 23).

Vale dizer que o método dialético condiciona a um verdadeiro movimento da história, das contradições da vida humana e “[...] procede pela refutação das opiniões do senso comum, levando-as à contradição, para chegar então à verdade, fruto da razão” (JAPIASSU; MARCONDES, 1990, p. 167).

As contradições no seio da sociedade capitalista explicam e, ao mesmo tempo, se concretizam como dialética do sistema, “[...] coincidem a teoria e a práxis [...] visa à transformação revolucionária da realidade social” (LOWY, 2009, p. 152). Destarte, o materialismo histórico e dialético “[...] não é somente um instrumento de conhecimento; ele é também, ao mesmo tempo, um instrumento de ação” (LOWY, 2009, p. 152) e de resistência dos trabalhadores frente às tentativas de exploração, flexibilização e precarização da vida humana dos proletários do campo e da cidade impostas pelo capital, sobretudo o agroindustrial.

Compreendendo a dialética como método e concepção, certamente essa compreensão possibilita a sustentação teórico-metodológica na pesquisa, haja vista “[...] que vivemos em uma sociedade na qual o processo movente da história não se dá senão pela luta de classes, não podemos compreender a realidade objetiva se postularmos uma neutralidade científica” (HARACENKO, 2007, p. 72). Logo, na busca da compreensão, análise e contextualização do objeto da pesquisa, o método

de interpretação da realidade não seria outro que não as concepções do materialismo histórico e dialético.

Método de interpretação da realidade perversa, baseado na luta de classes “[...] desenvolveu-se, a partir das formulações de Karl Marx e Friedrich Engels, sendo também denominado [...] de ‘marxismo’” (MORAES; COSTA, 1987, p. 35 apud HARACENKO, 2007, p. 72), constituindo-se em uma das principais vertentes metodológicas do conhecimento universal da humanidade nos últimos dois séculos.

Assim, a análise “e a incorporação dos dados contraditórios” possibilita o uso “de diferentes técnicas de investigação”, como a pesquisa de campo e as entrevistas (SPOSITO, 2001, p. 102), na busca de compreender a história de vida, assim como a educação/qualificação dos integrados e trabalhadores da agroindústria no município de Xaxim. Serão entrevistados dez (10) camponeses familiares integrados na avicultura, nos distritos de Pilão de Pedra e Linha Limeira, no interior do município de Xaxim (ver Figura 3) e dez (10) trabalhadores assalariados da agroindústria Diplomata S/A Industrial e Comercial, sendo jovens e adultos, na tentativa de analisar/compreender a escolarização e as diferentes formas de proletarização às quais estão submetidos pelo capital agroindustrial.

Urge salientar a utilização, na presente pesquisa, do método de interpretação baseado nas fontes orais, ligado ao conjunto das técnicas de operacionalização da pesquisa. Distinto, porém não dissociado do método da pesquisa, neste caso o dialético, “[...] vinculado a uma construção teórica [...]” (HARACENKO, 2007, p. 54), as fontes orais possibilitam, além da memorização do passado, a compreensão e a transformação do presente. Como método,

A história oral não é necessariamente um instrumento de mudança [...] pode certamente ser um meio de transformar tanto o conteúdo quanto a finalidade da história. Pode ser utilizada para alterar o enfoque da própria história e revelar novos campos de investigação [...]. (THOMPSON, 1992, p. 22).

Sendo caminho teórico-metodológico de análise da memória viva e da experiência das pessoas, a história oral possibilita um julgamento imparcial, sendo convocadas também as testemunhas das “[...] classes subalternas, os desprivilegiados e os derrotados. Isso propicia uma reconstrução mais realista e mais imparcial do passado, uma contestação ao relato tido como verdadeiro” (THOMPSON, 1992, p. 26). Ao lado do documento escrito, “[...] coexiste a fonte oral,

história viva que se eterniza na memória dos sujeitos renovando-se através dos tempos [...]” (MACCARI, 1999, p. 10), possibilitando a rememoração do passado e a reinterpretação presente das ações dos sujeitos vividos.

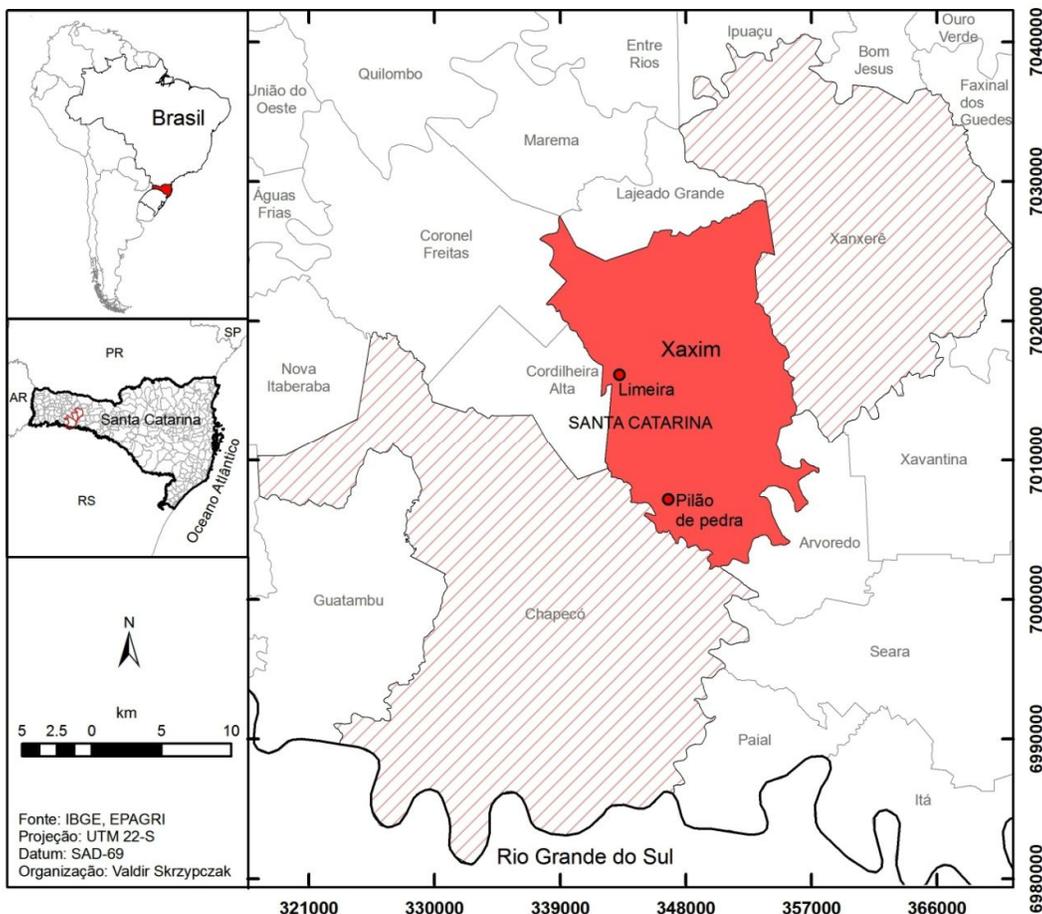
Almeida (2003) acrescenta que é na fala e no revisitar da memória do entrevistado que ele se descobre como sujeito ativo e transformador da história, constituindo-se num caminho aberto da expressão e da história das classes oprimidas. Entende-se, assim, que a história oral ou de vida seja um caminho metodológico de interpretação que permite superar a neutralidade na pesquisa.

É desse modo que as teorias dão sustentação para enxergar a essência do objeto através da reflexão, que conduzirá para a compreensão da articulação dos espaços urbano e rural, na busca de compreender o que se está perseguindo: quais estratégias são adotadas pela agroindústria para escolarizar/qualificar os trabalhadores nas áreas urbanas e rurais do município de Xaxim (SC)?

Ao objeto de estudo delimitou-se uma área e uma população na especificidade do município de Xaxim, porém o que possibilitará entender esse objeto é analisá-lo de acordo com os condicionantes em escala regional e nacional, ou seja, compreender e analisar a formação e a (des)qualificação dos trabalhadores da agroindústria do município de Xaxim – SC, apontadas anteriormente. Para exemplificar, referencia-se aqui Milton Santos, que afirma que o lugar contém o global e o global explica o local. Nesse sentido é que serão considerados os próprios condicionantes em escala nacional e global. Assim, a agroindústria instalada no município de Xaxim estabelece relações de dependência num movimento contínuo com o capital nacional e global e, portanto, inserida na divisão internacional do trabalho e da produção de mercadorias. Esse movimento ora inclui ora exclui espaços (como é o caso dos distritos de Pilão de Pedra e Limeira) e pessoas de acordo com as necessidades de organização e reorganização do processo produtivo do sistema capitalista.

Figura 1. Mapa da localização dos distritos de Pilão de Pedra e Linha Limeira, no interior do município de Xaxim (SC)

**Xaxim - territorialização da produção avícola nos distritos de Pilão de Pedra e Limeira**



Fonte: SEPLAN/SC. Adaptação de Valdir Skrzypczak

Os distritos de Pilão de Pedra e Limeira, ambos localizados no interior do município de Xaxim, caracterizam-se pela presença das pequenas propriedades camponesas familiares do sistema de integração de aves com a agroindústria Diplomata. Constituem áreas da pesquisa de campo, com a aplicação das entrevistas e questionários do trabalho da dissertação. Com presença de elevado número de camponeses avícolas integrados, as propriedades são constantemente modernizadas, sendo os aviários caracterizados pela presença de máquinas e de equipamentos automatizados e modernos.

Na busca pelo êxito e no rigor do trabalho científico, a pesquisa consistirá de oito etapas e que visam alcançar os objetivos propostos da investigação, análise e elaboração da dissertação. Para o desenvolvimento da pesquisa científica, o levantamento bibliográfico é tarefa primordial, que possibilita dar sustentação teórica ao objeto de estudo, bem como permite localizar e conhecer outros trabalhos de pesquisa já produzidos, com destaque para as formas de qualificação e treinamento dos trabalhadores na (agro)indústria capitalista. A pesquisa de campo com

entrevistas e questionário para dez camponeses familiares integrados e dez trabalhadores da agroindústria constituiu a terceira etapa, seguida de levantamento fotográfico antigo e a construção de um acervo recente, que possibilite a análise das transformações impostas pelo capital no lugar, sendo a quarta etapa. Após isso seguirá a tarefa do levantamento documental e entrevistas na Secretaria Municipal da Educação do município de Xaxim e demais órgãos oficiais necessários. Como sexta etapa, na busca de compreender a hegemonia sobre os espaços de inclusão e exclusão no município de Xaxim, torna-se tarefa imprescindível da pesquisa levantar dados sobre a atuação da agroindústria Diplomata S/A Industrial e Comercial nesses espaços.

Uma vez na posse dos dados, realiza-se a análise e a contextualização, de acordo com a lógica da atual situação da educação/qualificação dos trabalhadores do campo e da cidade e a precarização das condições do trabalho na agroindústria. Camponeses familiares integrados e trabalhadores da agroindústria vêm sendo escolarizados para atender às práticas de proletarização do atual estágio de acumulação ampliada do capital agroindustrial.

A última etapa da pesquisa consiste na representação cartográfica, na análise e na elaboração da dissertação em Geografia, constituindo o oitavo momento da realização do trabalho.

### 2.3 O MUNICÍPIO DE XAXIM NO CONTEXTO HISTÓRICO DA COLONIZAÇÃO NA REGIÃO OESTE DE SANTA CATARINA: CHEGAM AS CERCAS NA TERRA

A história da colonização do município de Xaxim não pode ser estudada isoladamente da história da colonização do Oeste Catarinense. Além dos grupos indígenas que habitavam essa região, os caboclos também estavam instalados quando da chegada dos colonizadores na região Oeste. De acordo com Oliveira (1992), constatam-se indícios de que em 1865 chegou à vila, onde hoje está localizada cidade de Xaxim, o negro africano José Balduíno (chamado de Josezinho Xaxim), sua esposa Maria Vitalina e sua gente. Eram caboclos posseiros que, com seus ranchos e sua vida simples, desenvolviam a agricultura de subsistência e a extração da erva-mate nativa na região, pois a terra era representada como meio de sobrevivência das famílias. Segundo informações, esse caboclo teria vindo da

cidade de Guarapuava, Estado do Paraná. Foi um dos primeiros habitantes, segundo moradores antigos. O nome Xaxim pode ter surgido devido ao seu apelido acima mencionado.

Quando da chegada dos colonizadores, grupos de caboclos já estavam residindo ali há tempos, “[...] muitos deles eram posseiros e alguns haviam adquirido terras da antiga colônia militar de Xanxerê” (OLIVEIRA, 1992, p. 28), situada no município de Xanxerê/SC.

No dia 4 de agosto de 1922, o governo do Estado, visando maior rapidez na colonização do Oeste Catarinense, concedeu uma área de 288.303.000 m<sup>2</sup> de terras a Bertaso, Maia e Cia., área localizada onde se encontra o município de Entre Rios/SC, identificada na época com o nome de Fazenda Rodeio Bonito (OLIVEIRA, 1992, p. 28). Em 1920, quatro irmãos reuniram-se e tomaram conhecimento das 1.000 (mil) colônias de terras localizadas na Fazenda Rodeio Bonito, atual município de Xaxim. Foram os irmãos Lunardi (Giácomo, Pedro, João e Antônio) que formaram a empresa “Colonizadora Irmãos Lunardi & Cia.” (OLIVEIRA, 1992, p. 120).

Adquiriram as 1.000 colônias da Colonizadora Bertaso, Maia e Cia., sendo que uma parte dessa área era pertencente à Baronesa da Limeira e que o governo havia doado à firma Bertaso como forma de pagamento pela construção da estrada Passo do Goyo-Em a Passo dos Índios (atual município de Chapecó). Nessa perspectiva, constata-se que grande parte das terras ditas devolutas foram entregues (doadas) às empresas colonizadoras pelo governo, a fim de sanar as dívidas geradas principalmente pela abertura e construção das estradas.

Os irmãos Lunardi, quando da aquisição das 1000 colônias de terras, “[...] no valor de 100.000\$000 réis (cem mil réis)” (OLIVEIRA, 1992, p. 120), junto à Colonizadora Bertaso Maia & Cia., e sua chegada à vila, se depararam com a falta de estradas e com algumas famílias de caboclos que já residiam, com os seus “ranchos”, e com uma pequena agricultura de subsistência, além da caça e pesca e da extração da erva-mate nativa da região (OLIVEIRA, 1992).

Na região Oeste de Santa Catarina, antes mesmo da chegada dos colonizadores, verificava-se a presença do caboclo, aquele que, para a colonização oficial, é considerado como posseiro ou intruso, sendo que esses caboclos não possuíam os títulos de suas terras. Foram excluídos do novo sistema que chegou, atravessou suas propriedades e os expulsou. Nesse novo momento, a presença da

cerca na propriedade identificava a individualidade e a introdução das relações capitalistas de produzir na terra.

Após a compra das 1.000 colônias pela Colonizadora Irmãos Lunardi, esta começa os trabalhos de incentivo e atração de colonos, vindos, sobretudo, do Rio Grande do Sul. Segundo Oliveira (1992), foi o jovem Luiz Lunardi que se encarregou de trazer as “comitivas de compradores de terras para Xaxim”. O objetivo era tornar as terras produtivas para o capital, com excedentes agrícolas e matérias-primas para a agroindústria, expulsar os caboclos ou “posseiros” e ocupar as vastas terras férteis da região e incorporá-las no circuito produtivo conforme as “necessidades” da produção e da reprodução do sistema capitalista.

Muitos dos que chegaram não firmaram raízes nessa terra, pois as condições de vida eram precárias, principalmente pela falta de estradas e pela falta de comércio. Esses desistentes voltavam para o local de origem, sendo a maioria do Rio Grande do Sul. Aqueles, porém, que permaneceram, trataram de incorporar nas propriedades as novas exigências impostas pelo capital.

É importante ressaltar que a primeira casa comercial no município de Xaxim foi construída em 1926, quando chegaram para ali morar o sr. Sílvio e dona Ambrosina Lunardi, onde efetuavam a compra dos produtos agrícolas, suínos e derivados, como a banha, e realizavam a venda de secos e molhados, ferragem e remédios (OLIVEIRA, 1992).

A casa comercial ajudou para atrair novos moradores e desenvolver o distrito. Nessa época já é observada a criação de suínos e uma casa comercial voltada para essa atividade, ou seja, para a agroindustrialização, característica presente no Oeste Catarinense no segmento agroindustrial.

O distrito de Xaxim crescia de forma rápida, e os colonizadores, em sua maioria gaúchos de grupos étnicos alemães e italianos, na terra se firmavam. Produziam gêneros alimentícios pela prática da policultura nas pequenas propriedades, visando atender às necessidades da família, sendo o excedente comercializado no distrito, que crescia conforme chegavam novas famílias camponesas na região.

A produção camponesa agrícola se fazia presente nas redondezas da pequena aglomeração populacional que se formava no distrito de Xaxim, constituindo, no ano de 1954, o município de Xaxim. A presença de um moinho para a moagem, produção e comercialização da farinha de trigo representava a

possibilidade de fornecimento do alimento à população. A religiosidade, com maior influência da católica entre os colonizadores, fez surgir o projeto e a construção da igreja católica matriz, conforme a representação na foto.

Foto 2. Vista parcial de Xaxim, no ano de 1942



Fonte: Casa da Cultura de Xaxim (SC), adaptado por Valdir Skrzypczak

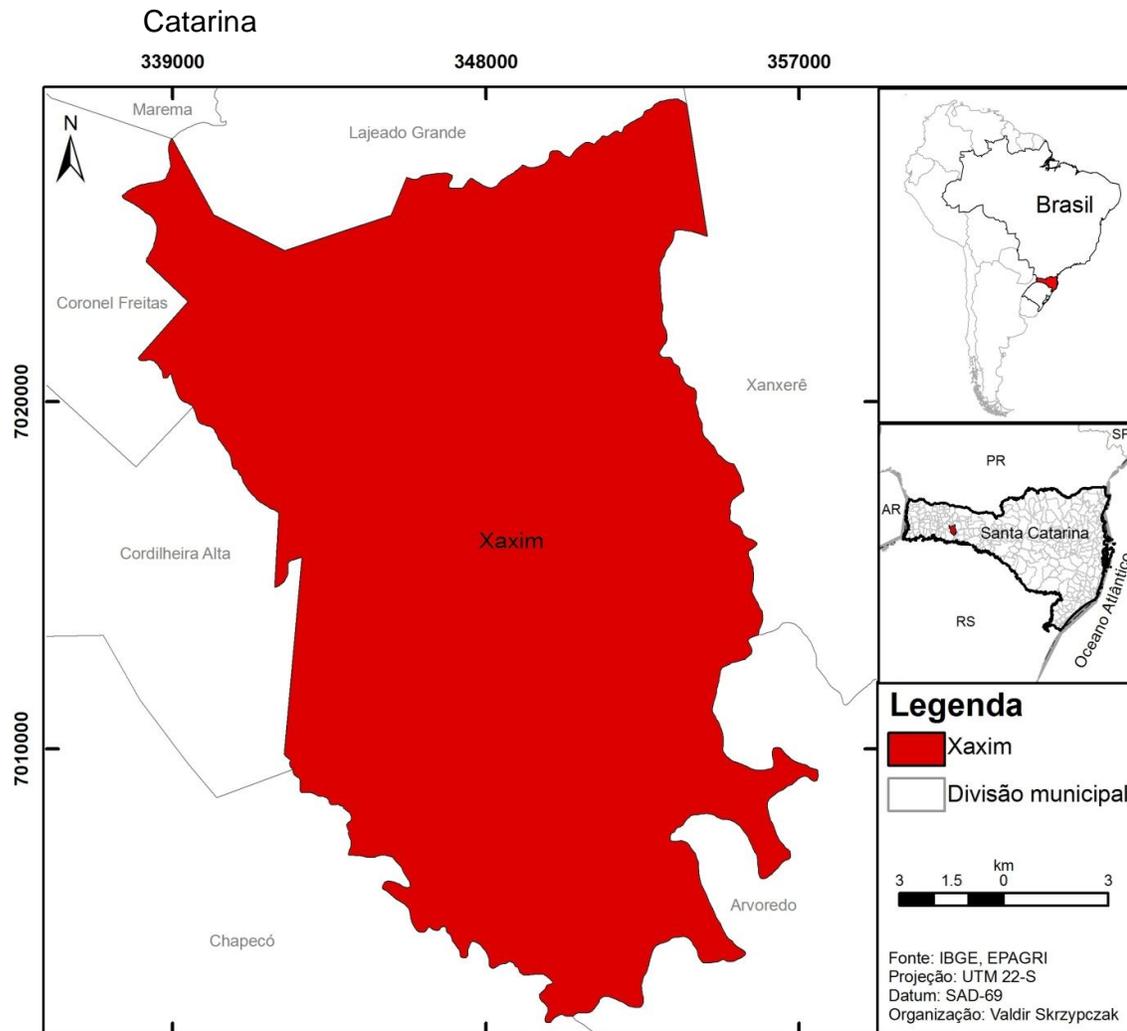
O crescimento e expansão da cidade atende aos interesses do Estado, representado pela presença das empresas colonizadoras, responsáveis pela comercialização e ocupação dos lotes. Com o crescimento do distrito, instala-se um moinho para a produção da farinha de trigo, além da construção de uma igreja, prevalecendo entre as famílias camponesas a religião católica. O cultivo agrícola faz presença no distrito, incluindo a produção em pequena escala do fumo. Na estrada uma procissão se dirige ao cemitério municipal.

Com a expansão do núcleo urbano, Xaxim é oficializado como distrito, “integrante do município de Chapecó com o nome de Hercílio Luz, pela Lei Municipal nº 07, de junho de 1921” (OLIVEIRA, 1992, p. 77), sendo, a partir de 13 de fevereiro de 1929, criado oficialmente o distrito de Xaxim. Assim se inicia a instalação de pequenas casas comerciais, indústrias como o Frigorífico Diadema e a Escola das Irmãs em 1942, “[...] com 140 alunos matriculados” (OLIVEIRA, 1992, p. 57), sendo então mobilizada, através das forças políticas e econômicas locais, a criação oficial do município de Xaxim.

No dia 6 de agosto de 1953, o vice-presidente da Câmara de Vereadores de Chapecó, André Lunardi, apresenta um projeto visando à criação do município de Xaxim. Foi aprovado no dia 13 de agosto de 1953, porém a criação do município ocorre efetivamente no dia 20 de fevereiro de 1954, sob a Lei Estadual nº 133,

abrangendo, em seu território, os atuais municípios de Galvão, São Domingos, Marema e Lageado Grande (OLIVEIRA, 1992).

Figura 2. Mapa da área territorial do município de Xaxim, na região Oeste de Santa



Fonte: IBGE, EPAGRI. Adaptado por Valdir Skrzypczak.

Formada por 117 municípios, a região Oeste de Santa Catarina tem como principal polo regional o município de Chapecó, responsável pela formação territorial de mais de 70 municípios na região, dentre eles Xaxim.

A partir dessa época, a expansão e o crescimento da cidade são intensos, fomentados, sobretudo, pelos financiamentos obtidos junto ao sistema financeiro estatal, através do Banco de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina (Badesc), instituição financeira estadual que realiza empréstimo aos governos municipais (visando à construção e à ampliação de obras de infraestrutura) e do Banco do Brasil (responsável pela liberação de recursos de investimento e custeio

para a agricultura), além do crescimento do comércio, dos serviços e da indústria, sendo a principal o frigorífico Diplomata S/A Industrial e Comercial.

Foto 3. Frigorífico Diplomata de Xaxim - SC



Fonte: Diplomata – Unidade de Xaxim. Adaptado por Valdir Skrzypczak.

Com localização estratégica no centro da cidade de Xaxim, estabelece relações com o espaço rural e urbano. Na especificidade do urbano, novos setores de comércio e serviços (mecânicas, metalúrgicas, borracharias, agropecuárias, supermercados, etc.) se instalam para atender as necessidades do capital agroindustrial.

A organização territorial do município de Xaxim está voltada para atender às demandas e necessidades da agroindústria Diplomata. Espaços e pessoas são constantemente incluídos ou excluídos do processo produtivo, de acordo com as necessidades da (re)produção e acumulação da indústria capitalista. O território se (re)organiza na tentativa de atender aos interesses do capital agroindustrial, num movimento contínuo de territorialização-desterritorialização-reterritorialização do capital nacional, que organiza e reorganiza a produção para atender às demandas e exigências impostas pelo capital internacional e pelas novas formas de produzir da indústria moderna.

## 2.4 PEQUENAS PROPRIEDADES DO OESTE CATARINENSE E A RESISTÊNCIA CAMPONESA FRENTE À (DES)ORGANIZAÇÃO DO CAPITAL AGROINDUSTRIAL

As pequenas propriedades camponesas familiares<sup>13</sup> do Oeste Catarinense se originam a partir da década de 1920, ou seja, com a entrada das empresas colonizadoras, que foram “[...] os primeiros tentáculos da expansão de toda uma estrutura capitalista da qual a pequena produção familiar é parte integrante” (CAMPOS, 1987, p. 101). Geralmente cada lote vendido aos colonos que se instalavam, principalmente vindos do Rio Grande do Sul, correspondia a uma colônia, ou seja, 24,2 ha<sup>14</sup> de terra.

Posteriormente, porém, com a necessidade de cada unidade camponesa familiar gerar condições para a formação de novas unidades familiares, com a prática de permanência do filho mais novo morando próximo dos pais, também chamado de “minorato”, isso veio a reduzir sensivelmente a quantidade de terra das pequenas propriedades. Essa prática era possível com a divisão da propriedade, possibilitando a sucessão camponesa e a continuidade produtiva de forma familiar no campo.

Após 1940, com a instalação das agroindústrias na região Oeste Catarinense, surgem relações econômicas e mercantis da pequena produção camponesa familiar com o capital agroindustrial, onde este último passa a dominar a produção agrícola e as técnicas, impondo padrões de produção socialmente determinados (avicultores) e individualmente apropriados (agroindústria). Essa prática desenvolvida pela agroindústria capitalista tem o apoio do Estado, com os empréstimos obtidos junto aos bancos públicos, dos centros de pesquisa de biotecnologia e genética e das universidades do Brasil e do exterior, que garantem ao capital o domínio das técnicas de produção e de comercialização realizadas no campo e na cidade.

Segundo Campos (1987), na década de 1960 houve uma migração cinco vezes superior a dos anos 50 e três vezes a dos anos 40. Não foi somente a

---

<sup>13</sup>Constitui em terra de trabalho, em sua maioria familiar, não sendo instrumento de acumulação capitalista, mas de sobrevivência da família. O camponês familiar produz a partir de uma forma distinta, sendo que a acumulação capitalista não é componente da forma de produzir. Porém não implica a capacidade do camponês acumular, sendo de modalidade diferente: “[...] significa que a acumulação adquire sentido diverso, retornando sempre sob a forma de aumento da produtividade do trabalho e melhoria das condições de vida da família” (PAULINO, 2003, p. 22).

<sup>14</sup> Refere-se às propriedades que possuem o equivalente a dez alqueires de terra, com prevalência do trabalho de origem familiar, sendo caracterizadas como pequenas propriedades.

escassez de terra que gerou um grande número de excedentes populacionais na região Oeste Catarinense. Foram também as mudanças dos padrões produtivos, consistindo em novas técnicas e em mecanização/modernização no campo, que geraram expressiva redução do número de trabalhadores no setor. Nas relações de produção entre a agroindústria capitalista e o camponês familiar

[...] há uma alienação do trabalho agrícola. Os agricultores que não faliram no decorrer do processo ou que não migraram para a cidade, fizeram as inovações agrícolas, adotaram novas técnicas, seguiram as orientações, só que tudo isso muito distante do saber dos próprios agricultores. O saber deles foi ignorado e esquecido em benefício de um saber externo, visando objetivos alheios. (ALBA, 2002, p. 43).

Os trabalhadores rurais foram disciplinados para atender à empresa capitalista, treinados para serem competitivos, polivalentes e multifuncionais e, portanto, escolarizados para a individualidade do modo de produção capitalista. As novas demandas de escolarização/qualificação dos trabalhadores, a partir de uma nova base técnica de (re)produção e gestão da fábrica capitalista, “[...] recolocam a questão da produção, distribuição e consumo do conhecimento dentro das unidades fabris[...]”(CRUZ, 2000, p. 106) e das pequenas propriedades camponesas familiares como condição para a contínua expansão do capital agroindustrial.

A escolarização formal “[...] objetiva a constituição do trabalhador enquanto operário” (KUENZER, 2011, p. 59) assalariado e cuja força de trabalho se torna produto e instrumento do capital de forma constante (BRAVERMAN, 1981, p. 124). Nessa lógica, a agroindústria expande sua relação para além dos muros da fábrica, chega ao campo, ignora as técnicas e os saberes próprios de criar os animais, de cultivar e produzir a terra do camponês. Extrai o saber do camponês familiar e lhe impõe formas exteriorizadas e estranhas de criar (neste caso, aves e suínos) e, portanto, novas para o produtor, mas já consolidadas e vantajosas para o capital agroindustrial. A indústria moderna, ao ignorar o saber e o conhecimento do camponês familiar, tende

[...] ao ser movida pela lógica do capital, a eliminar as propriedades qualitativas do trabalhador, pela decomposição cada vez maior do processo de trabalho em operações parciais, operando-se uma ruptura entre o elemento que produz e o produto desse trabalho. (ANTUNES, 2006, p. 130).

A introdução de formas estranhas ou desconhecidas de produzir no campo impostas pelas agroindústrias representa a substituição das técnicas de produção aos produtores integrados, sendo uma consequência do modelo de integração adotado por essas empresas, que conseguem impor formas de produção aliadas ao aumento constante da produção e da produtividade, a partir das técnicas de conversão<sup>15</sup> adotadas pelas agroindústrias: “Gradativamente, os frigoríficos passam a introduzir modificações no processo produtivo da pequena produção. Introduzem novas raças, prestam assistência técnica e, por fim, estreitam suas relações com a pequena produção em nível de relações de integração” (CAMPOS, 1987, p. 337).

Com o início do sistema de integração de aves, a partir da primeira metade da década de 1950, iniciado pela agroindústria Sadia, o modelo passou a ser adotado também pelos demais agroindustriais oestinos. Lembra-se que o modelo de integração de aves já nasce moderno e que, com as linhas de crédito disponibilizadas pelo Estado, foi possível financiar os aviários e incorporar as novas tecnologias no processo produtivo das aves. Vale lembrar que o sistema de integração adotado pelas agroindústrias, além de excluir muitos camponeses, exige, dos que permanecem no processo produtivo, modernizarem-se constantemente. Estando o processo produtivo sob o comando da agroindústria, “[...] esta por sua vez extrapola os seus limites e cria um espaço para atender à demanda de produtividade, adequando os diferentes lugares necessários ao seu processo produtivo”(ALBA, 2002, p. 118).

Esses pequenos camponeses familiares integrados tornam-se dependentes das inovações do processo produtivo realizado pelas agroindústrias, portanto, ficam obrigados “[...] a cumprir as orientações técnicas, adquirindo as rações, pintos, medicamentos e vacinas das empresas processadoras” (ESPÍNDOLA, 1999, p. 104), sendo que essas mudanças vão além do interior da empresa, dominando o saber adquirido pelo produtor. O capital expropria o saber do trabalhador sobre o seu trabalho, na forma de dominação, e “[...] promove a educação do trabalhador” (KUENZER, 2011, p. 48). Educa para o domínio, condiciona o trabalhador às formas do subemprego, da parcialização e fragmentação do trabalho. Em decorrência do assalariamento instala-se a separação entre produtor e produto, tornando o produtor

---

<sup>15</sup> Técnica utilizada pelas agroindústrias, visando melhor rendimento na carcaça e eficiência na relação peso X consumo de ração. Na prática se refere ao ganho de peso das aves e redução do consumo de ração por quilo de carne produzida. Para mais detalhes, ver Alba (2002).

dependente da própria agroindústria e subordinado ao modelo produtivo por ela implantado.

Para Testa et al. (1996), a exclusão dos pequenos camponeses familiares integrados à agroindústria se expande, sendo que “[...] em 1980 existiam 67 mil suinocultores para os quais a atividade tinha significativa parcela da renda. Atualmente [...] esta estimativa está em 20 mil suinocultores, com tendência de concentração ainda maior” (TESTA et al., 1996, p. 23).

A concentração da produção amplia a exclusão no campo, concentra a terra e impõe ao produtor a lógica do mercado (competência, eficiência e produtividade), modernizando constantemente a propriedade.

Isso indica que haverá mais problemas nas cidades, com um considerável crescimento das áreas periféricas, pois essa parcela de pequenos camponeses familiares tende à exclusão do sistema capitalista e ao modelo de integração agroindustrial, motivando mais êxodo rural. Os dados citados referem-se ao período compreendido entre 1996 a 2006 (TESTA et al., 1996), sendo que

[...] estima-se que, nos próximos cinco a dez anos, mantidas as tendências atuais, poderá haver a exclusão de cerca de 50 mil famílias rurais da produção agrícola comercial. Isso equivale a aproximadamente 250 mil pessoas, das quais cerca de 80 mil economicamente ativas. (TESTA et al., 1996, p. 28).

Algumas medidas são necessárias para que essa situação possa se reverter, porém devem ser imediatas, pois o modelo de agricultura familiar do Oeste Catarinense tem forte influência das agroindústrias instaladas. Sabe-se que “[...] a agricultura familiar é a que melhor responde às políticas de incentivo, mas necessita de linhas adequadas de crédito e de serviços de apoio, como pesquisa e assistência técnica” (TESTA et al., 1996, p. 151).

A proposta de Testa et al. (1996) não deixa dúvidas de que as pequenas propriedades familiares que se situam na linha de marginalização, ou seja, sujeitas a desaparecer, podem se manter na atividade se forem tomadas algumas medidas urgentes, como uma política de preço mínimo adotada para o camponês, linhas de crédito e assistência técnica. Mesmo assim, porém, na essencialidade do sistema, “À medida que o capitalismo cresce [...] cria mais problemas do que soluções; [...] que são inerentes ao próprio processo de reprodução do capital [...]” (MARTINS, 1980, p. 57).

Segundo Testa et al. (1996, p. 152), “[...] muitos agricultores em vias de marginalização podem hoje ser viabilizados economicamente, porém através de ações nas áreas de assistência técnica e de crédito”, viabilizando a permanência dos camponeses e suas famílias na terra, na busca de novas possibilidades de produção no campo.

Sabe-se que a crise dos pequenos camponeses e do modelo de integração ocorre, sobretudo, a partir da década de 1980, influenciada por alguns fatores como a escassez de terras férteis, esgotamento da fronteira agrícola, estrutura fundiária pulverizada, onde 40% dos estabelecimentos têm menos de 10 ha, alta densidade demográfica rural e a grande distância dos principais mercados consumidores (TESTA et al., 1996, p. 25). A descapitalização verificada em algumas propriedades camponesas, representada pela escassez de recursos para o investimento, e a elevação do nível tecnológico das pequenas propriedades confirmam a frágil economia alicerçada na integração agroindustrial do Oeste Catarinense e que pode levar parcelas consideráveis de jovens do campo ao êxodo rural.

Assim, “[...] o território do campo deve ser compreendido para muito além de um espaço de produção agrícola [...]” (MOLINA, 2006, p. 6), mas pensado a partir dos sujeitos e dos paradigmas da educação que possibilitem a construção de um novo projeto de nação, popular e transformador da realidade dos trabalhadores do campo e da cidade, haja vista que

Um dos fundamentos da Educação do Campo é que só há sentido em construir processos pedagógicos específicos às necessidades dos sujeitos do campo vinculados à construção de outro modelo de desenvolvimento cuja base produtiva principal dê-se a partir das unidades familiares de produção e não do agronegócio e do latifúndio. Pois, não haveria sentido desencadear esforços para a produção de teorias pedagógicas para um campo sem gente, para um campo sem sujeitos, ou, dito de outra forma, para uma ruralidade de espaços vazios. (MOLINA, 2006, p. 6).

De 1980 a 1991 ocorreu um relativo esvaziamento populacional na região Oeste de Santa Catarina. Houve redução de 70 mil pessoas no meio rural, o que, mais uma vez, confirma a crise do modelo adotado de integração das pequenas propriedades rurais com a agroindústria e das políticas de modernização e reestruturação produtiva adotadas pelas agroindústrias em parceria com o Estado (TESTA et al., 1996, p. 26).

Com as rápidas e constantes transformações impostas pelas agroindústrias aos pequenos camponeses familiares, elevam-se os níveis de produtividade por unidade familiar. Assim, portanto, o aumento da produção se dá pela elevação do número de aves alojadas por lote nas unidades camponesas e não pela entrada de novos camponeses familiares, como vinha ocorrendo até o final da década de 1970. A expansão era garantida pela incorporação de camponeses familiares no processo produtivo e de produção de matérias-primas para a agroindústria através do sistema de integração, sendo uma forma vantajosa de obter os insumos necessários, porém

[...] se a nível individual esta elevação da produtividade é benéfica, para o conjunto das unidades familiares não o é, pois se elevam os padrões sociais médios de produção e, conseqüentemente, caem os preços dos produtos. (CAMPOS, 1987, p. 339).

Na medida em que ocorre a ampliação média da produtividade por unidade familiar, conseqüentemente diminui o valor pago por unidade do produto ao camponês familiar integrado.

A redução da renda nas pequenas propriedades oestinas intensifica ações e discursos estatais e da agroindústria, de que, para se manter na atividade, é necessário modernizar-se para aumentar a produtividade da propriedade, com a adoção “[...] das técnicas modernas de produção. [...] a modernização é uma construção e se confunde com o próprio processo de formação e consolidação do capital industrial [...]” (MENDONÇA, 2007, p.93). Os investimentos implicam custos elevados ao camponês familiar, que, sob o comando da agroindústria, intensifica no seio das pequenas propriedades familiares relações modernas de produção e “[...] gestão do processo produtivo, centradas na intensificação do trabalho precarizado, tanto no campo como na cidade” (MENDONÇA, 2007, p.93). Ao mesmo tempo em que aumenta a produtividade em uma propriedade, excluem-se outras tantas. É a visível concorrência entre pequenas propriedades, dentro do sistema capitalista de produção. Ao mesmo tempo é a decadência, a seleção, ou mesmo a crise do modelo de integração agroindustrial e o assalariamento camponês familiar.

Como integrado da agroindústria, estabelece relação capitalista de produção, produzindo matérias-primas para a empresa. Dispõe do meio de produção (aviário), porém aluga de forma contratual a renda na terra para a indústria (OLIVEIRA, 1996). Segundo Ben (2011, p. 58), na propriedade camponesa foi “[...] se estruturando um novo modo de produzir e de se organizar socialmente” no campo. O terreiro dá lugar

ao aviário ou ao chiqueiro, sob a forma de integração com a agroindústria". O camponês familiar, na condição de produtor da matéria-prima (frango), torna-se assalariado no domicílio (MARX, 1996), ou seja, produzindo e recebendo por unidade, na sua propriedade. Não dispõe, porém, dos direitos trabalhistas dos quais o trabalhador assalariado da indústria usufrui, como décimo terceiro salário, fundo de garantia por tempo de serviço (FGTS), previdência social, férias e fins de semana remunerados. Nesta lógica, o camponês aluga para a indústria a renda da terra, sob a forma de contrato simples, ou seja, sem vínculo empregatício, na condição de fornecedor "[...] de matéria-prima para ser processada, para novamente ser consumida pela população rural, mantendo a relação: consumidor – vendedor – consumidor de produtos industrializados" (BEN, 2011, p. 63), na condição de trabalhador simples da agroindústria. Sendo assim,

[...] a renda da terra é gerada pelo trabalho familiar camponês e está contida nos produtos que os camponeses colocam no mercado. Vimos que interessa aos capitalistas, nos casos em que tais produtos se constituem matéria-prima para a indústria, ou simplesmente ao intermediarem a relação entre produtor e consumidor final, se apropriarem da renda da terra. Em outras palavras, sabendo-se que apenas o trabalho é capaz de criar valor, os capitalistas dele se apropriam, ao comprar a produção camponesa a um preço inferior ao valor trabalho nele contido (PAULINO, 2003, p. 109).

Sob o comando da agroindústria, o camponês familiar integrado deverá estar disponível ao capital, como produtor da matéria-prima, nas vinte quatro horas do dia, inclusive nos fins de semana e nos feriados, sem cessar. A expropriação do sobretrabalho (mais-valia) é ampliada com a modernização da agricultura, ocorrida a partir de 1970, com a introdução de novas técnicas e de novos equipamentos no processo produtivo, estabelecido entre a agroindústria e o integrado; um verdadeiro matrimônio dialético entre o camponês familiar e o capital agroindustrial.

### **3 MOVIMENTO HISTÓRICO DA TRAJETÓRIA DA AGROINDÚSTRIA CHAPECÓ ALIMENTOS - UNIDADE DE XAXIM (SC)**

#### **3.1 CRISE DA AGROINDÚSTRIA NO MUNICÍPIO DE XAXIM E AS REPERCUSSÕES LOCAIS**

A origem da unidade da Chapecó Alimentos de Xaxim se deu da união de capitais entre Domingos, Adolfo e André Lunardi (Irmãos Lunardi), sendo este último gerente da unidade no ano de 1936 (período em que se inicia a construção), tendo início as atividades em 1939, com o nome de Frigorífico Diadema. Iniciou a produção com 50 trabalhadores diretos, no abate e comercialização de suínos.

Foto 4. Frigorífico Diadema em Xaxim, no ano de 1946



Fonte: Acervo particular de Valdir Skrzypczak

A oferta de suínos nas redondezas do município, assim como da mão de obra assalariada disponível na região, após o processo de colonização possibilitou a instalação do frigorífico Diadema em Xaxim, com a união de capitais dos proprietários da Colonizadora Irmãos Lunardi, originado através do lucro com a comercialização dos lotes aos colonos.

No ano de 1963, o frigorífico Diadema foi incorporado pela S/A Indústria e Comércio SAIC, cuja matriz estava estabelecida em Chapecó (SC), e que, com a aquisição da unidade em Xaxim, instalava uma filial (OLIVEIRA, 1992, p. 123-124). A unidade foi ampliada e modernizada, dando continuidade ao abate de suínos até o final do ano de 1975.

No dia 2 de janeiro de 1976, a SAIC passou a atuar no setor de avicultura, quando foi fundada a Chapecó Avícola S/A, com um quadro de 72 trabalhadores diretos e um abate de 500 aves por dia (ALBA, 2002, p. 73). Segundo a autora, a década de 1970 representou um processo de expansão para a SAIC, quando adquiriu, no dia 7/12/1979, um abatedouro de suínos em São Carlos, município localizado no Oeste de Santa Catarina, que se encontrava em crise financeira.

Depois, porém, em meio a sucessivas crises e má administração, no ano de 1998 o Grupo Chapecó foi adquirido pelo Grupo Macri, da Argentina, considerado o terceiro maior grupo argentino. Após a aquisição, a empresa momentaneamente se equilibrou, porém o próprio grupo argentino, em crise também, não conseguiu administrar a situação, que desencadeou uma nova crise na empresa Chapecó Alimentos, devido ao endividamento e à falta de capital de giro.

Quando da paralisação das atividades e do fechamento da empresa em 20 de maio de 2003, contava com 1.600 trabalhadores diretos, aproximadamente 400 funcionários indiretos e 800 avicultores com 1.103 aviários, sendo 51 no Distrito da Linha Limeira, interior do município de Xaxim, e contando com aproximadamente 40 avicultores no local<sup>16</sup>.

Com a modernização verificada nas décadas de 1970 e 1980 nas agroindústrias do Oeste Catarinense, pode-se dizer que o processo de acumulação de capitais pelas agroindústrias ocorreu, sobretudo, pelos processos de centralização e de concentração de capitais, sendo que os frigoríficos menores foram incorporados pelas agroindústrias maiores (ALBA, 2002, p.96).

Com a incorporação pelo Grupo Macri, da Argentina, o Grupo Chapecó Alimentos internacionalizou-se, sendo que

[...] o elevado grau de endividamento em projetos de expansão de abatedouros leva alguns grupos agroindustriais a transferir seus patrimônios a grupos estrangeiros. Portanto, um processo de desnacionalização de uma parcela do setor industrial. (ESPÍNDOLA, 1999, p. 263-264).

A unidade agroindustrial em Xaxim (SC) representa 29,05%<sup>17</sup> da arrecadação do município e, portanto, consegue impor o seu domínio não só nas pequenas propriedades agrícolas através da integração, mas nas demais indústrias locais e no

<sup>16</sup> Informações obtidas junto ao setor de fomento do Frigorífico Diplomata em 8/3/2004.

<sup>17</sup> Dado referente ao ano base de 2010, obtido junto ao setor de tributação da Prefeitura Municipal de Xaxim (SC), em 20/3/2012.

próprio comércio, que depende exclusivamente das atividades da empresa, em razão do consumo de seus funcionários e familiares.

Na década de 1990, a Chapecó Alimentos chegou a possuir quatro unidades frigoríficas, sendo duas no abate e industrialização de suínos (Chapecó/SC e, Santa Rosa/RS) e duas no abate e industrialização de aves (Xaxim/SC e Cascavel/PR). Distribuiu, portanto, suas unidades fabris nos três estados do Sul. Apresentava duas unidades desativadas, sendo uma no ramo de suínos em São Carlos (SC) e outra no setor avícola em Monte Alegre do Sul (SP). Possuía granjas espalhadas por muitas cidades do Oeste Catarinense e do Paraná, além de incubatórios, fábricas de ração, reflorestamentos, etc.. Formava, portanto, um conglomerado agroindustrial de grande proporção e ocupava, até 1994, o 4º lugar no *ranking* das dez maiores exportadoras de frangos e o 3º lugar nas exportações de suínos (ALBA, 2002, p. 79).

No início de 1997, uma forte crise financeira se originou no Grupo Chapecó, sendo que, no dia 11 de março de 1997, foi assinado “o acordo de credores e outros pactos”. Ainda foi concedido um empréstimo através do banco estatal Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), no valor de US\$ 40 milhões, com juros de 4% ao ano e carência de 24 meses. Com isso a dívida do grupo, que era de 115,4 milhões em 1995, passou para 147, 7 milhões em 31/12/1996 (ALBA, 2002, p. 82). Uma questão que chama a atenção é o fato de que, em dezembro de 1995, o mesmo Grupo Chapecó adquiriu um complexo industrial de aves, pertencente à Diplomata Agroindustrial S/A na cidade de Cascavel (PR), e que, num curto espaço de tempo, ou seja, pouco mais de um ano, eram necessários empréstimos de instituições financeiras estatais, como é o caso dos US\$ 40 milhões fornecidos pelo BNDES em 1997. Isso confirma o socorro dos governos federal e estadual para os grandes grupos privados agroindustriais, através da concessão de empréstimos de instituições públicas financeiras, a exemplo do BNDES. Esses recursos financeiros, muitas vezes, não são usados corretamente, desencadeando a desestruturação e sucessivas crises na cadeia produtiva da região, porém permitem enriquecer alguns poucos proprietários e administradores (Grupo Chapecó - Plínio Arlindo de Nes Filho e Grupo Macri - Francisco Macri) desses complexos agroindustriais, sendo que

As transações feitas na venda do Grupo Chapecó para o Grupo Macri estão sob suspeita pela Procuradoria da República Federal. O montante (R\$ 51 milhões) emprestado pelo BNDES, em 1997, para a

aplicação nas unidades do grupo, pode ter sido usado para outro fim (GAZETA DO POVO, 10 abr. 1999 apud ESPÍNDOLA, 1999, p. 264).

Desde a aquisição do Grupo Chapecó pelo Grupo Macri da Argentina a partir da sua subsidiária no Brasil – Alimbrás S/A e Francisco Macri, muitos foram os investimentos realizados nas unidades fabris, granjas e incubatórios, visando à modernização e à automatização das unidades, porém com ajuda e suporte do Estado, pois

O BNDES [...] desembolsou US\$ 137 milhões, entre abril de 1997 e dezembro de 1999, na operação que cedeu o controle do frigorífico Chapecó para o grupo argentino Macri. Na operação de socorro à Chapecó, o BNDES usou recursos na forma de empréstimos à empresa, financiando para a sua compra pela Alimbrás S/A, subsidiária brasileira do grupo do empresário Francisco Macri, e na aquisição de 36,18% do capital da Chapecó – após a compra do controle deste pela Alimbrás (FOLHA DE SÃO PAULO, 27 ago. 2000, p. A-4 apud HENN; SILVA; HENN, 2010, p. 9).

Com a crise estabelecida na Argentina no ano de 2001 e com o consequente endividamento do Grupo Macri, sobretudo por empréstimos advindos de instituições financeiras públicas e privadas, ocorreu a falta de dinheiro para o capital de giro necessário para a continuidade da produção (DIÁRIO CATARINENSE, 10 set. 2003).

O problema começou a ser sentido no final de 2002, quando começaram a ser suspensos os pagamentos para os integrados, transportadores e fornecedores, além da falta de milho e demais insumos para a fabricação da ração para aves e suínos. Sem a possibilidade de realizar novos empréstimos, no final de abril de 2003 encerraram-se as atividades do grupo, sendo que, no dia 20 de maio de 2003, grande parte dos trabalhadores foi demitida, cerca de 1.400, de um total de 1.600 funcionários.

Um fato interessante é que, no ano de 2002, a Chapecó Alimentos, em plena atividade, obteve faturamento de R\$ 670 milhões (53% em exportações) e no início de 2003 possuía uma dívida de aproximadamente R\$ 1 bilhão, destes cerca de R\$ 900 milhões somente com o setor financeiro, através de empréstimos contraídos junto aos bancos públicos (como o BNDES, Banco do Brasil, Bannisul e Badesc) e privados (incluindo o Bradesco e o Bozzano Simonsen), originando enorme crise no município de Xaxim e região Oeste Catarinense, com o fechamento da unidade em

maio de 2003 e a demissão de dois mil trabalhadores diretos da empresa e 960 avicultores e suinocultores integrados à agroindústria (DIÁRIO CATARINENSE, 19 out. 2003).

Houve várias tentativas de arrendamento e compra com a participação dos governos federal, estadual e municipal, incluindo a criação, no ano de 2003, do Fórum em Defesa pela Chapecó Alimentos. Integraram esse Fórum os ex-prefeitos de Xaxim (Cezar Fonini) e de Chapecó (Pedro Uczai), “[...] principal articulador político da mobilização para salvar a empresa [...]” (JORNAL SUL BRASIL, 03 out. 2003), sendo também presidente da comissão. As lideranças políticas regionais dos mais diversos partidos políticos trataram de se mobilizar e intermediar contatos com lideranças políticas estaduais e federais, a fim restabelecer o capital agroindustrial em crise.

Com presença no setor do agronegócio brasileiro, o grupo multinacional francês Coinbra/Dreyfus lançou proposta de compra do grupo Chapecó Alimentos. Segundo o mesmo jornal, “A proposta da Dreyfus de R\$ 175 milhões inclui também o valor da marca e a capacidade de retomada da produção dentro de pouco tempo” (JORNAL SUL BRASIL, 03 out. 2003), porém, devido ao endividamento do grupo, de aproximadamente R\$ 1 bilhão, não foi concretizado o negócio com a multinacional.

Como alternativa para salvar o grupo, o caminho encontrado pelas lideranças políticas regionais e a direção da empresa foi mobilizar deputados, senadores, representantes da Casa Civil da Presidência e do BNDES, visando obter o perdão de 96,8% das dívidas da agroindústria com os bancos estatais, principalmente o BNDES (principal credor), e arrendar as quatro unidades (Santa Rosa – RS, Cascavel – PR, Chapecó/SC e Xaxim/SC.) de forma separada para grupos agroindustriais nacionais. O discurso realizado pelas lideranças políticas e econômicas da região foi o de convencer os bancos públicos a perderem muito, para não perderem tudo (DIÁRIO CATARINENSE, 10 set. 2003, p. 18), sendo decisão adotada pelo

[...] BNDES que tinha cerca de R\$ 560 milhões e já oficializou em documento a adesão ao deságio. Pedro Uczai disse que a missão é tentar até sexta-feira que os bancos entreguem um documento aceitando o deságio. (DIÁRIO CATARINENSE, 16 out. 2003).

Para restabelecer as atividades produtivas da agroindústria Chapecó Alimentos, o BNDES aceitou receber apenas 3,2% do total da dívida de R\$ 560

milhões, ou seja, cerca de R\$ 20 milhões. Na prática, o Estado representa um importante aliado do capital, constituindo-se num verdadeiro “comitê da burguesia” (MARX, 1996), pois serve de forma generosa o capital, resolve momentaneamente a crise produzida no seio do próprio sistema capitalista e lhe garante a continuidade.

A União, através do BNDES, principal credor do grupo Chapecó Alimentos, tratou de intermediar a assinatura dos contratos de compra e venda, com prévio arrendamento, das unidades da agroindústria Chapecó. As unidades de Cascavel (PR) e de Xaxim (SC) foram arrendadas pela Globoaves, porém a unidade de Xaxim foi repassada para o frigorífico Diplomata, sendo os dois grupos agroindústrias de propriedade da família Kaefer: “A Chapecó também negociou as unidades frigoríficas de suínos em Santa Rosa (RS) e Chapecó (SC), para as empresas Alibem Alimentos e Cooperativa Aurora, respectivamente” (JORNAL O GUARANY, 2004, p. 1).

Na data de 18 de dezembro de 2003, o Frigorífico Diplomata S/A Industrial e Comercial, com sede em Cascavel (PR), assumiu a unidade frigorífica de Xaxim, juntamente com granjas e incubatório. O arrendamento prévio, com um contrato de compra e venda da unidade, foi assinado pela agroindústria Globoaves, sendo que o valor do possível negócio é de R\$ 48,1 milhões e que,

Segundo informações dos Diretores da Globoaves Agro Avícola, Roberto Kaefer e Velci Luiz Kaefer efetivou-se contrato de compra e venda com prévio arrendamento, onde a Globoaves assume toda a unidade formada por abatedouro para 300 mil aves/dia; fábrica de ração para 22.000 ton./mês; incubatório e granjas matrizes. O valor do negócio é de R\$ 48,1 milhões, que serão pagos com carência mínima de 300 dias após a Chapecó ter apresentado toda a documentação para a transferência da propriedade. Enquanto isso, será pago um arrendamento mensal de R\$ 266 mil que vai ser abatizado do valor da compra. A unidade de Xaxim já está sendo operada em sistema de parceria com a Diplomata Industrial e Coml. Ltda., de Cascavel (JORNAL O GUARANY, 2004, p. 1).

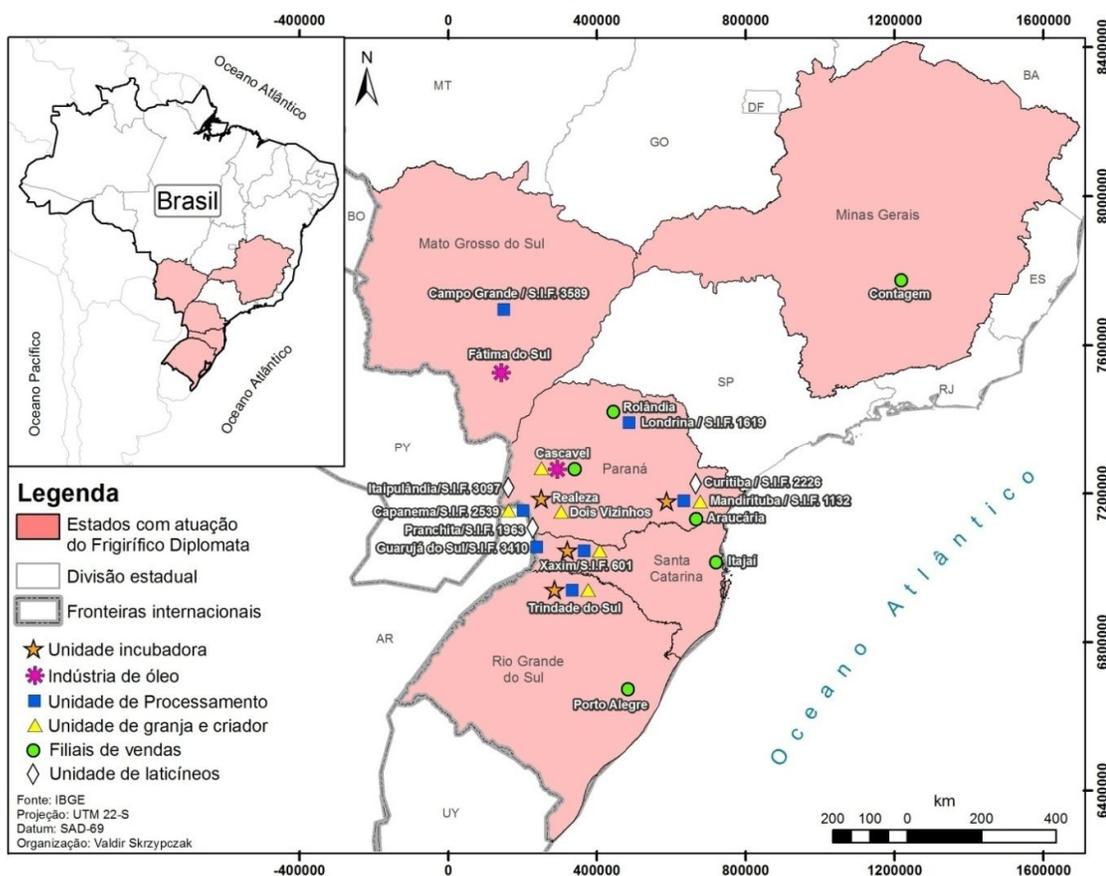
O Grupo Diplomata S/A Industrial e Comercial iniciou suas atividades no ano de 1976, em Toledo (PR), com uma granja de aves, produzindo 500 frangos por dia. Com o objetivo de expandir os negócios, em 1978 passou a sua sede administrativa para Cascavel (PR), onde permanece até hoje.

Em 1996, entrou em funcionamento o abatedouro de aves, situado em Capanema, no Sudoeste do Paraná, com um abate atual de 120 mil aves por dia. Recentemente arrendou também uma unidade frigorífica de aves em Garibaldi (RS),

ampliando para 500 mil aves por dia a estrutura de abate. A cadeia produtiva abrange a produção de matrizes, incubação, criação de frangos de corte em sistema de integração, fábrica de ração, frigorífico e industrialização (JORNAL O GUARANY, 2004, p. 3).

Na atualidade, a agroindústria Diplomata se distribui espacialmente nos três estados da Região Sul do Brasil (Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul), além de Mato Grosso do Sul e de Minas Gerais. Como complexo agroindustrial, apresenta considerável diversidade produtiva nos setores de aves, óleo de soja e produtos lácteos, com maior concentração destas atividades no Estado do Paraná, conforme a Figura 3.

Figura 3. Mapa da expansão territorial da agroindústria Diplomata no Brasil



Fonte: IBGE. Adaptado por Valdir Skrzypczak

De acordo com a legenda, o mapa de espacialização da agroindústria Diplomata apresenta distribuição da produção em cinco Estados brasileiros, com unidades de abate e de processamento de aves, laticínio e indústria de óleo. No Estado do Paraná concentra a sede de controle administrativo do grupo, na cidade de Cascavel. Já na cidade de Xaxim – SC, a empresa possui uma planta de incubação e a principal planta fabril de processamento de aves do grupo.

A agroindústria Diplomata S/A Industrial e Comercial possui granjas e matrizes em Dois Vizinhos (PR), incubatório em Realeza (PR), frigorífico em Capanema (PR) e Xaxim (SC), além da fábrica de ração e indústria de óleo e farelo de soja em Cascavel (PR) e a indústria de embutidos em Curitiba (PR). Com a atual crise do setor e, portanto, do sistema capitalista de produção, no mês de julho de 2012 a agroindústria Diplomata anunciou a suspensão do abate e o fechamento de duas unidades produtivas, sendo uma em Mandirituba (PR) e outra na cidade de Londrina (PR), onde eram abatidas 110 mil aves por mês.

Com o reinício das atividades na unidade frigorífica de Xaxim, os avicultores que permaneceram na atividade passaram a produzir novamente para a Diplomata, assim como grande parte dos trabalhadores foi recontratada pela agroindústria. Um fato notável que ocorreu com a abertura da unidade produtiva de Xaxim foi a desvalorização salarial dos trabalhadores da agroindústria, pois, em média, houve uma redução de R\$ 50,00 nos seus salários, com o início das atividades pela agroindústria arrendatária.

A exploração não parou por aí. Além de esses trabalhadores reincorporados possuírem certa qualificação para as inúmeras atividades realizadas dentro da agroindústria, pois trabalhavam antes da paralisação das atividades pela Chapecó Alimentos, e, portanto, desempenhavam determinadas funções no processo produtivo da empresa, iniciaram suas atividades com salário-base menor. Com o enorme desemprego que se verificava na época (2003) na cidade, sendo um dos maiores do Estado, em torno de 20% da população economicamente ativa, foi fácil ao capital agroindustrial, que contou com a ajuda do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Carnes e Derivados de Xaxim (SINTRAC), sensibilizar os proletários a aceitar tais condições pelo emprego. Ainda se pode destacar que a participação do SINTRAC, através do seu presidente, Pedro Kalinoski, reforçou a proposta em consonância com o empresário Alfredo Kaefer, proprietário da agroindústria Diplomata Industrial e Comercial Ltda., para que aceitassem as condições impostas pela empresa arrendatária. Foi uma maneira de sensibilizar, em nome do capital, a massa de trabalhadores a aceitar tais condições determinadas pela agroindústria, garantindo o reinício das atividades e dando preferência à mão de obra qualificada e a base salarial inicial da grande massa que é de R\$ 349,25 (JORNAL O GUARANY, 2004, p. 4). Assim, portanto, a empresa obteve inúmeras vantagens no processo de arrendamento da unidade para ampliar a acumulação de capital.

Na cidade contou com um exército de proletários desempregados da antiga agroindústria Chapecó Alimentos (falida), que aguardavam ser reincorporados pelo capital agroindustrial no processo produtivo. No campo, contou com a estrutura dos aviários fechados e, portanto, prontos para o alojamento das aves, além dos pequenos camponeses e suas famílias, que aguardavam o reinício no processo de integração. Para intermediar as relações contraditórias entre o capital (representado pela agroindústria Diplomata) e o trabalho (constituído nesta pesquisa pelos camponeses familiares integrados e os trabalhadores assalariados da empresa), as lideranças sindicais trataram de oficializar os elogios aos “[...] grandes heróis [...] os avicultores que continuam fiéis à empresa” (Entrevista realizada com Ledinho Curtarelli – Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xaxim. JORNAL O GUARANY, 2004, p. 4). Aos produtores que permaneceram com seus aviários fechados durante a crise da empresa, porém “fiéis” e aguardando o reinício das atividades, “[...] será repassada uma compensação de R\$1.200,00 (para aviários de 1.200m<sup>2</sup>) e R\$ 600,00 (para aviários de 600m<sup>2</sup>)” (Entrevista realizada com Ledinho Curtarelli – Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xaxim. JORNAL O GUARANY, 2004, p. 4). Segundo Alba (2002), a submissão dos sindicatos aos grupos agroindustriais representa um verdadeiro fascismo sindical, pois

O objetivo de defesa da categoria é completamente inexistente, uma total falta de democracia e ética sindical, levando um certo medo e insegurança quanto a participação e oposição nos próprios filiados e trabalhadores da categoria, de maneira geral (ALBA, 2002, p. 121-122).

As práticas antidemocráticas e sem a participação direta dos trabalhadores da agroindústria através do voto no processo de escolha da presidência do sindicato SINTRAC de Xaxim, que se encontra à frente da entidade há mais de uma década de forma ininterrupta, representa a fragilidade da organização sindical frente ao capital agroindustrial, que intensifica as formas precarizadas e degradantes do trabalho. Há um distanciamento das demandas dos proletários da agroindústria e os propósitos dos líderes sindicais, reproduzindo “[...] no plano sindical a concepção burguesa de divisão do trabalho, em que os trabalhadores trabalham e os líderes cuidam de seus interesses” (CARVALHAL, 2006, p. 21), fragilizando o movimento e a organização. Esse fato demonstra a dificuldade de organização dos trabalhadores

da agroindústria e a inexistência do processo democrático na escolha dos seus representantes sindicais.

Porém, de maneira geral o que se verifica nos últimos anos são organizações sindicais dos trabalhadores das indústrias de carnes da região mais atuantes na defesa da classe, resultado das pressões e movimentos dos proletários pela realização de eleições diretas nos sindicatos e das mobilizações por melhores salários e condições de trabalho frente à classe empresarial. Como exemplo, pode-se citar a assinatura da Norma Regulamentadora N° 36 em abril de 2013 pelo Ministro do Trabalho e Emprego, Manoel Dias, também conhecida como NR dos frigoríficos, que busca a prevenção e a redução de acidentes de trabalho e doenças ocupacionais, com adequação e organização de postos de trabalho, adoção de pausas durante a produção e a obrigatoriedade dos rodízios das atividades.

Quanto ao Grupo Diplomata, iniciou as atividades produtivas em Xaxim no dia 16 de fevereiro de 2004, com um abate de 150 mil aves/dia, ou seja, 50% da sua capacidade total, que é de 300 mil aves/dia e com um total de 1.160 trabalhadores diretos<sup>18</sup>.

De acordo com entrevista realizada com gerente<sup>19</sup> de produção da unidade de Xaxim, na atualidade, a agroindústria Diplomata abate em média 200 mil aves/dia, mantendo 2400 trabalhadores diretos e 150 avicultores integrados na cidade de Xaxim (SC). Concentra a produção da matéria-prima (frango) de forma integrada com os camponeses familiares nos Estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, totalizando 770 aviários, com mais de 9 milhões de aves alojadas<sup>20</sup>. A especialização dos lotes compreende 9 cidades da Região Noroeste do Rio Grande do Sul e 37 cidades da Região Oeste de Santa Catarina, abrangendo 46 municípios nos respectivos estados.

---

<sup>18</sup> Informações obtidas junto ao Jornal O Guarany – Xaxim (SC), sem data.

<sup>19</sup> Entrevista realizada com V.N., gerente da unidade agroindustrial de Xaxim (SC), em 17 dez. 2011. O objetivo da entrevista foi coletar dados atualizados da realidade da unidade de processamento da empresa no município, inserindo-os na pesquisa.

<sup>20</sup> Entrevista realizada com supervisor de frango de corte, junto ao setor de fomento da agroindústria Diplomata de Xaxim, em 19 out./ 2012. A concentração da matéria-prima da agroindústria Diplomata de Xaxim encontra-se na região Oeste de Santa Catarina e Norte do Rio Grande do Sul, devido à proximidade com a empresa e a existência de pequenas propriedades camponesas familiares, de acordo com entrevistado.

Figura 4. Mapa da concentração avícola da agroindústria Diplomata de Xaxim/SC, na Região Oeste de Santa Catarina



Fonte: Diplomata – Setor de fomento da unidade de Xaxim (SC). Adaptado por Valdir Skrzypczak

A produção avícola da agroindústria Diplomata do município de Xaxim está concentrada em pequenas propriedades camponesas familiares. As pequenas propriedades integradas se distribuem num raio de distância de até 250 km, o que facilita o transporte para a entrega da ração, o deslocamento dos técnicos e o carregamento das aves em tempo relativamente reduzido. Com relação à escolarização formal dos camponeses familiares, compreende o ensino fundamental incompleto em sua maioria, totalizando aproximadamente 90% dos integrados.

No mercado nacional, a empresa atua de forma expressiva na região Sudeste, com destaque para os mercados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais. Na região Sul, os maiores volumes de vendas estão em Porto Alegre e Curitiba, além da região Centro-Oeste. No mercado externo, exporta seus produtos para Europa, África e Ásia, com destaque para o Oriente Médio. Na América, entre os principais países que se destacam em compras de produtos, estão Venezuela, Argentina, Chile e Canadá.

### 3.2 RELAÇÃO CAMPO/CIDADE, NA LÓGICA DO CAPITAL AGROINDUSTRIAL NA REGIÃO OESTE DE SANTA CATARINA

A relação dialética entre cidade e campo, neste início do século XXI, tem a especialização de determinados espaços de produção que visam atender à reprodução contínua e ampliada do capital como sua principal característica econômica. Espaços e pessoas são incluídos e excluídos de acordo com os interesses da indústria capitalista. Nessa lógica, campo e cidade não estão separados, mas unidos dialeticamente, sendo que

O reconhecimento de um contínuo cidade/campo não pressupõe o desaparecimento da cidade e do campo como unidades espaciais distintas, mas a constituição de áreas de transição e contato entre esses espaços que se caracterizam pelo compartilhamento, no mesmo território ou em micro parcelas territoriais justapostas e sobrepostas, de usos de solo, de práticas socioespaciais e de interesses políticos e econômicos associados ao mundo rural e urbano. (SPOSITO, 2010, p. 121).

A partir dos anos 1970, mudanças significativas e rápidas vêm ocorrendo no âmbito econômico, social e político do mundo, sendo o próprio desenvolvimento do modo de produção capitalista considerado, por muitos pesquisadores/autores, como um mundo pós-moderno. Observa-se, atualmente, utilizando o termo de Harvey (1993), uma compressão ou “encolhimento” do espaço, processo esse provocado pelo avanço dos sistemas de comunicação e informação, avanço possibilitado, sobretudo, pelas novas redes de telecomunicação, que permitem a divulgação, a compra e a venda instantaneamente de produtos em qualquer parte do mundo.

As empresas, que, dentro do processo de globalização da economia, desejam se manter e competir, buscam constantemente se modernizar, automatizando as etapas de produção e exigindo maior escolarização dos trabalhadores. A educação a que esses proletários estão sendo submetidos reproduz a lógica do capital, baseada na compra, extração e apropriação da mais-valia ou sobretrabalho do camponês e do operário da fábrica, reproduzindo a lógica do capital, intensificando as formas de assalariamento e de precarização do trabalho no campo e na cidade.

Observam-se, portanto, mudanças no interior de muitas empresas, como a adaptação dos sistemas rígidos de organização empresarial do fordismo/taylorismo aos modelos flexíveis do toyotismo mediante adoção de formas de produção, de

administração, de circulação e de informação com capacidade de adequação das máquinas, da gerência e do contrato de trabalho. Tudo isso visa garantir o atendimento das exigências e da competitividade do mercado. Temos, portanto, na maior especialização do território (rural e urbano), uma nova divisão territorial do trabalho e, portanto, uma nova Geografia Regional.

Para Saquet (2004, p.123),

[...] o território [se constitui] como fruto do processo de apropriação e domínio de um espaço, [onde as] relações de poder econômico, político e cultural [se articulam como num verdadeiro] campo de forças.

Segundo Milton Santos (1989), o território apresenta-se cada vez mais rígido, isto é, produzido para atender a uma determinada produção e onde cada coisa tem o seu lugar: a indústria, o rico, o pobre... Esse processo é fruto da composição técnica e orgânica do capital. Para o autor, a produção é técnica, mas ela é, sobretudo, socioeconômica. Mesmo assim, porém, para Saquet (2004, p.123) os “[...] territórios são produzidos espaço-temporalmente pelo exercício do poder por determinado grupo ou classe social”. E é por isso que o território se especializa cada vez mais. E pode-se afirmar considerando também o campo brasileiro. Este não é hostil ao capital, pelo contrário, acolhe e difunde rapidamente, produzindo e reproduzindo novos espaços regionais e também novos territórios.

Se ficarmos numa análise apenas local para o estudo da organização do espaço, sem buscar elementos na escala mundial, corremos o risco da parcialidade da análise, pois hoje “[...] os subespaços do mundo subdesenvolvido são dominados pelas necessidades das nações que estão no centro do sistema mundial” (SANTOS, 1992, p. 21), e não resultado das necessidades imediatas do lugar. Os espaços são, hoje, forçados a usar suas características e necessidades próprias em benefício do todo mundializado. Como Xaxim não é uma ilha, a agroindústria que aí está não conseguiria chegar ao estágio de crescimento, se a mesma não usasse a inovação tecnológica e a diversificação de produtos para competirem com o mercado nacional e mundial e expandindo-se não só no mercado, como também na implantação de filiais em outros locais do país. As regras do sistema capitalista são impostas de fora, através da (multi-trans-)nacionalização do capital. Cabe aos locais adaptarem-se a elas, realizarem suas exigências e sobreviverem às imposições. A base técnica e tecnológica demandada pelo capital sobre os diferentes espaços através da

modernização lhe garante impor novos processos produtivos e novos ritmos na relação entre capital e trabalho.

A agricultura não é mais um espaço responsável exclusivamente pelo fornecimento de produtos para a sobrevivência da humanidade, ela “[...] é cada vez mais transformada em simples ramo da indústria e é dominada completamente pelo capital” (MARX, 1996, p. 18). Em Xaxim e região, a agricultura, nos primeiros anos da colonização, esteve voltada para as necessidades imediatas do próprio agricultor e do comércio, que desempenhava a função de atender às necessidades do pequeno número da população urbana que habitava o local. Depois, ela – a agricultura – passou a atender ao interesse das empresas agroindústrias. A produção agrícola passou a ser controlada pelas agroindústrias, selecionando produtos e produtores de acordo com as necessidades do tempo/espaço do capital. Para atender às constantes exigências da agroindústria, o camponês familiar integrado busca incorporar as novas técnicas e tecnologias da produção, ampliando a produtividade, na tentativa de permanecer na atividade de integração. Sob o comando da agroindústria e dos bancos, recorrem para realizar financiamentos e empréstimos, a fim de modernizar e permanecer na atividade. Com isso ocasionou a falência de pequenos camponeses e de um modelo de pequena propriedade camponesa familiar de subsistência e, conseqüentemente, o aumento do êxodo rural e de famílias sem terra, agravando a problemática social no campo e na cidade.

Uma vez que a agricultura não visa mais apenas atender às necessidades da família e de sua propriedade, a agricultura terá que se estruturar e produzir de acordo com os interesses e as necessidades do mercado, que é, sobretudo, urbano. A cidade muda o campo e lhe impõe as suas regras. Com a ação agroindustrial, as imposições da cidade sobre o campo são ainda maiores, pois necessitam da matéria-prima que tem sua origem no campo e que deverá se adaptar segundo os padrões tecnológicos e de produção da empresa.

Para Santos (1993), não existe dualidade entre urbano e rural, mas uma relação dialética. No espaço urbano, a presença da cidade representa a concentração e o comando das atividades impulsionadas pela divisão técnica do trabalho e da produção capitalista, enquanto o campo está representado pelo isolamento e a dispersão. De acordo com Sposito (2010, p. 115), a oposição entre campo e cidade cede lugar às relações de complementaridade e unicidade concebidas a partir das relações dialéticas estabelecidas pelo capital. Na divisão

social e territorial do trabalho e da produção, campo e cidade dividem-se e se complementam num *continuum* de relações socioespaciais. Dessa forma,

A cidade, marcada pela concentração [...], é espaço propício à realização de atividades que requerem encontro, proximidade ou possibilidade de comunicação, especialização e complementaridade de papéis e funções. O campo, marcado mais pela extensão e dispersão, atende técnica e economicamente ao desempenho de outras atividades. No entanto, [...] não há divisão técnica ou econômica, que não seja também divisão social do trabalho. (SPOSITO, 2010, p. 116).

Assim se tem um processo de cooperação que desencadeou uma divisão social do trabalho e da produção; de um lado, um espaço urbano monopolista e, de outro, um espaço agrário controlado e submetido às necessidades de acumulação crescentes do capital urbano, as agroindústrias de carnes.

A agricultura moderna e as agroindústrias mudam as relações cidade-campo. As cidades locais mudam de conteúdo: as cidades dos notáveis (o padre, o tabelião, o juiz, a professora, etc.) passam a ser as cidades econômicas onde são imprescindíveis os agrônomos, os veterinários, os bancários, os especialistas em adubos, o comércio especialista, etc. Não é mais a cidade que cria a região ou a zona, mas a zona que cria a cidade.

São significativas as transformações que estão ocorrendo no Brasil e no mundo nas últimas décadas. Essas transformações revelam as mudanças nos diferentes espaços, que são compreendidos dialeticamente, pois representam diferentes maneiras de produção e reprodução do capital, desde as formas mais simples até as formas mais elaboradas da atualidade, mediante o uso da ciência e da tecnologia de ponta. Longe de representarem a modernidade, essas mudanças representam uma nova feição do capitalismo nos seus novos padrões de acumulação e exploração, caracterizando, neste momento, o “apogeu do colapso da modernidade”.

A lógica de formação desses espaços rural/urbano, impostos pela agroindustrialização, é dialética e desenvolvida na lógica do sistema capitalista, contraditório e em movimento. Espaços e pessoas são incorporados ou excluídos na medida em que se fazem necessários ou não ao capital, como é o caso da formação socioespacial de Xaxim, também da sua gente, ou seja, os trabalhadores do campo e da cidade, que, direta ou indiretamente, estão subordinados à lógica de

acumulação capitalista das agroindústrias. Necessita-se de uma nova escola, que desenvolva no educando a formação para as condições reais de existência, que promova a autonomia e a liberdade das condições destrutivas do capital, que “[...] produz conhecimento, cria habilidades e forma sua consciência” (CALDART, 2009, p. 101). Precisa-se de uma escola que “[...] vincule a educação às questões sociais inerentes à sua realidade [...]”, do campo e da cidade, e não a escola que reproduz as atuais relações sociais de produção entre o capital e o trabalho e atende aos interesses capitalistas (FERNANDES, 1999, p. 53) de acumulação crescente em escala global.

### 3.3 EDUCAÇÃO FORMAL/ESCOLAR E NÃO FORMAL: COMPLEMENTARIDADE E A NEGAÇÃO

Até o início da década de 1980, a educação não formal foi um campo de menor importância nas políticas públicas e nas discussões entre os educadores do Brasil. A atenção esteve voltada para a educação formal ou institucionalizada, desenvolvida nas instituições escolares de ensino, sob o comando do Estado. Na atualidade, porém,

[...] a Educação tem sido proclamada como uma das áreas-chave para enfrentar os novos desafios gerados pela globalização e pelo avanço tecnológico na era da informação. A educação é conclamada também para superar a miséria do povo, promovendo o acesso dos excluídos a uma sociedade mais justa e igualitária, juntamente com a criação de novas formas de distribuição da renda e da justiça social. Neste cenário, observa-se uma ampliação do conceito de Educação, que não se restringe mais aos processos de ensino-aprendizagem no interior das unidades escolares formais, transpondo os muros da escola para os espaços da casa, do trabalho, do lazer, do associativismo etc. Com isto um novo campo da Educação se estrutura: o da educação não formal (GONH, 2011, p. 17).

A educação não formal tem sido um campo de estudo pouco debatido entre os educadores no Brasil até a década de 1980. Os espaços de desenvolvimento e ação compreendem as mais diversas instâncias da sociedade, sendo: nas associações de bairros, nos partidos políticos, nas igrejas, nos sindicatos, nas organizações não governamentais (ONGs), etc., a partir de experiências de participação/formação da consciência a partir da educação não escolar. Assim,

“Tudo o que ocorre fora dos muros das escolas é pensado como aprendizagem não escolar e perde seu caráter de educação propriamente dita” (GOHN, 2011, p. 108).

Para Haddad (2011), a distinção entre educação formal/escolar e não formal pode ser compreendida a partir da imagem de um *iceberg*, em que a parte visível é a educação formal/escolar e, portanto, institucionalizada, “aquela que se confunde com o próprio termo Educação e que é valorizada socialmente como um direito humano e fator de conquista de cidadania” (HADDAD, 2011, p. 27), e em que a parte submersa, de maior dimensão e responsável pela sustentação da parte visível, denominada por educação não formal. Segundo o autor,

A educação escolar trata do processo educativo institucionalizado, graduado em séries, hierarquizado. A outra, que ocorre fora deste marco oficial do sistema escolar, abrange desde práticas educativas formalmente organizadas e sistematizadas até processos informais de ensino e aprendizagem. A somatória do escolar com o não escolar constituiria o universo de toda a Educação (HADDAD, 2011, p. 27).

Organizada de forma seriada, a educação formal/escolar, de caráter público ou privado, está institucionalmente estabelecida pelo Estado a partir de normas e leis. O processo de elaboração do conhecimento dá-se na relação ensino/aprendizagem, professor/aluno.

A educação não formal, desenvolvida em espaços exteriores das unidades escolares, especialmente a partir da década de 1990 com as mudanças na economia e no mundo do trabalho e da produção, buscou valorizar a aprendizagem em grupo a partir de valores culturais e das experiências externas à escola, sem a sistematização dos conteúdos, mas “[...] por meio da prática social [...] da vivência de certas situações-problema” (GOHN, 2011, p. 111).

Segundo Gohn (2011), podem-se distinguir diferentes formas de aprendizagem a partir da educação formal seriada e institucionalizada sob o comando do estado burguês, da educação não formal dos movimentos sociais, das organizações populares, etc., de acordo com o quadro:

Quadro 1. Educação formal e não formal – Escolarização X Aprendizagem

<b>TIPOS DE APRENDIZAGEM</b>	
<b>Escolas tradicionais</b>	<b>Associações democráticas para o desenvolvimento</b>
Apresentam um caráter compulsório	Apresentam um caráter voluntário
Dão ênfase apenas à instrução	Promovem, sobretudo, a socialização
Favorecem o individualismo e a competição	Promovem a solidariedade
Visam a manutenção do <i>status quo</i>	Visam o desenvolvimento
Preocupam-se, essencialmente, com a reprodução cultural e social	Preocupam-se, essencialmente, com a mudança social
São hierárquicas e fortemente formalizadas	São pouco formalizadas e pouco ou incipientemente hierarquizadas
Dificultam a participação	Favorecem a participação
Utilizam métodos centrados no professor-instrutor	Proporcionam a investigação-ação e projetos de desenvolvimento
Subordinam-se a um poder centralizado	São, por natureza, formas de participação descentralizada.

Fonte: Gohn(2011, p. 110). Adaptado por Valdir Skrzypczak.

A educação formal institucionalizada busca o consenso das formas de interiorização da consciência dos trabalhadores através das práticas da reprodução ampliada do capital através do consumismo, do individualismo e do mercado capitalista.

A escola tradicional ou formal está centrada na formação do homem para o trabalho, na condição de assalariado do capital. Incentiva as práticas individualistas e a competitividade entre as pessoas, na busca da (des)construção do homem perfeito para as práticas produtivas do capital. Sob o comando do Estado, busca a manutenção das atuais relações de produção, com formação mínima ou em doses homeopáticas para a classe trabalhadora. São hierárquicas, com poder centralizado, dificultando a participação dos trabalhadores nas decisões e ações que rompam com as estratégias do capital de educar/escolarizar o proletariado para o consenso das formas de alienação do trabalho.

A reprodução sociometabólica do capital, com a interiorização das formas de consenso dos trabalhadores mediante o consumismo e o individualismo, se fortalece na educação institucionalizada sob o comando do Estado e do capital. Através da educação formal e seriada, o Estado oficializa a escolarização dos trabalhadores na lógica do mercado capitalista, adotando determinadas práticas pedagógicas da (re)produção para o capital, inserindo, no cotidiano da escola, os discursos da competência, da habilidade e da agilidade da fábrica. Nesta lógica e

Sob a produção de mercadorias, o trabalhador deve ser reproduzido, assim como educado, somente – e no máximo – até os estreitos

limites do ‘tempo socialmente necessário’ absolutamente sob o capital. Ou seja, do ponto de vista amplo, o máximo de humanidade a que o trabalhador pode e deve ter acesso é tão somente aquilo que lhe permita, do ponto de vista estrito, atingir ‘o grau médio de habilidade, destreza e rapidez reinantes na especialidade em que se aplica’ [...]. (MARX, 2004, p. 92 apud ANTUNES, 2012, p. 79).

Toda atividade do homem é atividade produtiva e, sob a lógica do capital, “[...] toda atividade humana [é] a produção de mercadorias e não a existência humana” (ANTUNES, 2012, p. 79), sendo que a educação formal institucionalizada do e sob o capital reforça os valores da sociedade de mercadorias, onde “[...] toda e qualquer ordem sociometabólica alternativa pode ser *a priori* descartada como ilógica e antinatural” (ANTUNES, 2012, p. 79-80). Para Mészáros (2008, p. 44-45),

[...] a questão crucial, sob o domínio do capital, é assegurar que cada indivíduo adote como suas as metas de reprodução objetivamente possíveis do sistema. [Porém] [...] no sentido verdadeiramente amplo do termo educação, trata-se de uma questão de “internalização” pelos indivíduos [...]. [Assim] Uma das funções da educação formal nas nossas sociedades é produzir tanta conformidade ou “consenso” quanto for capaz, a partir de dentro e por meio dos seus próprios limites institucionalizados e legalmente sancionados.

O Estado capitalista busca, por meio da educação formal, internalizar nos trabalhadores práticas pedagógicas de consenso e de conformidade orientadas para a (re)produção e acumulação do capital, tendo, no trabalho assalariado e em suas formas de precarização, a expressão desta afirmativa.

Para Gohn (2011), a educação não formal compreende um processo com quatro campos de ação, sendo que o “[...] primeiro envolve a aprendizagem política dos direitos dos indivíduos enquanto cidadãos” (GOHN, 2011, p. 106), proporcionando a conscientização a partir de experiências grupais.

O segundo diz respeito à “[...] capacitação dos indivíduos para o trabalho, por meio da aprendizagem de habilidades e/ou desenvolvimento de potencialidades” (GOHN, 2011, p. 106), caracterizando o modelo neoliberal das habilidades e competências dos trabalhadores para atender o mercado de trabalho capitalista. Sob a influência do mundo empresarial e da mídia, o discurso da necessidade de um trabalhador polivalente e multifuncional vem sendo adotado por educadores de escolas públicas e particulares do Brasil, como se os alunos necessitam ser escolarizados/qualificados para o mundo do trabalho assalariado do capital.

Para Gohn (2011, p. 106), “[...] a aprendizagem e exercício de práticas que capacitam os indivíduos a se organizarem com objetivos comunitários, voltadas para a solução de problemas coletivos cotidianos [...]”, compreende o terceiro campo de ação. Representa a educação voltada para a civilidade e para a solução de problemas de um determinado grupo social, como, por exemplo, de um bairro.

O quarto constitui “[...] a aprendizagem dos conteúdos da escolarização formal, escolar, em formas e espaços diferenciados” (GOHN, 2011, p. 107). A prática do ensino/aprendizagem ocorre de maneira espontânea através da participação popular nos sindicatos, nos partidos políticos, nas igrejas, etc., tendo nas forças sociais organizadas o “[...] poder de interferir na delimitação do conteúdo didático ministrado” (GOHN, 2011, p. 107) e estabelecer as finalidades de acordo com as práticas de luta de seus agentes.

Pode-se destacar a quinta dimensão da educação não formal a partir da “[...] educação desenvolvida na e pela mídia [...]” (GONH, 2011, p. 107), através da mídia eletrônica, escrita e falada. Em consequência de seu poder de ação sobre as massas de trabalhadores, a burguesia conservadora usa de sua força para a manutenção do *status quo* do capital. Representa a territorialização da educação não formal sob o comando do grande capital nacional e internacional, estabelecendo uma poderosa força de ação e domínio do capital sobre o trabalho em sua forma destrutiva.

Com a flexibilização no mundo do trabalho a partir do toyotismo, ao trabalhador são exigidas habilidades e competências para atender os novos e precários processos de produção para a acumulação do capital. Trata-se de habilidades de comunicação, de linguagem, de manuseio das máquinas e de gestão para equacionar conflitos originados no sistema do capital, habilidades que degradam pelos ritmos acelerados e repetitivos das máquinas, **músculos e nervos** do homem na velocidade da máquina produtiva e da ampliação dos lucros. (Grifo do autor).

Por meio da educação/formação no interior da indústria, o capital mantém viva as estratégias de controle e de domínio sobre o trabalhador, que é envolvido diuturnamente nas formas de exploração/extração da mais-valia. Por meio dessa educação/formação no interior da indústria, o capital captura a subjetividade e naturaliza as condições precárias do trabalho assalariado, interiorizando o consenso da classe trabalhadora.

### 3.4 EDUCAÇÃO/PRECARIZAÇÃO DO TRABALHADOR FLEXÍVEL FRENTE AO CAPITAL AGROINDUSTRIAL, NO MUNICÍPIO DE XAXIM/SC

A estrutura regional desenvolvida no Oeste de Santa Catarina tem base na dependência a grupos econômicos hegemônicos que são as agroindústrias de carnes, como Sadia, Chapecó (arrendada) e Aurora. São complexos agroindustriais que dominam o setor de carnes de aves/suínos e seus derivados. Na tríade da relação dialética entre campo/cidade/agroindústria, os trabalhadores do campo e os da cidade constantemente vêm se qualificando/desqualificando para atender às exigências de produção e relações de produção impostas pelo capital agroindustrial. Ao mesmo tempo em que se escolarizam, os trabalhadores vivem um processo contraditório e de confronto nas relações de produção, “[...] momentos de educação e de deseducação, de qualificação e de desqualificação, e, portanto, de humanização e de desumanização” (KUENZER, 2011, p. 11). Na relação com o capital, o trabalhador busca ampliar a escolarização formal, ao passo que as atividades da indústria moderna se tornam mais simples com o advento de máquinas cada vez mais variadas e complexas. Essa é uma situação que desqualifica o trabalhador e simplifica o trabalho no interior da indústria.

Com a reestruturação produtiva implantada pelo capital agroindustrial na região Oeste de Santa Catarina a partir da década de 1970, a agroindústria da cidade de Xaxim (SC) reorganiza o processo produtivo, tanto no campo como na cidade, modificando e impondo novas formas para a obtenção da matéria-prima por parte dos pequenos camponeses familiares, como integrados, e intensificando novos ritmos de produção e de obtenção da mais-valia dos trabalhadores, com a mecanização e a automatização da produção. Sob o ritmo e a velocidade da máquina, os trabalhadores assalariados da agroindústria estão submetidos, ampliando a produtividade e os lucros do capital, desvalorizando o trabalho. De acordo com Marx (2011, p. 452), “[...] a máquina, ao aumentar o campo específico de exploração do capital, o material humano, amplia, ao mesmo tempo, o grau de exploração”. Com a maquinaria, “[...] o movimento e a atividade do instrumental de trabalho se tornam [...] independentes do trabalhador”, sendo esse movimento realizado sob o comando da máquina e esta do capital (MARX, 2011, p. 460).

O capital busca incorporar novos espaços, territorializando-os, num movimento contínuo de inclusão e exclusão de espaços (campo e cidade) e pessoas (camponeses integrados e trabalhadores), sendo que a

[...] colonização feita em Chapecó e região, nesta época, é a colonização em tempo do capital. Isto é, o capital já se apresentava na sua forma madura. A região Oeste, neste sentido, é apenas o receptáculo de novas relações de produção. Novas para a região, mas, no entanto, são relações velhas que buscavam a expansão para novos espaços que pudessem dar continuidade à acumulação capitalista que já vinha se realizando em outros locais. (ALBA, 2002, p. 28-29).

Essas novas relações de produção na região, porém velhas para o capital, têm início com a chegada das empresas colonizadoras na região a partir de 1920, que introduzem a comercialização de pequenos lotes de terra aos colonos vindos do Rio Grande do Sul e a conseqüente expulsão de índios e de caboclos da região. De acordo com Alba, índios e caboclos foram expulsos ou excluídos do processo de produção na região, porque, “[...] devido às suas formas primitivas, nada mais tinham a oferecer [...]” ao capital, diferentemente dos agricultores que aí se instalaram e estabeleceram, “[...] um tipo de propriedade diferente das anteriores [...]”, adaptando-se às novas formas de produzir e comercializar impostas pelo capital (ALBA, 2002, p. 29). Nessas pequenas propriedades tem início um novo modo de produzir, sendo que os excedentes da produção passam a ser comercializados com centros maiores, como São Paulo e em Porto Alegre, mediante a ação de um pequeno grupo de comerciantes, sendo que com essa atividade acumularam riquezas e introduziram os primeiros frigoríficos na região. Assim, portanto, a origem do capitalismo agroindustrial no Oeste de Santa Catarina tem base no comércio, sendo que

As pequenas propriedades agrícolas foram e são importantes para o capital, pois nasceram fragmentadas, o que possibilita às empresas agroindustriais uma forma nova de estruturação industrial, obtendo a matéria-prima dos agricultores através do modelo de integração. Através deste modelo de produção, a empresa consegue preestabelecer os padrões de produção e ainda manter o produtor sob o seu controle ideológico e econômico; o produtor estabelece uma relação de dependência agricultor/empresa. As agroindústrias se diferenciam das demais empresas pelo controle total que conseguem manter sobre um outro produtor privado (agricultor), ditando as regras do jogo, de acordo com a necessidade de obtenção da matéria-prima. (ALBA, 2002, p. 31).

O camponês familiar é instruído a seguir as exigências determinadas pelo capital agroindustrial, que lhe impõe novos ritmos de produção e de obtenção da matéria-prima, transformando-o em produtor de matéria-prima (aves e suínos) para a agroindústria. Então ocorre que, mesmo “[...] nessa forma de produzir no campo [...] a produção propriamente dita se dá no interior de relações não capitalistas, em que os trabalhadores não estão despojados dos meios de produção” (PAULINO, 2003, p. 102), mas subordinados às demandas de produção da indústria. Esta (agroindústria) constantemente busca novas formas de qualificar/desqualificar o trabalhador, instalando “[...] um verdadeiro processo pedagógico que tem por objetivo a educação técnica e política do trabalhador, determinada pelos interesses do capital; [...] exercendo uma certa concepção de mundo” (KUENZER, 2011, p. 12). A desqualificação dos trabalhadores decorre pelo fato de o capital controlar o processo produtivo, “[...] expropriando o saber do operário, através da divisão e parcelarização do trabalho” (CRUZ, 2000, p. 29). Na medida em que a ciência é incorporada pela indústria no processo produtivo, intensifica-se o processo de subordinação do trabalhador e a expropriação do seu saber sobre o produto do seu trabalho, a mercadoria, “[...] tanto menos o trabalhador compreende o processo” (BRAVERMAN, 1981, p. 360), dificultando o controle e o domínio do operário sobre a máquina. Esse domínio do capital sobre o trabalho está determinado pelas relações capitalistas de produção, sendo que “[...] a desqualificação do trabalhador, operada pelo trabalho heterogerido, [...] acresce, à alienação do produto do trabalho, a alienação do conteúdo e das decisões sobre o trabalho pelo trabalhador” (KUENZER, 2011, p. 13).

Com a divisão do trabalho e da propriedade privada no sistema capitalista, o trabalhador produz objetos/mercadorias que se tornam estranhos ao seu próprio trabalho, pois são exteriores e, portanto, não lhe pertencem, são apropriadas pelo capital que as transforma em valor (ANTUNES, 2006).

Observa-se que boa parte da economia regional, tanto urbana como rural, está voltada para atender à demanda dessas empresas, que constantemente introduzem novas técnicas, tecnificando o campo e a cidade, com a instalação de máquinas e de equipamentos auto(infor)matizados tanto para a obtenção da matéria-prima, como para a produção, circulação e consumo voltado, sobretudo, do mercado internacional, transformando, assim, consideravelmente, seus espaços “do fazer”, agora carregados de ciência, técnica e informação (SANTOS, 2008b, p. 86).

São setores que sobrevivem em função da renda obtida por meio dessa estrutura, como exemplo os pequenos municípios da região Oeste de Santa Catarina, que têm sua economia voltada para o setor agrícola, na produção da matéria-prima para atender à agroindústria. No caso, a empresa agroindustrial detém o domínio sobre a produção e o produto de que necessita, ignorando o saber do camponês, ao passo que impõe formas estranhas e fragmentadas de produzir.

Entendendo-se o espaço como resultado do desenvolvimento das forças sociais, políticas e econômicas, apresenta-se a preocupação de percorrer uma abordagem geográfica que dê conta de articular essa estrutura com o espaço por ela produzido e reproduzido, sendo que as constantes e rápidas transformações impostas pela agroindústria no campo e na cidade também ocorrem para os trabalhadores, que agora necessitam de maior escolarização/proletarização, visando atender à reestruturação produtiva sob o comando da agroindústria.

Assim, a formação socioespacial do município de Xaxim (SC), a partir da instalação agroindustrial (1939), desenvolveu e exigiu novas funções do espaço urbano e, posteriormente, do rural, ao mesmo tempo em que vem exigindo maior escolarização/proletarização de seus trabalhadores, tanto do campo, como da cidade. Para Arroyo (2009, p.80), as propostas e os conteúdos das escolas seriadas são iguais e têm “[...] a mesma finalidade: habilitar todas as crianças e jovens do campo e da cidade para as experiências modernas de produção e do trabalho”.

Pode-se afirmar que os trabalhadores adultos também estão sendo escolarizados/qualificados para o mercado do capital, ou seja, para a proletarização, como assalariados da agroindústria, pois, na passagem do sistema rígido para o sistema flexível, busca-se o trabalhador polivalente e multifuncional, com habilidades e competências e que “veste a camisa da empresa”, na tentativa de permanecer na agroindústria. Assim,

[...] as novas exigências requeridas pelo sistema flexível de produção trouxeram profundas mudanças à qualificação dos trabalhadores. [...] enquanto alguns tornam-se superespecializados, outros requalificam-se e outros ainda sofrem uma desqualificação. Por outro lado, verifica-se que tanto os trabalhadores qualificados quanto os desqualificados estão sendo marginalizados de sistema produtivo; o desemprego, a subcontratação, a informalidade são inerentes a este modelo de produção. (CRUZ, 2000, p. 33).

Essas novas exigências impostas aos trabalhadores e à educação formal a eles oferecida levam as escolas a se adaptar, para atender aos interesses do capital, sobretudo da agroindústria da região. Há a necessidade de “[...] entender os processos educativos na diversidade de dimensões que os constituem como processos sociais, políticos e culturais; formadores do ser humano e da própria sociedade” (ARROYO; CALDART; MOLINA, 2009, p. 12-13).

Na relação campo/cidade, é necessário pensar a escolarização das famílias residentes no campo, pois que, na atualidade, crianças e adolescentes são levados a estudar nas escolas urbanas, recebendo os conteúdos direcionados às práticas urbanas e ao mercado. Assim, são instruídas na dinâmica do capital industrial, no aumento da produtividade e na inserção da ciranda da integração/proletarização com os grupos agroindustriais do Oeste de Santa Catarina.

Compreender os espaços da cidade e do campo, espaços esses contextualizados com a realidade econômica e educacional dos trabalhadores e a inserção na dinâmica do capital é tarefa imprescindível. Para Mészáros (2008, p. 35), a educação institucionalizada nos últimos 150 anos serviu “[...] ao propósito de não só fornecer os conhecimentos e o pessoal necessário à máquina produtiva em expansão do sistema do capital [...]”, mas para transmitir e legitimar os valores e os interesses do capital.

Destarte, os trabalhadores são submetidos à “[...] precarização da força de trabalho (do trabalho vivo) que em geral assume formas sócio-histórico-geográficas diferenciadas ao longo do processo de desenvolvimento capitalista” (THOMAZ JR.; CARVALHAL; CARVALHAL, 2006, p. 142).

Dessa forma, há que se entender a gênese de formação das agroindústrias da região, representando uma das maiores concentrações da América Latina, incluindo empresas como BRF, Aurora, Diplomata Industrial e Comercial, que são empresas com complexa divisão técnica do trabalho e da produção e que constantemente buscam novas formas de qualificar/proletarizar integrados (campo) e trabalhadores, isso para melhor atender suas demandas.

Através do Centro de Educação de Jovens e Adultos de Xaxim (CEJAX) e Centro de Educação de Jovens e Adultos (CEJA), observa-se a busca constante por maior escolarização/proletarização por parte dos trabalhadores da agroindústria, do campo e da cidade, visando atender às constantes exigências impostas pelo capital, “[...] com uma força de trabalho qualificada, flexível a tais mudanças, capaz de

potencializar o uso da tecnologia e aumentar a produtividade[...]" (CRUZ, 2000, p. 33), na lógica do discurso empresarial/escolar do desenvolvimento de trabalhadores com novas habilidades e competências, para melhor atender às demandas do capital.

Assim, esses novos espaços rural/urbano impostos pela agroindustrialização apresentam uma formação dialética, desenvolvida na lógica do sistema capitalista de produção. Espaços e pessoas são incorporados ou excluídos à medida que se fazem necessários ou não ao capital, como é o caso da formação socioespacial de Xaxim. No caso da sua gente, ou seja, dos trabalhadores do campo e da cidade, eles, direta ou indiretamente estão subordinados à lógica de acumulação capitalista das agroindústrias. Então sofrem as consequências do fato de a agroindústria constantemente reestruturar a produção, exigindo novas habilidades e competências dos trabalhadores, qualificando/treinando-os com a inserção constante de novas tecnologias, máquinas e equipamentos, desqualificando-os pela constante simplificação das atividades produtivas. De acordo com Thomaz Jr., o capitalismo reestrutura a produção e origina “[...] novas fragmentações no interior da classe e, conseqüentemente, novas identidades do trabalho estranhado [inclusive nas atividades de produção] não essencialmente capitalistas” (THOMAZ JR.; CARVALHAL; CARVALHAL, 2006, p. 142), como os camponeses familiares, transformados em simples produtores de matérias-primas da agroindústria, que territorializa a produção e as relações sociais de produção sob os seus ditames hegemônicos, transformando-os em trabalhadores assalariados a domicílio<sup>21</sup> no campo. São trabalhadores camponeses que não dispõem de alguns direitos trabalhistas, como férias, descanso nos fins de semana, fundo de garantia por tempo de serviço, etc.; e, portanto, submetidos às formas de exploração e de obtenção da mais-valia no campo, mediante a integração com esses grupos hegemônicos, que são as agroindústrias na região Oeste Catarinense.

---

<sup>21</sup> Termo utilizado por Marx e Engels em relação aos trabalhadores nas manufaturas de rendas e tecidos de palha, ou em pequenas oficinas metalúrgicas na Inglaterra, nos séculos XVIII e XIX (MARX; ENGELS, 2004, p. 78-79). Na especificidade do camponês familiar integrado com a agroindústria, este possui a terra e a estrutura da produção, o aviário, o que pode ser considerado o meio de produção. Com um contrato simples e sem vínculo empregatício, produz a matéria-prima para a agroindústria, recebendo uma determinada quantia em dinheiro por lote de aves produzido.

## **4 EJA - EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: SUPERAÇÃO OU NECESSIDADE DO CAPITAL?**

### **4.1 CEJAX - EDUCAÇÃO/ESCOLARIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO MUNICÍPIO DE XAXIM – SC: HISTÓRIA E (RE)SISTÊNCIA**

A educação de jovens e adultos constitui uma modalidade de educação/escolarização básica para os proletários do campo e da cidade, tem origem a partir da necessidade e organização da classe trabalhadora a negação do acesso e permanência na escola regular. O trabalho na infância, o desemprego e as condições socioeconômicas desfavoráveis caracterizam os principais entraves ao acesso à escola formal, sendo criados pelo capital contra os trabalhadores. Pode-se destacar que

A educação de jovens e adultos (EJA) é uma modalidade específica da educação básica, destinada aos sujeitos do campo e da cidade aos quais foi negado ao longo de suas vidas o direito de acesso à e de permanência na educação escolar, seja na infância, na adolescência, ou na juventude. As razões para esta negação estão ligadas a vários fatores, como condições socioeconômicas, falta de vagas, sistema de ensino inadequado e outros (ARAÚJO, 2012, p. 250).

No município de Xaxim a Educação de Jovens e Adultos (EJA) teve início no ano de 1996, fruto da necessidade de escolarizar os trabalhadores, em sua maioria oriunda do campo, que migraram para trabalhar como assalariados na agroindústria local.

A origem ocorreu em forma de parceria entre o Governo do Estado de Santa Catarina e o município de Xaxim, quando foi criado o “Núcleo Avançado de Ensino Supletivo – NAES de Xaxim, a partir da Portaria nº 011/96” (CEJAX, 2012, p. 4), de 17 de janeiro de 1996. As atividades pedagógicas iniciaram em 15 de março de 1996, com quatro alunos da classe de alfabetização do Ensino Fundamental I, cento e trinta e seis alunos de nivelamento (classificação de acordo com o grau de alfabetização) e cento e sessenta e seis educandos do Ensino Fundamental II.

No ano de 2000 o município passou a oferecer o Ensino Médio, através do Sistema Telecurso2000, modalidade de ensino em parceria com o Governo Federal e a Rede Globo, por meio da Fundação Roberto Marinho. Os alunos eram

organizados em turmas de Telessala, onde assistiam as explicações dos conteúdos curriculares de cada disciplina e desenvolviam as atividades propostas, com o acompanhamento de um educador. As aulas eram oferecidas no período noturno, sendo uma única vez na semana. Os conteúdos curriculares eram reduzidos, para o mínimo de aprendizagem, pois na essência era uma forma de oferecer a escolarização com conteúdos reduzidos para cada área do conhecimento que, de acordo com Gramsci (2005), o Estado capitalista na qualidade de gestor da educação formal, busca oferecer para a classe trabalhadora educação/escolarização em “doses homeopáticas”, na qual “tende a organizar a escola em todos os níveis e modalidades de ensino, conforme a concepção de mundo da classe dominante e dirigente [...]” (NEVES, 2005, p. 29) para a manutenção das formas de alienação do trabalhador ao trabalho assalariado do capital.

Em 2003 iniciou o sistema modularizado para os estudantes do Ensino Médio. Vinculado ao Centro de Educação de Jovens e Adultos (CEJA), do município de Xanxerê, esta modalidade de ensino estava sob responsabilidade da Secretaria de Educação do Estado de Santa Catarina, e sendo oferecida no município de Xaxim. A distribuição das disciplinas escolares estava organizada em módulos. A conclusão de um módulo representava o término da disciplina escolar, sendo que os conteúdos curriculares eram simplificados e reduzidos, permitindo concluir o Ensino Médio em um curto espaço de tempo. Em alguns casos, os estudantes trabalhadores concluíam/concluem seus estudos em dois anos, simplificando os conteúdos escolares e aligeirando a escolarização para o trabalho simplificado da indústria moderna. A educação formal sob o comando do Estado e do capital escolariza a classe trabalhadora para o trabalho assalariado, sem promover a emancipação/libertação dos proletários do trabalho alienado/estranhado no interior da fábrica. Basta analisar

[...] a tão em moda substituição da escolarização básica por cursos aligeirados de formação profissional, que supostamente melhorarão as condições de empregabilidade. Ou a certificação apenas formal conferida por muitos cursos supletivos (há exceções), que não conferem rigor e seriedade à formação de jovens e adultos. Ou a formação superior aligeirada em instituições superiores de idoneidade discutível; [...]. Enfim, o conjunto das estratégias que apenas conferem ‘certificação vazia’, e por isto mesmo, constituem-se em modalidades aparentes de inclusão do mundo do trabalho, dos direitos, [da consciência do trabalhador] e das formas dignas de existência (KUENZER, 2005, p. 93).

Para o capital e suas formas de alienação do trabalho, o que está em jogo são métodos curriculares de aprendizagem aligeirados para escolarizar minimamente os trabalhadores para o trabalho simples e precário na fábrica, exigindo operações matemáticas básicas, assim como a escrita elementar para as atividades polivalentes e multifuncionais do atual estágio de acumulação flexível do capital. Como exemplo pode-se citar o proletário do setor da sala de cortes da agroindústria, que durante um dia de trabalho desossa peito e coxa, corta asas e ainda pesa, sendo essas consideradas atividades simples e de fácil aprendizagem, que exigem reduzido esforço intelectual do trabalhador. O sistema capitalista de produção e suas formas flexibilizadas de abstração da mais-valia da atual era do toyotismo, impõem formas de escolarização simplificadas, sendo os conteúdos curriculares reduzidos para o trabalho simples de subproletarização (ANTUNES, 2009) dos trabalhadores e rapidamente adotadas pelo Estado, a exemplo do CEJAX. Porém, compreende-se que o fato dos trabalhadores buscarem ampliar a escolarização e o saber socialmente produzido representa formas de (re)sistência frente ao capital, pois

O conjunto amplo de transformações a que estamos submetidos em um período de 'aceleração do tempo', para usar a expressão de Milton Santos, indica a necessidade de revisão contínua de propostas para o ensino fundamental e médio, tanto mais em um país em que o processo de escolarização não foi conquistado por toda a sociedade [...] (SPOSITO, 1999, p. 23).

A possibilidade de retornar aos bancos escolares para a população de jovens e adultos trabalhadores(as) requer propostas de ensino e aprendizagem que possibilitam atender as demandas de qualificação e formação do homem omnilateral (GRAMSCI, 2005), em que o trabalho possa representar aprendizado socialmente construído como valor de uso para a humanidade.

Entretanto, a escolarização dos trabalhadores está voltada para o conhecimento geral, a fim de treiná-los para os setores da produção e acumulação do capital na indústria moderna, sendo o trabalho simples e as condições de polivalência e multifuncionalidade do toyotismo, a destrutividade do capital sobre o trabalho. No interior da agroindústria, o trabalhador realiza diversas atividades simples e de fácil aprendizagem, sendo necessárias algumas horas de treinamento

e repetitividade da função para torná-lo ágil. Como (re)sistência ao trabalho alienado no interior da indústria, o proletário amplia a educação/escolarização formal, pois o

O específico da escola não é a preparação profissional imediata. Sua especificidade situa-se ao nível da produção de um conhecimento geral articulado ao treinamento específico efetivado na fábrica ou em outros setores do sistema produtivo (FRIGOTTO, 2010. p. 166).

O que se assiste é uma verdadeira *inclusão excludente* (KUENZER, 2005) nos sistemas escolares institucionalizados, pois o Estado capitalista impõe a redução do tempo necessário para a escolarização da classe trabalhadora. Dessa forma, simplificando os conteúdos curriculares e aligeirando as etapas da (des)qualificação dos trabalhadores, treinados no interior da agroindústria para atividades manuais, objetivando atender a imediata e constante reorganização produtiva do capitalismo global. Assim

A educação de jovens e adultos [...] tem a finalidade:

- a) A promoção de condições para que o **indivíduo jovem e adulto** consiga retomar seu potencial, **desenvolver suas habilidades, confirmar competências** adquiridas na educação extraescolar e possibilitar um nível **profissional mais qualificado**; (CEJAX, 2012, p. 9-10, Grifos do autor).

Observa-se que o objetivo da formação do trabalhador jovem e adulto está voltado para o desenvolvimento das habilidades e competências para as práticas produtivas que atendam as necessidades de acumulação do capital. Cabe uma pergunta: O desenvolvimento das habilidades e competências propostas pela escola formal institucionalizada torna os trabalhadores qualificados? Entende-se por qualificação, a formação concreta do proletário para as práticas do trabalho social, como valor de uso socialmente necessário pela humanidade, desenvolvendo a emancipação da *classe-que-vive-do-trabalho* (ANTUNES, 2005). A emancipação pode ser compreendida como o acúmulo permanente dos conhecimentos e experiências concretas do trabalho, como processo educativo, que somente se constitui mediante a negação e destrutividade do trabalho alienado/estranhado do sistema capitalista. Talvez o equívoco esteja na proposta e no discurso que o capital vem introduzindo no interior das escolas e das práticas educativas dos sistemas formais de educação. Para o capital,

Ser qualificado, quando a produção da riqueza se torna social, significa ler, escrever, dominar conteúdos gerais. A aprendizagem de habilidades intelectuais é fruto do trabalho simples, forma de produzir a vida moderna (FIOD, 1999, p. 95).

A qualificação na perspectiva da emancipação da classe trabalhadora compreende o desenvolvimento das condições omnilaterais, sendo mentais, físicas, afetivas, lúdicas e estéticas, que formam a intelectualidade do homem (FRIGOTTO, 1995). Tem por objetivo ampliar a capacidade intelectual do trabalhador “[...] na produção dos valores de uso em geral como condição de satisfação das múltiplas necessidades do ser humano no seu dever histórico” (FRIGOTTO, 1995, p. 31-32).

Para o capital a qualificação está subordinada ao mercado “[...] e a sua adaptabilidade e funcionalidade, seja sob a forma de adestramento e treinamento [...], seja na forma da polivalência e formação abstrata [...]” (FRIGOTTO, 1995, p. 31), está condicionada pela formação geral dos trabalhadores como mão de obra barata e assalariada.

Segundo Fiod (1999) há um constante processo de qualificação, entendida como intelectualização do trabalho para os núcleos centrais e de comando das grandes empresas que dominam o processo produtivo, e por outro lado “desqualificação, precarização e trabalho informal para os muitos outros que compõem o subproletariado fabril e de serviços” (FIOD, 1999 p. 102-103). A qualificação do proletário para o trabalho simples no interior da indústria moderna compreende a desqualificação das habilidades intelectuais e do domínio do processo produtivo. Constitui parte da produção ao manusear a máquina, ao desossar coxas, ao cortar asas na agroindústria. A formação do trabalhador se reduz na aprendizagem de habilidades intelectuais do trabalho simples, “[...] forma de produzir a vida moderna” (FIOD, 1999, p. 95). Para o capital “[...] Ser qualificado [...] significa ler, escrever, dominar conteúdos gerais” (FIOD, 1999, p. 95), fruto da educação/escolarização formal, em contraposição a educação integral física, moral e intelectual, condição para a formação omnilateral do homem.

No ano de 2006, a Secretaria Municipal da Educação iniciou o processo de criação do Centro de Educação de Jovens e Adultos de Xaxim (CEJAX), que passou a atender a crescente demanda dos trabalhadores jovens e adultos que buscavam cursar o Ensino Fundamental I e II. A formalização da escola ocorreu através da assinatura do decreto nº 048 de 2007 do prefeito municipal.

O CEJAX iniciou as atividades letivas no município de Xaxim no ano de 2007, “atendendo educandos de Alfabetização, Elementar (que correspondem aos anos iniciais) e as fases I, II, III e IV (que correspondem aos anos finais) do Ensino Fundamental” (CEJAX, 2012, p. 4-5), sendo nomeado o Ensino Médio como Centro de Educação de Jovens e Adultos (CEJA), unidade descentralizada do Estado de Santa Catarina e coordenada pelo município de Xaxim. Os trabalhadores que frequentam o Ensino Fundamental são atendidos na modalidade regular especial e o Ensino Médio, por oficinas e presencial. São proletários que permanecem em média três horas e trinta minutos em sala de aula, com frequência de três dias por semana no Ensino Fundamental I e II e o Ensino Médio. Percebe-se assim a redução no horário de frequência e permanência semanalmente dos jovens e adultos na escola, compreendida na condição de aligeirar a escolarização para o trabalho assalariado. Pode-se afirmar que o Estado através do CEJAX estabelece a certificação dos educandos proletários para o capital, que exige a escolarização para as atividades simples e mal remuneradas no interior da indústria.

A educação de jovens e adultos compreende a (re)sistência dos trabalhadores que buscam ampliar a escolarização e resistir a precarização do trabalho assalariado no interior da agroindústria. O Estado em consonância com o capital vem substituindo a educação básica formal por cursos acelerados de formação profissional, que buscam (des)qualificar os trabalhadores para a empregabilidade, que compreende a permanência no mercado de trabalho. Quando o trabalhador perde o emprego na agroindústria, consegue um lugar na fábrica de calçados, de roupas etc., mantendo a condição de assalariado permanente para o capital. Nesta lógica, o CEJAX acelera a escolarização e certifica os proletários para a empregabilidade. São cursos aligeirados, sem o rigor necessário para a formação omnilateral, que busca a formação cultural, ideológica e humanitária para a classe trabalhadora. Todavia, não prioriza o conhecimento socialmente elaborado pela humanidade, que busca assegurar a emancipação das relações capitalistas de produção. Na contramão da formação omnilateral, a educação/escolarização acelerada busca facilitar o acesso e a permanência dos trabalhadores por meio da redução da jornada escolar, caracterizando o *mínimo de conteúdo escolar para as*

*formas de empregabilidade*<sup>22</sup> do capital (grifos do autor).

Se a educação básica regular, nos níveis fundamental e médio está organizada em 800 horas anuais por série ou etapa de ensino (LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação, Art. 24, p. 27), no CEJAX de Xaxim, compreende 300 horas por fase ou série, distribuídas por semestre de estudo, constituindo na prática a formação escolar dos trabalhadores jovens e adultos para o trabalho simples, precário e com baixa remuneração da indústria moderna. Assim, entende-se que “qualquer mudança curricular [...] não se modifica por decreto, mas sim através de uma perspectiva participativa e de transformação cultural, o que significa [colocar] o professor como protagonista destas mudanças” (PONTUSCHKA; PAGANELLI; CACETE, 1999, p. 40), e não grupos internos de gerência e gestão da Secretaria Municipal da Educação. Pode-se entender que para muitos trabalhadores o retorno à escola institucionalizada representa a (re)sistência às formas assalariadas e, portanto, alienadas do capital, ou então se manter na condição de proletário da agroindústria e da empregabilidade, presentes no interior da indústria moderna da era flexível do toyotismo, a qual constitui o processo produtivo no interior da agroindústria Diplomata.

A organização da matriz curricular do CEJAX compreende a redução das disciplinas regulares, na tentativa da permanência e conclusão dos estudos para os trabalhadores jovens e adultos, conforme demonstra o quadro 2.

---

<sup>22</sup>A empregabilidade corresponde ao movimento constante de qualificação/desqualificação que o capital impõe aos trabalhadores visando manterem-se na condição de assalariados (im)produtivos. Pode ser “entendida como a capacidade de obter lugar relativamente permanente no mercado de trabalho” (CRUZ, 1999, p. 182).

Quadro 2- Carga horária por fase ou série no CEJAX de Xaxim

CURSO	CARGA HORÁRIA	NOME	EQUIVALÊNCIA
1º Segmento	600	Alfabetização	Anos iniciais do Ensino Fundamental
	600	Fase Elementar	
Total	1200	-	-
2º Segmento	300	1ª Fase	5ª Série
	300	2ª Fase	6ª Série
	300	3ª Fase	7ª Série
	300	4ª Fase	8ª Série
Total	1200	-	-

Fonte: Projeto Político Pedagógico (CEJAX, 2012, p. 19). Adaptado por Valdir Skrzypczak.

No CEJAX, a carga horária distribuída na tabela compreende o período semestral de estudos, sendo que o educando avança duas fases ou séries em um único ano de estudo. Prática que o Estado capitalista confere a classe trabalhadora com o mínimo dos conteúdos curriculares trabalhados, buscando acelerar a educação/escolarização para a certificação. Levando-se em consideração que o tempo de frequência em uma única série regular do Ensino Fundamental I ou II é de 800 horas anuais, no CEJAX a fase ou série é concluída pelo trabalhador em 300 horas, o que representa aproximadamente 1/3 do total.

Como exemplo pode-se citar a disciplina de Geografia, que compreende no ensino regular básico três aulas semanais, totalizando cento e vinte horas/aulas anuais por série. Porém, no CEJAX esta disciplina escolar representa duas aulas semanais por fase, totalizando no semestre quarenta horas/aulas, que na prática totaliza um terço das aulas ministradas na educação básica regular. Compreende-se esse processo de acelerar e flexibilizar a escolarização/proletarização dos trabalhadores por parte do Estado, que atende o capital reduzindo e simplificando os conteúdos curriculares básicos na lógica crescente da escolarização e da ampliação dos índices de avaliação governamentais, a exemplo do IDEB<sup>23</sup> nacional.

A redução da carga horária escolar para os trabalhadores na Educação de Jovens e Adultos de Xaxim compreende a formação mínima para a permanência na condição de assalariados da indústria. A educação formal enquanto sistema institucional a serviço do capital intensifica “[...] no processo educacional a manutenção do pensamento ideológico dominante [e] a instituição escolar como um aparelho ideológico do Estado” (CRUZ, 1999, p. 184), que busca escolarizar/proletarizar os jovens e adultos para as formas de trabalho simples da indústria moderna. A escola acelera os conteúdos e certifica os proletários para o

<sup>23</sup> O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, IDEB foi criado no ano de 2007 para medir a qualidade de ensino de cada escola e das redes de ensino municipais e estaduais. O indicador é calculado levando em consideração o desempenho do estudante em avaliações, nas taxas de aprovação e na frequência do estudante, visando reduzir as taxas de evasão escolar. (BRASIL, 2013).

trabalho assalariado da fábrica, estabelecendo o discurso ideológico dominante da universalização, do acesso e da permanência da classe trabalhadora ao conhecimento socialmente elaborado. Porém, na “fábrica, eles [trabalhadores] se tornam complementos vivos de um mecanismo morto [máquina] que existe independente deles” (MARX, 2011, p. 482).

Se “o trabalho é necessidade eterna para manter o metabolismo social entre humanidade e natureza, também é, no mundo fetichizado da mercadoria, atividade imposta, extrínseca e exterior, forçada e compulsória” [...] (ANTUNES, 2009, p. 265) do sistema capitalista. Para Marx (2011), o trabalho representa uma atividade vital do homem, que segundo Antunes (2009, p. 265)

em sua concretude histórico-social ele [trabalho] se metamorfoseia, sob os estrangimentos dados pela ‘segunda natureza’ mediada pelo capital, em trabalho alienado e fetichizado. Então, o trabalho concreto, que cria coisas socialmente úteis, subordina-se ao trabalho abstrato, assalariado e estranhado (ANTUNES, 2009, p. 265).

O trabalhador assalariado, sob as condições do trabalho abstrato e estranhado, encontra-se condicionado aos limites da empregabilidade, na qual “as políticas de [in] formação dos trabalhadores, capitaneadas pelos programas de modernização e capacitação [...] [giram] em torno das competências e habilidades [...] [do] atual processo produtivo” (CRUZ, 1999, p. 183). Esta tendência impõe novas formas de racionalização do trabalho, onde

[...] deverá se voltar à qualificação do trabalhador, dentro de uma perspectiva educacional e humanista, na qual a exigência será por competência nos conhecimentos sobre o produto e o processo do trabalho, além de um saber empírico, proveniente de sua experiência direta com o maquinário (CRUZ, 1999, p. 182).

O trabalhador no interior da agroindústria realiza várias tarefas simples, que aprende em algumas horas de prática intensa e repetitiva na fábrica. A exigência é a rapidez e a agilidade física, com pouco esforço intelectual para realizá-las em menor tempo possível.

Na condição de proletário da agroindústria no setor da sala de cortes, as atividades de desossa de peito, corte de coxas e asas era diária. Para acompanhar a velocidade da nória, era necessário desossar aproximadamente oito peitos de aves por minuto para cada trabalhador, totalizando três homens por nória. A

agilidade com a faca era e é fundamental para acompanhar a produção, o olhar atento nas aves e a atenção para prevenir acidentes constituem a experiência vivida no interior da agroindústria. A entrada na universidade constituiu a (re)sistência de romper com o trabalho alienado no interior da agroindústria.

Se o capitalista impõe aos trabalhadores, como forma de (des)qualificá-los a escolarização acelerada e, portanto, mínima para atender as necessidades da produção simplificada de mercadorias no interior da fábrica, o Estado na condição de gestor e organizador do currículo escolar, atende ao capital, implanta na grade curricular a redução da carga horária, acelera os conteúdos disciplinares a serem oferecidos aos trabalhadores, pois a receita encontrada é *especializar para simplificar* (grifos do autor). No interior da agroindústria o proletário do setor de evisceração separa miúdos das aves, retira vísceras e revisa as carcaças, constituindo a multifuncionalidade das tarefas simples que realiza cotidianamente de forma repetitiva, tornando-o “especialista simples” do capital.

Dessa forma, voltar a estudar para o proletário representa a (re)sistência a opressão do capital, criando possibilidades de negar e romper com o trabalho estranhado da agroindústria. Busca igualmente a ascensão profissional no interior da agroindústria capitalista, na tentativa de ocupar atividades consideradas mais leves e com melhores salários, como exemplo os Auxiliares de Inspeção Federal, que são trabalhadores cedidos e remunerados pela agroindústria Diplomata para desempenharem funções de inspeção das carcaças de aves. São proletários subordinados ao Serviço de Inspeção Federal (SIF), órgão do governo federal responsável pela fiscalização do processo produtivo e que possibilita a exportação dos produtos de origem animal no mercado externo. Para tal função, precisam concluir o Ensino Médio, sendo ainda realizada entrevista e seleção dos trabalhadores pelos agentes e fiscais federais responsáveis pelo SIF na agroindústria. Assim retornam para a escola, na tentativa de garantir uma função atrativa na agroindústria, sendo que

Trabalho na Diplomata faz nove anos e eu só monitora. Eu voltei estuda de livre e espontânea vontade, porque eu precisava tinha passado tempo já de estuda, então voltei a estuda e consegui um trabalho melhor, no emprego onde eu trabalho tenho funções melhores para trabalha, como se fosse na espeção [refere-se a Inspeção Federal], mas eu teria que também conclui meu estudo, eles exigem estudo pra mim i na espeção e os outros setores também precisaria (S.M.D., Entrevista, 29 out. 2012).

Percebe-se que frequentar o CEJAX representa para o trabalhador a (re)sistência e possibilidade de encontrar alternativas para enfrentar o trabalho alienado e simplificado no interior da agroindústria. Estudar, ampliar a escolarização dá sentido à luta dos trabalhadores para negar o trabalho alienado/estranhado e a precarização das atividades no interior da agroindústria, pois está inserida no circuito da produção rígida e em série do fordismo, no movimento repetitivo cronometrado do taylorismo, aliada as formas flexíveis de produzir do toyotismo. São características presentes no interior da agroindústria, que moderniza o processo produtivo para atender as exigências do mercado capitalista internacional.

Além de manterem-se em pé durante a maior parte da jornada de trabalho, os proletários precisam ter destreza e atenção nas atividades simples no interior da indústria. São em torno de 150 aves por minuto que passam pela nória<sup>24</sup>, num total de 9 mil por hora, sendo que cada trabalhador inspeciona em média 30 aves por minuto. Na linha “A” são responsáveis por inspecionar as vísceras e miúdos, na linha “B” a parte interna das aves e a linha “C” as partes externas, incluindo as doenças da pele e as lesões, conforme a foto 5.

---

<sup>24</sup> Compreende milhares de ganchos de aço que circulam entre os vários setores da produção no interior da agroindústria, servindo para fixar a ave pelos pés ou pescoço com a finalidade de realizar as etapas de inspeção, separação dos miúdos, limpeza, resfriamento, cortes, embalagem e congelamento dos produtos.

Foto 5. Trabalhadores no interior da agroindústria Diplomata



Fonte: Acervo particular de Valdir Skrzypczak.

Representa o processo de produção dos trabalhadores no setor de evisceração no interior da agroindústria capitalista. São proletários realizando inspeção das aves antes da separação dos miúdos (coração, fígado, moela, rins etc.) por uma nova equipe. A atividade desenvolvida requer atenção, destreza e rapidez dos trabalhadores, que realizam a inspeção das carcaças. Precisam retirar as aves que apresentam contaminações e doenças, a fim de evitar que cheguem ao consumidor final. São ações rápidas, que o trabalhador possui aproximadamente um segundo de tempo para definir a doença ou contaminação da ave e retirá-la da nória.

O movimento circulatório das nórias e o barulho das máquinas requerem adaptação e destreza dos trabalhadores assalariados no interior da agroindústria. A agroindústria encontra-se organizada no atual modelo de produção flexível do sistema toyotista, com a presença do trabalho em equipe, do Controle de Qualidade e da exigência do trabalhador polivalente e multifuncional da indústria moderna, sendo que estas mutações ocorridas no mundo do trabalho são expressões “da reorganização do capital com vistas à retomada do seu patamar de acumulação e ao seu projeto global de dominação” (ANTUNES, 2009, p. 52). Encontra-se exposto ao ruído constante das máquinas e equipamentos, à insalubridade devido ao calor, frio ou umidade das etapas produtivas no interior da agroindústria. Problemas na coluna e a lesão por esforço repetitivo (LER), além das infecções devido à umidade e as temperaturas baixas nos ambientes de trabalho, que ficam entre 9°e 10° Centígrados, são frequentes nos trabalhadores.

O sistema de organização da produção na indústria toyotizada impõe a “necessidade crescente de qualificar-se melhor e preparar-se mais para conseguir trabalho” (ANTUNES, 2009, p. 131), na maioria das vezes precarizado, com ritmo e movimentos intensos durante o labor, mutilando nervos e músculos dos trabalhadores, a exemplo da agroindústria. A presença de máquinas com serras, para realizar cortes de aves inteiras têm ocasionado acidentes e a mutilação de dedos dos trabalhadores. São proletários que na rapidez e intensidade do trabalho veem parte de seu dedo ser mutilado e movimentado pela esteira, conforme vivenciado na condição de ex-trabalhador da agroindústria.

Nas condições de insalubridade, os trabalhadores são expostos durante longas jornadas de trabalho intenso e repetitivo na indústria. O trabalho intenso e precário ocasiona doenças em poucos anos de trabalho, sendo que

Entrei como auxiliar de produção aprendi **a fazer um pouco de tudo: cortes de peito, tirando a pele na parte das coxas, pesando em gramaturas nas balanças.** Trabalhei 12 anos nessa função, enfrentei o frio de nove a dez graus de frio, era difícil o dia a dia lá, pois **nós trabalhava até dez horas de pé** no mesmo trabalho que repetitivo, sem troca de serviço. Devido de eu ter tido uma gravidez nessa trajetória, comecei com problema de bexiga devido o frio, daí tive que trocar de setor, foi aí que eu fui transferida para preparação de embalagem, que lá seria um lugar quente e que era trabalhado sentada (L. O. S., Entrevista, 13 fev. 2013, Grifos do autor).

Na condição de proletários/as da agroindústria capitalista, aprendem a desenvolver diversas atividades simples no interior de cada repartição ou setor da produção na fábrica. Realizam diariamente atividades como o corte do peito e das coxas da ave, a retirada da pele, o embalo e a pesagem etc., que exigem dos trabalhadores esforço intenso e repetitivo dos músculos e nervos para acompanhar o movimento das nórias e esteiras de transporte, com jornadas diárias que chegam a ultrapassar dez horas de trabalho, em condições degradantes de exploração do capital. O trabalhador permanece no interior da empresa aproximadamente 50 horas semanal e em períodos crescentes de exportação, a produção amplia-se e o abate das aves ocorre de segunda a sábado, com jornada que pode ultrapassar 60 horas.

A agroindústria determina a jornada de trabalho a partir do tempo e da quantidade de vendas que realiza, impondo aos proletários a adaptação. Conforme a demanda do mercado capitalista, a jornada de trabalho é ampliada ou levemente

reduzida, sempre levando em consideração os interesses de acumulação e do lucro crescentes da agroindústria.

Assim, o tempo da produção e industrialização é determinado pelo capital, que impõe o ritmo e a intensidade a partir da necessidade do mercado, sobretudo, internacional.

Com média de abate de 238 mil aves por dia, a agroindústria amplia a produção de aves e a jornada de trabalho dos proletários, a fim de atender as exportações no tempo determinado pelo mercado internacional.

Assim, o capital absorve uma parte “importante do ‘tempo livre’ dos trabalhadores [...] para adquirir a ‘empregabilidade’, [transferindo] aos trabalhadores as necessidades de sua qualificação” (ANTUNES, 2009, p. 131), sejam através da ampliação da escolarização formal, a exemplo do CEJAX ou dos cursos profissionalizantes.

#### 4.2 EDUCAÇÃO/PROLETARIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO CEJAX: (RE)SISTÊNCIA OU ALIENAÇÃO FRENTE AO CAPITAL?

Na condição hegemônica de organização da educação formal pelo Estado burguês, este se apresenta como formador ideológico da classe trabalhadora para o capital, para a sociabilidade e destrutividade do mundo do trabalho e da produção, a partir da concepção dominante e dirigente do capital. Na perspectiva das classes dominantes, a educação dos trabalhadores deve ter a finalidade de habilitá-los social, técnica e ideologicamente para a venda da força de trabalho, subordinando a função social e transformadora da educação para as necessidades de manutenção do capital. Logo, para o empresariado capitalista se constitui como possibilidade de aumento da produtividade e acumulação da riqueza. Assim, a educação para a classe trabalhadora se dá em doses homeopáticas (GRAMSCI, 2005), na formação da mão de obra e da profissionalização como assalariados do capital, intensificando a ideologia neoliberal da polivalência e multifuncionalidade aos trabalhadores.

Socialmente o proletário é educado para a individualidade e a competição. Nesta lógica a agroindústria mantém a sede de recreação e esportes para garantir constantemente a competição esportiva entre os trabalhadores dos diferentes setores da empresa, que ocorre durante dois períodos ao ano.

Tecnicamente o trabalhador é treinado para atender a demanda crescente de produtividade do capital. Assim amplia a escolarização formal e busca frequentar cursos profissionalizantes, que o mantém em constante processo de formação para o capital, na condição de assalariado. A formação ideológica do trabalhador dá-se para a manutenção das condições destrutivas do capital, internalizando o consenso na classe trabalhadora através da educação formal, da mídia, dos cursos profissionalizantes, dos empresários etc.

Na contramão dessa concepção destrutiva proposta pela classe dominante, a luta da classe trabalhadora vem de encontro pela formação intelectual ou politécnica do homem omnilateral, do cidadão que pode controlar quem o governa. Este é um movimento que se trava na sociedade e no âmbito do Estado e se caracteriza como um espaço de contradições e mediações entre capital e trabalho. Neste movimento contraditório e dialético a

**Educação [...] se refere ao processo de formação omnilateral do ser humano e que tem nas práticas sociais o principal ambiente dos seus aprendizados.** Trata-se de considerar, centralmente, em um projeto educativo, que as pessoas se formam pela inserção em um determinado meio, sua materialidade, atualidade, cultura, natureza e sociedade, fundamentalmente através do trabalho que lhes permite a reprodução da vida e é a característica distintiva do gênero humano, é a própria vida humana na sua relação com a natureza, na construção do mundo (CALDART, 2011, p. 26, grifos do autor).

A educação, no sentido ontológico da palavra, diz respeito à formação do sujeito social concreto na sua totalidade, como transformador das condições destrutivas impostas pelo capital e sua superação através das práticas organizativas e de resistência dos movimentos sociais e sindicatos dos trabalhadores do campo e da cidade. Para Saviani e Duarte (2012, p. 31) “a educação não é outra coisa senão o processo por meio do qual se constitui em cada indivíduo a universalidade própria do gênero humano”. A socialização do conhecimento historicamente produzido pela humanidade deve estar a serviço dos filhos da classe trabalhadora, pois a superação das formas de divisão da sociedade capitalista é necessária e possível mediante “à formação plena dos seres humanos” (DUARTE, 2012, p. 154). Entretanto “A luta pela socialização do conhecimento é, portanto, um componente imprescindível da luta contra o capital” (DUARTE, 2012, p. 154), e sua superação. O acesso ao saber científico para a classe trabalhadora representa a formação em sua

plenitude, possibilitando o acesso ao conhecimento construído socialmente pela humanidade, pois

A transmissão do conhecimento científico, artístico e filosófico pela escola é de grande importância quando se tem a perspectiva da formação dos indivíduos na direção caracterizada por Marx, ou seja, da constituição da individualidade livre e universal. (DUARTE, 2012, p. 154).

Na perspectiva da classe trabalhadora, a educação se constitui a partir da apropriação de um conjunto de conhecimentos socialmente produzidos e no desenvolvimento das potencialidades e valores em defesa dos interesses sociais e econômicos. A educação como princípio educativo de superação do capital, compreende o desenvolvimento da atividade concreta do trabalho, como necessidade vital que produz objetos socialmente elaborados como valor de uso pela humanidade. “Por meio do trabalho, o ser humano incorpora, de forma historicamente universalizadora, a natureza ao campo dos fenômenos sociais” (SAVIANI; DUARTE, 2012, p. 21), ampliando as necessidades de sobrevivência e transformando-as em necessidades sociais.

Para Frigotto (1995), o trabalho na perspectiva ontológica se constitui quando o homem constrói coletivamente o mundo e a si mesmo, a partir das condições de sua existência sendo, portanto, princípio educativo da classe trabalhadora.

O trabalho como centralidade das condições de manutenção da vida humana, requer um sistema educativo emancipador para a classe trabalhadora, “[...] capaz de se organizar e lutar pelo seu direito ao **trabalho** e pela **superação das condições de alienação** que historicamente o caracterizam” (CALDART, 2011, p. 26, grifos do autor); e, portanto, que rompa com as condições de estranhamento a qual o proletário assalariado encontra-se inserido sob a égide do capital. O Estado capitalista de classes mantém o sistema institucionalizado da educação formal e seriada para os trabalhadores, que buscam ampliar a educação/escolarização para atender as demandas impostas pela indústria moderna.

Na medida em que avança a maquinaria no interior da indústria com o desenvolvimento da ciência e da tecnologia, há a necessidade de ampliar a educação/escolarização dos trabalhadores, num constante movimento dialético de interação e negação entre capital morto e capital vivo. Com o desenvolvimento da

tecnologia a partir da ciência, a indústria se moderniza, expande a produção e a intensidade do trabalho, que se simplifica ao ponto de

O trabalhador torna(r)-se tanto mais pobre quanto mais riqueza produz, quanto mais a sua produção aumenta em poder e extensão. O trabalhador torna-se uma mercadoria tanto mais barata, quanto mais mercadorias cria. Com a valorização do mundo das coisas aumenta em proporção direta a desvalorização do mundo dos homens. O trabalhador não produz apenas mercadorias; produz também a si mesmo e ao trabalhador como mercadoria, e isto na medida em que, de fato, produz mercadorias em geral (MARX, 2004, p. 80).

As determinações impostas pelo capital ao trabalhador são hegemônicas, que com a inserção da maquinaria moderna e das máquinas inteligentes, o trabalho desenvolvido no interior da indústria torna-se simples. O saber do proletário é capturado e transferido para a máquina, que sob o comando do capital amplia e moderniza a produção, sendo que

A própria criação do maquinário informacional mais avançado é resultado da interação ativa entre saber do trabalho (intelectual) dos trabalhadores que atuam sobre a máquina informatizada, transferindo parte de seus atributos ao novo equipamento que resultou desse processo [...] (ANTUNES, 2009, p. 271).

A incorporação das atividades subjetivas do trabalhador pelo capital, através das máquinas inteligentes, “são partes constitutivas do trabalho social, complexo e combinado, que cria coletivamente valor” (ANTUNES, 2009, p. 271); ao produto, na forma de mercadoria nas mãos do capitalista. Estabelece-se um complexo processo de relações entre trabalho, ciência e saber, configurando uma nova fase da produção capitalista do valor.

Nesta nova fase de apropriação e interação do saber operário com a máquina moderna, configura-se

[...] uma força de trabalho mais complexa, multifuncional, sintonizada com a fase da empresa enxuta, flexibilizada e toyotizada, em que a força de trabalho é explorada de maneira ainda mais intensa e sofisticada, material e imaterialmente, quando comparada à fase taylorizada-fordizada. (ANTUNES, 2009, p. 271).

Com a extração da mais valia, o capital explora materialmente o trabalhador no interior da empresa. Sendo atividades simples e constantes, o proletário

individualmente manuseia milhares de aves durante a jornada de trabalho. Assim um único trabalhador, desossa aproximadamente 20 coxas por minuto, ou 1200 por hora, porém sua remuneração não é maior caso amplie a produção ou menor caso venha a reduzi-la.

Consensualmente é chamado a opinar, dar ideias, sugerir melhorias no espaço produtivo da empresa ou do campo, contudo não lhe é permitido participar das decisões do capital, que se fecha no alto escalão administrativo e gerencial. O trabalhador é tido como parceiro e colaborador, mas o lucro concentra-se nas mãos do capitalista, que o explora na relação do mercado, sob a condição de compra e venda da força de trabalho.

Nas últimas décadas, de modo especial após os anos de 1980, tem-se uma nova reorganização do capital mundial com repercussões no Brasil, sendo a década de 90 considerada de grande impacto para as relações de trabalho e produção, com a abertura econômica no mercado internacional através da política neoliberal, onde tudo se compra e tem preço, inclusive a educação. Sendo o capitalismo um sistema de produção contraditório, suas investidas hegemônicas contra a classe trabalhadora são constantes. Com o auxílio do Estado, internaliza ideologicamente na educação/escolarização da classe trabalhadora o domínio e a manutenção do sistema capitalista enquanto condição necessária. A formação geral oferecida aos proletários pelo Estado mantém as atuais condições de exploração do capital, submetendo a classe trabalhadora ao trabalho assalariado. A escola formal sob o comando do Estado burguês internaliza ideologicamente a venda da força de trabalho ao capital como condição viável de sobrevivência dos trabalhadores.

Sendo o Estado capitalista um Estado de classes, busca (des)organizar a escola de acordo com as concepções e práticas das classes dominantes e dirigentes, que “[...], impõem uma educação para o trabalho alienante, com o objetivo de manter o homem dominado” (JINKINGS, 2008, p. 14). Sob o comando do Estado burguês e do capital

A escola [...] vem-se estruturando com vistas a formar, tanto em sentido amplo como em sentido estrito, um intelectual urbano de novo tipo, que apresenta como características principais o aumento da capacitação técnica necessária à reprodução ampliada das relações capitalistas de produção e uma nova capacitação dirigente, com vistas a “humanizar” as relações de exploração e de dominação burguesas, enquanto possibilidades históricas concretas (NEVES, 2005, p. 29).

Sob a hegemonia do Estado burguês, a escola vem formando intelectuais orgânicos<sup>25</sup>, que segundo as ideias e práticas da classe burguesa dominante “[...] a escola torna-se importante instrumento de difusão da pedagogia da hegemonia, ou pedagogia da conservação [...]” (NEVES, 2005, p. 29). O domínio do capital torna-se um instrumento diuturnamente presente na vida da classe trabalhadora, a fim de consentir ideologicamente a exploração como condição natural. No interior da indústria, os intelectuais orgânicos compreendem as funções de comando para o capitalista, como supervisores, encarregados etc., que realizam o controle sobre os proletários e parte do processo produtivo. São trabalhadores formados técnica e intelectualmente para comandar determinados setores da produção para o capital na indústria, visando à manutenção das relações hegemônicas de exploração e opressão do capital perante o trabalho, porém permanecem na condição de assalariados.

A escola torna-se nesse sentido um importante instrumento de internalização e manipulação das práticas de domínio da burguesia, que busca formar um novo intelectual orgânico, que interage com a máquina informatizada, com cultura ética e moral orientada para a reprodução ampliada das relações capitalistas de produção, “segundo os ideais, ideias e práticas da classe dominante e dirigente [...]” (NEVES, 2005, p. 29).

O CEJAX, organizado de maneira formal sob o comando do Estado, promove a escolarização dos trabalhadores para a manutenção das condições de assalariados da agroindústria. Dessa forma, os órgãos oficiais de educação estão levando os proletários à continuidade do sistema de alienação do trabalho pelo capital, reproduzindo valores que contribuem “[...] para perpetuar uma concepção de mundo baseada na sociedade mercantil” (JINKINGS, 2008, p. 12) de exploração do capital sobre o trabalho, enquanto (des)realização da classe trabalhadora. Sendo o CEJAX uma instituição de ensino

Que poderia ser uma alavanca essencial para a mudança, tornou-se instrumento daqueles estigmas da sociedade capitalista: “fornecer os conhecimentos e o pessoal necessário à maquinaria produtiva em expansão do sistema capitalista, mas também gerar e transmitir um quadro de valores que legitima os interesses dominantes”. Em outras palavras, tornou-se uma peça do processo de acumulação de capital

---

<sup>25</sup> São proletários que superam a técnica-trabalho para à técnica-ciência, a partir da escola sob o comando do Estado e do capital. Permanecem como especialistas, porém não se tornam dirigentes de sua classe. (Ver NEVES, 2005).

e de estabelecimento de um consenso que torna possível a reprodução do injusto sistema de classes. Em lugar de instrumento da emancipação, agora é mecanismo de perpetuação e reprodução desse sistema. (SADER apud MÉSZÁROS, 2008, p. 15).

O trabalhador é escolarizado para atender as necessidades imediatas de exploração do capital. No interior da fábrica é convidado para fazer parte das equipes dos Círculos de Controle de Qualidade, pensar estratégias de melhorias estruturais do setor de trabalho, enfim vestir a camisa da empresa, porém o poder de decisão não lhe é conferido. As sucessivas crises do capital e a redução dos lucros recaem como culpabilidade dos trabalhadores. As estratégias empresariais vão em direção de manter o domínio ideológico, interiorizando os interesses capitalistas sobre a classe trabalhadora. O proletário é induzido pelo capital como membro participante do sucesso da fábrica, no entanto não participa efetivamente do lucro, mas apenas do processo produtivo, na condição alienante e estranhada do trabalho assalariado.

No sistema capitalista a educação formal, tal como está organizada institucionalmente, reproduz as condições diversas de exploração do capital sobre o mundo do trabalho. Perpetuando a reprodução nas formas hegemônicas, pois “[...] as instituições de educação tiveram de ser adaptadas no decorrer do tempo, de acordo com as determinações reprodutivas em mutação do sistema do capital” (MESZÁROS, 2008, p. 42).

O Estado com a educação formal escolariza os trabalhadores para o trabalho assalariado, sendo sua formação voltada para atender a necessidade da indústria moderna e flexível do toyotismo. Logo o proletário é formado para atender a demanda da indústria moderna, que necessita do trabalhador flexível e com conhecimento mínimo geral, orientado para o trabalho simples no interior da agroindústria.

Segundo Frigotto (2010), há um processo de prolongamento da escolarização desqualificada sob a gestão do Estado burguês, que busca viabilizar a manutenção das relações sociais de produção capitalistas e, portanto, contraditórias entre o capital e o trabalho.

Assim, pensar a educação/escolarização na perspectiva da luta emancipatória, deve estabelecer vínculos entre educação e trabalho, com a seguinte afirmativa: “[...] digam-me onde está o trabalho em um tipo de sociedade e eu te direi

onde está a educação. Em uma sociedade do capital, a educação e o trabalho se subordinam a essa dinâmica” (SADER, 2008, p. 17). Para o capital, o trabalho alienado/estranhado se constitui na desrealização do trabalhador, na condição aviltante de assalariado. Segundo o autor a educação formal está posta para afirmar o processo de interiorização das condições que legitimam o “[...] sistema que explora o trabalho como mercadoria, para induzi-lo a sua aceitação passiva”. (Idem, 2008 p. 17); ou sua negação mediante a rebeldia da classe trabalhadora, que “[...] precisa redescobrir suas relações com o trabalho e com o mundo do trabalho, com o qual compartilha, entre tantas coisas, a alienação” (SADER, 2008, p. 17).

#### 4.3 CARNE E OSSO: A CONDIÇÃO PROLETÁRIA E A EDUCAÇÃO DOS TRABALHADORES DA AGROINDÚSTRIA

No atual estágio da era capitalista contemporânea marcada por profundas e rápidas transformações no mundo do trabalho e da produção, o trabalhador encontra-se na condição de precariedade e estranhamento do seu meio de vida, o trabalho. Sabe-se que a condição de proletário no modo capitalista de produção estabelece o divórcio entre o homem e os meios de produção, levando a condição de compra e venda do trabalho, ou seja, o preço representado pelo montante em dinheiro pago ao trabalhador na forma de salário. Celebra-se um contrato de compra da força de trabalho pelo capitalista sobre o trabalhador, que vende em troca de salário, ou seja, uma pequena parte em dinheiro repassada ao proletário para a manutenção das condições mínimas de reprodução social. Sabe-se que a condição de gerar valor a mercadoria é dada pelo trabalho, que no sistema capitalista se apresenta como contradição nas formas fetichizadas/alienadas do trabalho assalariado.

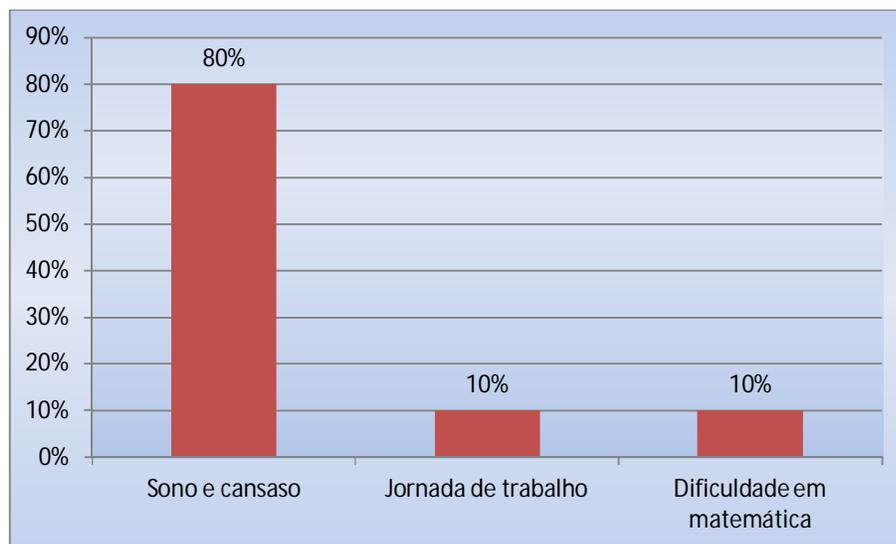
Entre a carne e o osso, o movimento das nórias, das máquinas e a agilidade do trabalhador polivalente da era flexível, as condições de trabalho no interior da agroindústria de carne no município de Xaxim condicionam os proletários a jornadas longas e intensas de atividades precarizadas.

Durante as entrevistas pode-se observar o acúmulo de cansaço da longa jornada de trabalho distribuída em sua maioria durante seis dias da semana, o sono e a falta de atenção dos trabalhadores, que durante o dia desempenham as mais

diversas atividades no interior da agroindústria e à noite frequentam o CEJAX, sendo três períodos na semana intercalados. Devido à elevada produtividade exigida dos proletários pela agroindústria, esgota as energias no processo produtivo, impondo a escola trabalhar minimamente os conteúdos curriculares, a fim de mantê-los matriculados. Os trabalhadores enfrentam inúmeras dificuldades de aprendizagem aos conteúdos curriculares como matemática, língua portuguesa, geografia, história etc., sendo que o capital os impossibilitou na infância o acesso e permanência na escola formal, devido às condições econômicas e sociais das famílias. Na atualidade retorna à escola como (re)sistência e enfrentamento ao processo de exclusão e ao desemprego estrutural, ocasionado pelo desaparecimento de algumas funções em decorrência da reestruturação do sistema capitalista. As dificuldades de aprendizagem e as condições de acesso e permanência da classe-que-vive-do trabalho na educação institucionalizada são na essência um processo de criação do capital e das contradições no centro do sistema, com a divisão das classes sociais e da educação/proletarização da massa proletária, sendo de um lado a escola formal organizada e direcionada para a classe dirigente e, de outro a formação escolar para a classe trabalhadora assalariada.

Dentre as principais dificuldades de aprendizagem escolar dos proletários da agroindústria, tem-se:

Gráfico 1. Dificuldades de aprendizagem dos trabalhadores na escola CEJAX



Fonte: Elaboração de Valdir Skrzypczak.

Conforme o gráfico percebe-se que 90% dos entrevistados afirmam que as dificuldades de aprendizagem no CEJAX estão relacionadas às longas jornadas de trabalho e a intensidade da produção, sendo que apenas 10% afirmam ter dificuldades relacionadas à disciplina curricular de matemática. Para a classe trabalhadora da agroindústria, o trabalho precarizado representa o principal desafio de permanência na escola formal.

Para a classe dominante e dirigente, a educação dos assalariados deve estar orientada aos conteúdos mais simples, ou seja, em doses homeopáticas, pois o capital busca diuturnamente educar a classe trabalhadora para o consenso, interiorizando objetivos de garantir o processo de reprodução e acumulação de riquezas, mantendo as atuais formas de exploração e extração da mais-valia da classe que vive do trabalho. Interessa a classe dirigente formar para o consenso, com vistas a humanizar as formas de domínio e exploração. Nessa concepção, o Estado que organiza a educação formal para a classe trabalhadora em geral

[...] longe de ser uma esfera separada do plano econômico, social e cultural – tal como a visão liberal a compreende, sofreu um intenso processo de ampliação [...] e hoje é dominado e dirigido por organismos privados de hegemonia da burguesia, que trabalham diuturnamente para obter o consenso do conjunto das classes sociais para o desenvolvimento de um modelo de sociabilidade que beneficia a conservação das relações de exploração vigentes. É precisamente por isso que as estratégias educacionais mais do que nunca ganham importância vital na difusão dos conteúdos, habilidades e valores ligados a esse modelo de sociabilidade. (FALLEIROS, 2005, p. 209-210).

Na sociedade do século XXI, a crise de sociabilidade é agravada, sendo que o individualismo deste tempo moderno traz dimensões nunca antes experimentadas. Vive-se uma nova organização do trabalho no interior da indústria moderna, com a gestão que impõe um grau de competição entre os trabalhadores nunca antes visto na história do capitalismo, que substitui a cooperação pela competição. Assim, a educação/escolarização dos trabalhadores volta-se para atender as necessidades de acumulação da indústria e do capital. O Estado de classes na qualidade de gestor do sistema educacional intensifica o processo de formação baseado nas habilidades e competências da classe trabalhadora, porém responsável pela “formação do ‘novo homem’, também na perspectiva da superação das relações capitalistas” (FALLEIROS, 2005, p.210). Para Gramsci (2000), o novo homem deve ser educado/escolarizado para pensar, dirigir ou controlar quem dirige, ou seja, a classe dominante (GRAMSCI, 2000), superando o atual modelo de produção e divisão de classes.

Torna-se imprescindível apontar alguns dados e resultados obtidos no decorrer das entrevistas com os trabalhadores da agroindústria. Foram entrevistados dez proletários da empresa Diplomata, na condição de estudantes do CEJAX. Estes proletários buscam ampliar a escolarização formal como perspectiva para a ascensão profissional no interior da fábrica ou mesmo a possibilidade de se libertar do trabalho degradante do frigorífico, buscando nova profissão. Dos entrevistados 50% frequentam o Ensino Fundamental II e 50% estão cursando o Ensino Médio.

Com média salarial de R\$ 950,00, os trabalhadores se submetem a realizar em média 30 horas extras mensais para complementar a renda. Para a agroindústria esta prática exploratória é extremamente vantajosa, pois os submete a jornadas prolongadas de extração do sobretrabalho na sua forma absoluta, haja vista que os trabalhadores permanecem na condição de exploração após cumprir a longa jornada de trabalho diária.

O trabalhador no interior da agroindústria é submetido ao trabalho simples e desqualificado, pois o faz sem exigir grande esforço intelectual. Na condição de atividade alienante, o proletário necessita ter atenção constante no movimento das nórias e esteiras que movimentam as aves, a fim de acompanhar o processo produtivo em ritmo acelerado de trabalho, sem permitir acúmulo. Assim, cada etapa do processo produtivo no interior da fábrica deve fluir de forma homogênea, a fim de

que a ave inteira ou em cortes possa ser enviada em tempo relativamente reduzido para o congelamento.

O trabalhador mantém-se de pé por várias horas diariamente, demonstrando as condições precárias do trabalho forçado no interior da agroindústria. São submetidos aos movimentos repetitivos, intensos e degradantes do trabalho assalariado que o capital oferece, conforme a foto 6.

Foto 6. Trabalhadores no setor de recepção de aves na agroindústria Diplomata



Fonte: Acervo particular de Valdir Skrzypczak.

O setor de recepção conhecido entre os trabalhadores como “pendura”, pois representa o primeiro setor da agroindústria que recebe as aves vindas do campo, se constitui na atividade repetitiva e intensa de pendurar as aves pelos pés em ganchos fixados nas nórias que se movimentam de forma rápida e contínua. Condicionados ao movimento das nórias, os proletários são mantidos durante várias horas do dia nas tarefas simples e repetitivas, como abrir a caixa, apanhar a ave e pendurá-la. Mantendo-se por várias horas em pé, o corpo deverá adaptar-se a rotina diária da produção, assim como os músculos e nervos ao movimento das esteiras e nórias que movimentam as aves.

O transporte das aves do campo para a agroindústria é realizado por meio de caminhões, no qual as aves são mantidas no interior de caixas adaptadas para o deslocamento nas esteiras. Após serem descarregadas dos caminhões, as caixas são deslocadas pelas esteiras, sendo que cada proletário pendura em média 25 aves por minuto, ou seja, em torno de 1.500 aves por hora de trabalho. Em um dia de trabalho a média chega a 12.000 aves por trabalhador, que repetem a atividade durante a semana, o mês e o ano, sendo as

consequências para a saúde do trabalhador as graves lesões nos nervos e músculos, reflexo da intensidade do trabalho precário da agroindústria. Cerca de 20% dos trabalhadores apresentam alguma disfunção na coluna, dores lombares, problemas nos músculos e ossos. (L.F. D. F., Entrevista, 17 abr. 2013).

Para 75% dos entrevistados o retorno e a ampliação da escolarização permitiu melhorar o manuseio das máquinas automatizadas no setor de trabalho, melhorou o salário e a comunicação com supervisores. Também

Pra para de sofre e pra ganha um pouco mais, [...] porque tipo assim o salário também aumentou melhor. Ficou mais melhor, as pessoas [colegas de trabalho] te olham de outro jeito, de outra maneira. A [...] comunicação melhora bastante, também hoje você é visto diferente, antes era bem mais humilhado NE. Porque é [...] **bastante humilhado pelo chefe**, por todos ali dentro [...]. (E. M. R., Entrevista, 07 nov. 2012, Grifo do autor).

De acordo com a entrevista o retorno à escola representa a (re)sistência às formas de opressão que o capital condiciona os trabalhadores a produzir e manterem-se calados, na tentativa de coibir possíveis tentativas de organização destes proletários e manter a produtividade da agroindústria. Devido à condição de crise financeira vivenciada na agroindústria os salários vêm sendo atrasados, possibilitando a organização e a paralização dos trabalhadores na indústria, que responde com a demissão das lideranças do movimento. A participação do sindicato da categoria é nula, sendo que o enfrentamento ocorre pela mobilização dos trabalhadores frente ao capital, prevalecendo a (re)sistência de grupos indígenas no interior da agroindústria e apoiados pelos demais trabalhadores. Assim os princípios da (des)organização da educação formal sobre o comando do Estado

[...] devem ser desatados do seu tegumento da lógica do capital, de imposição de conformidade, e em vez disso mover-se em direção a um intercâmbio ativo e efetivo com práticas educacionais mais abrangentes. (MÉSZÁROS, 2008, p. 58-59).

O processo de construção do saber é elaborado social e historicamente, a partir das relações sociais que os homens estabelecem na prática produtiva, sendo a escola uma parte do conjunto da produção e distribuição do conhecimento socialmente elaborado. Porém, “[...] mesmo existindo nas relações sociais, o saber é elaborado pela classe dominante, passando a assumir o ponto de vista de uma classe social, que o utiliza a seu favor” (KUENZER, 1988, p. 27), a partir do projeto

hegemônico articulado pelo capital, que financia a produção da ciência oficial em detrimento de seus interesses, apropriando-se privadamente dos resultados. O capital desenvolve e se apropria da ciência, moderniza a produção e simplifica o trabalho na indústria moderna. De um lado tem-se o pequeno grupo seletivo de trabalhadores altamente qualificados para atender as atividades mais complexas e de controle, de outro uma imensa massa de proletários desqualificados que desempenham tarefas parciais e simples do processo produtivo, cuja função é a geração de mais-valia para o capital. Assim, constata-se que no sistema capitalista tem-se o:

Quadro 3. Trabalhador (des)qualificado no toyotismo

Trabalhador desqualificado	Atividade simples/execução	Salário baixo
Trabalhador qualificado	Atividade complexa/controlado	Salário elevado

Fonte: Elaboração de Valdir Skrzypczak.

Nas atividades simples da agroindústria tem-se um proletário desqualificado, que executa diversas atividades diárias e com baixo salário. Para as atividades de gerência e comando, o trabalhador é qualificado, recebendo salários mais elevados a fim de controlar o processo produtivo para o capital.

O Estado promove a separação educacional, fruto da divisão técnica do trabalho e da produção, sendo teoria e prática, planejamento e execução para atender o capital, com o propósito de criar o trabalhador (des)qualificado ou de baixa escolaridade para a execução das tarefas mais simples e fragmentadas, como forma de alienar/estranhar o trabalhador do conhecimento amplo e elaborado do seu trabalho e um grupo de trabalhadores qualificados, com escolarização superior para o controle, que dominam o processo de elaboração do trabalho a serviço do capital, a exemplo dos supervisores e gerentes da produção no interior da agroindústria. Nesta lógica, constata-se que o saber não é democrático, pois

[...] no interior do processo produtivo, o trabalhador recebe a 'qualificação' que é conveniente aos interesses do capital, não devendo receber nem a mais, nem a menos, desenvolvendo-se um processo de distribuição desigual do saber, ao qual articula-se a escola(KUENZER, 1988, p. 28).

Nesta lógica, a escola formal e a empresa articulam-se no sistema capitalista de produção para a distribuição combinada e desigual do saber para a classe trabalhadora. Sob o capitalismo, “[...] o trabalho é ao mesmo tempo, determinante de qualificação e de desqualificação do trabalhador” (KUENZER, 1988, p. 29), sendo

que a escola formal, “[...] ao articular-se às necessidades do mercado de trabalho, serve ao capital” (KUENZER, 1988, p. 31). Porém, se

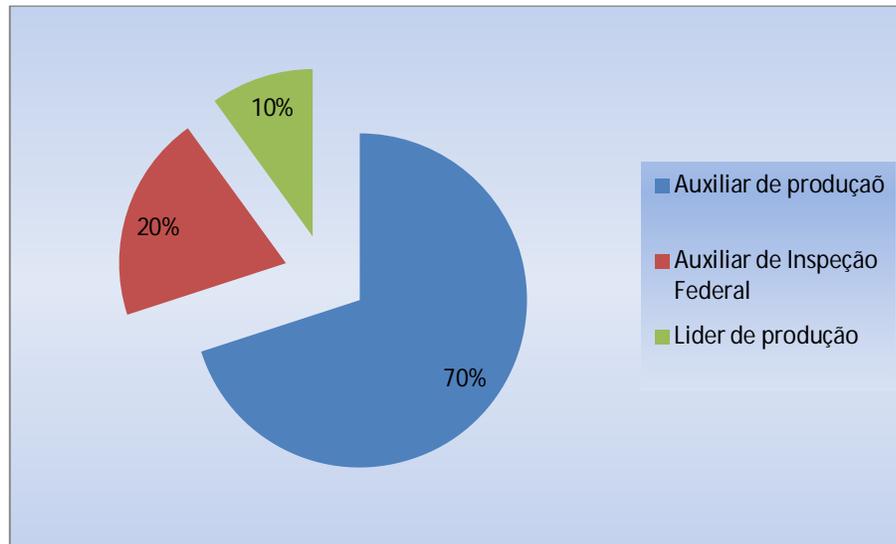
[...] os elementos progressistas da educação formal forem bem-sucedidos em redefinir a sua tarefa num espírito orientado em direção à perspectiva de uma alternativa hegemônica à ordem existente, eles poderão dar uma contribuição vital para romper a lógica do capital, não só no seu próprio e mais limitado domínio como também na sociedade como um todo (MÉSZÁROS, 2008, p. 59).

A tarefa primeira de negação ao sistema educacional formal e segregador é a formação da classe trabalhadora para a emancipação e libertação da ordem vigente estabelecida pelo capital hegemônico. Assim, “[...] nossa tarefa educacional é [...] uma transformação social, ampla e emancipadora” (MÉSZÁROS, 2008, p. 76); a fim de romper com as amarras do trabalho estranhado que o sistema capitalista condiciona o homem.

Na medida em que o capital e os sistemas educacionais se estruturam, a defesa pela universalização da educação torna-se dualista e fragmentada, sendo “[...] escola disciplinadora e adestradora para os filhos dos trabalhadores e escola formativa para os filhos das classes dirigentes” (FRIGOTTO, 1995, p. 34), ou seja, uma educação separatista e fragmentadora para os filhos da classe proletária, que são treinados para executar as tarefas produtivas do capital, em oposição à escola oferecida aos filhos da burguesia, formados para o planejamento e comando da produção.

A relação dos trabalhadores da agroindústria que frequentam o CEJAX compreende em sua maioria os auxiliares de produção, conforme o gráfico 2.

Gráfico 2. Funções dos trabalhadores na agroindústria



Fonte: Elaboração de Valdir Skrzypczak

Percebe-se que a maior parte dos trabalhadores da escola CEJAX são auxiliares de produção no interior da agroindústria, na qual desempenham funções simples e repetitivas como cortes, embalagem e pesagem, cuja remuneração salarial gira em torno de R\$ 852,00. Os auxiliares de Inspeção Federal são trabalhadores emprestados pela agroindústria para o SIF, que desenvolvem atividades de inspeção das aves. Exige-se a conclusão do Ensino Médio, com média salarial de R\$ 940,00, sendo um setor pretendido por parte dos trabalhadores que retornam à escola, devido à melhora salarial. Quanto aos líderes, são proletários com média salarial de R\$ 1.200,00 que coordenam um pequeno espaço da produção na indústria, a exemplo de uma esteira de desossa de coxas, com um número aproximado de vinte trabalhadores.

Os proletários da agroindústria constituem os sujeitos da negação das formas de alienação do trabalho estranhado/alienado no interior da indústria. Se a educação formal isoladamente não os liberta, porém é um caminho encontrado e seguido por muitos trabalhadores que buscam na escola a (re)sistência da opressão e as condições precarizadas do trabalho assalariado.

Assim muitos proletários ampliam a escolarização e mudam de profissão, rompendo a relação com a agroindústria. Além dos cursos técnicos profissionalizantes, o ensino superior vem proporcionando a possibilidade de ingressar em outras profissões, como exemplo a área da educação. São trabalhadores que rompem com a indústria para trabalhar como professores da educação básica no setor público, representando a (re)sistência frente a opressão do capital agroindustrial. De acordo com Mészáros (2008) a educação não se constrói apenas no interior da escola formal, mas a aprendizagem se dá em toda vida, é a nossa própria vida. Dessa forma, “[...] muito do nosso processo contínuo de aprendizagem se situa, felizmente, fora das instituições educacionais formais”

(MÉSZÁROS, 2008, p. 53). Esses processos não podem ser controlados e manipulados pelo sistema educacional formal, porém

Eles comportam tudo, desde o surgimento de nossas respostas críticas em relação ao ambiente material mais ou menos carente em nossa primeira infância, do nosso primeiro encontro com a poesia e a arte, passando por nossas diversas experiências de trabalho, sujeitas a um escrutínio racional, feito por nós mesmos e pelas pessoas com quem partilhamos e, claro, até o nosso envolvimento, de muitas diferentes maneiras e ao longo da vida, em conflitos e confrontos, inclusive as disputas morais, políticas e sociais dos nossos dias (MÉSZÁROS, 2008, p. 53).

São diversas as formas expressadas de (re)sistência dos trabalhadores às condições degradantes investidas pelo capital. Seja nos sindicatos, nos partidos políticos, nos movimentos sociais etc.; o proletário percebe a possibilidade de libertação e enfrentamento às formas de opressão capitalista. A busca por novas profissões através do ingresso nas escolas técnicas e universidades também caracterizam formas de libertação dos proletários ao trabalho estranhado/alienado no interior da agroindústria. Assim

Voltei [...] por livre espontânea vontade estuda [pretendo] cursa uma faculdade de professora de Educação Física, que é o que eu mais gosto de fazer; [...] voltei estuda porque achei que eu tava precisando assim pra mim consegui melhorar [...] (J. F. C., Entrevista, 29 out. 2012.).

Se a educação formal isoladamente não transforma e liberta o proletário para a sua emancipação, todavia representa uma possibilidade de ascensão profissional, na busca de romper com as formas de exploração e precarização do trabalho na agroindústria. A negação do trabalhador ao trabalho estranhado e degradante também é uma forma de libertação, pois o capital é contraditório no processo de produção e reprodução das condições sociais de existência, sendo a divisão do trabalho e a propriedade privada dos meios de produção a lógica de sua manutenção.

Pode-se constatar que a educação/escolarização dos trabalhadores está voltada para o trabalho assalariado, seja no interior da agroindústria ou nos diversos espaços da produção capitalista. Ou ascende em um novo posto de trabalho na indústria ou liberta-se, migrando para uma nova profissão no comércio, no serviço público etc., porém permanece na condição de trabalhador assalariado do capital.

Dessa forma, a emancipação do proletário frente ao trabalho alienado não se concretiza, pois

[...] a emancipação do trabalho não se confunde com tempo livre ou liberado, mas sim com uma nova forma de trabalho, que realize, em sua integralidade, a omnilateralidade humana, o livre desenvolvimento das individualidades, a plena realização e emancipação do ser social. (ANTUNES, 2006, p. 132).

A tarefa educacional da classe trabalhadora é, ao mesmo tempo, a tarefa de transformação social e emancipação, rompendo com as formas do trabalho alienado/estranhado conduzido pelo capital. A educação/escolarização dos proletários é tarefa imprescindível para essa condição “[...] histórica de transição de uma ordem social existente para outra, qualitativamente diferente” (MÉSZAROS, 2008, p. 76), rompendo com o sistema capitalista de produção e as formas do trabalho alienado.

#### 4.4 INTEGRAÇÃO: RELAÇÃO DIALÉTICA ENTRE AVICULTORES E AGROINDÚSTRIA

O estudo sobre o campesinato tem sido um desafio para vários geógrafos que buscam compreender o território e as diferentes territorialidades que se fazem presentes no campo brasileiro neste limiar do século XXI. O território compreendido a partir das relações de poder é o “[...] produto concreto da luta de classes [que] manifesta-se dinamicamente em suas várias configurações territoriais” (MIZUSAKI, 2009, p. 39). Como exemplo pode-se citar a região Oeste de Santa Catarina e as relações que se estabelecem entre o capital e os pequenos camponeses familiares integrados a agroindústria.

Na condição de trabalhadores sem vínculo empregatício, possuem relação contratual de produção e entrega da matéria-prima para a agroindústria. São camponeses familiares que dispõem de pequenos lotes de terra, sendo que 90% dos entrevistados possuem até 4,9 alqueires e apenas 10% possuem entre 5 e 10 alqueires, mantendo na avicultura integrada a possibilidade de renda fixa ao final de cada lote entregue. A construção física dos aviários varia conforme a possibilidade

econômica e de endividamento dos camponeses, prevalecendo até 1500m<sup>2</sup> por unidade produtiva familiar.

Gráfico 3. Construção física dos aviários por propriedade



Fonte: Elaboração de Valdir Skrzypczak.

Na distribuição dos aviários, constata-se que 90% dos camponeses dispõem de até 1500m<sup>2</sup>, sendo que 10% possuem 1000m<sup>2</sup> e 20% 1200m<sup>2</sup> de construção, ou seja, de apenas um galpão por propriedade. Porém 10% possuem 2500m<sup>2</sup>, mantendo na avicultura integrada com a agroindústria a principal atividade produtiva e de renda das famílias camponesas.

O trabalho na propriedade é, sobretudo, desenvolvido pela família, que mantém laços de sociabilidade e pertencimento com a terra. Segundo Wanderley (1999, p. 25)

A agricultura camponesa tradicional vem a ser uma das formas sociais de agricultura familiar, uma vez que se funda sobre a relação entre propriedade, trabalho e família. No entanto, ela tem particularidades que a especificam no interior do conjunto maior da agricultura familiar e que dizem respeito aos objetivos da atividade econômica, às experiências de sociabilidade e à forma de sua inserção na sociedade global.

Na tríade de relações entre o camponês familiar, o trabalho e a pequena propriedade estão sendo verificadas inúmeras transformações que vêm ocorrendo no campo brasileiro e no Oeste de Santa Catarina, a exemplo do sistema de integração com a agroindústria. São mudanças de ordem técnica e que no modo de produção capitalista estão voltadas para ampliar a produtividade e extrair a mais-valia do camponês familiar. A reestruturação produtiva, “[...] imprime

desdobramentos do capital nas novas relações de trabalho, dinamizados nos lugares [...]” (SCHLOSSER, 2005 p. 202), com a adoção de novas tecnologias. Na divisão social do trabalho e da produção, estas mudanças tendem a aumentar a dominação do capital sobre o trabalho. Assim as

[...] alterações na avicultura de corte que, até a década de 1970, era baseada em um sistema de produção familiar, ‘caipira’, em que as galinhas eram criadas soltas nos quintais das casas. [...] Um novo sistema de produção, que denominamos avicultura em escala industrial, estabeleceu novas relações de trabalho e produção no campo [...]. (MIZUSAKI, 2009, p. 31).

Esta lógica de relações específicas que ocorrem na avicultura são ditadas pelo capital industrial. A avicultura se apresenta como um sistema de produção integrada entre o capital e o trabalho, pois o camponês “aluga” parte de sua propriedade para a produção da matéria-prima para a agroindústria, através do sistema de integração, sendo possível devido ao caráter privado da renda da terra, pois a indústria compra a produção de aves para o abate e não a propriedade. Este processo de industrialização da agricultura não expropria a terra do camponês, porém “[...] sujeita a renda da terra aos interesses do capital” (OLIVEIRA, 1996, p. 72). A sujeição da renda da terra

[...] ocorre de várias maneiras: através do sistema de “integração”, em que o produtor deve entregar toda a sua produção à empresa; através da sua dependência em relação ao banco, quando realiza o financiamento para a construção dos barracões; através da dependência em relação aos equipamentos e medicamentos necessários (MIZUSAKI, 2009, p. 105).

Os investimentos na modernização da atividade avícola são oriundos dos financiamentos com os bancos, sendo que os avicultores tornam-se dependentes com maior expressividade do sistema financeiro, a qual o montante médio de dívida por avicultor fica em torno de R\$ 20.000,00. Assim o camponês familiar torna-se dependente da agroindústria no processo produtivo da integração e com os bancos na obtenção de financiamentos para modernizar a produção, ampliar a produtividade e tornar-se competitivo na relação com o capital.

Na relação dialética de produção no sistema de integração, o capital industrial controla os alojamentos das aves, o número de avicultores necessários e determina o valor a ser pago para o camponês familiar. Assim “[...] a renda recebida pelos

avicultores depende do desempenho do lote das aves criadas, da produção e da produtividade desse trabalho” (FLORES, 2009, p. 78). O rendimento está relacionado com a produtividade de cada lote, sendo que a estratégia adotada pela agroindústria está na quantidade total ou absoluta de aves alojadas. Busca-se alorjar em média 14 mil aves por lote de 1200m<sup>2</sup>, porém reduz o valor pago por unidade produzida. Nesta lógica cresce o valor absoluto da produção paga ao camponês, através do aumento da quantidade de aves alojadas, porém reduz o valor relativo do produto, ou seja, o valor por ave.

Entende-se que nestas circunstâncias o avicultor desenvolve o trabalho a domicílio, que segundo Marx (2011), representa a forma mais adequada de exploração do trabalho assalariado para o sistema capitalista, pois não possui qualquer obrigação trabalhista, como férias, descanso remunerado nos finais de semana, contribuição previdenciária, FGTS, etc., que o camponês familiar no sistema de integração com agroindústria não possui, sendo que recebe pela produção alcançada. O camponês emprega a força de trabalho familiar, que produz renda na forma de mercadoria, a ave, e esta na forma de dinheiro, com a produção avícola integrada, a qual é apropriada pela indústria capitalista. De acordo com Mizusaki (2009) o camponês avicultor “[...] vive a subordinação da renda fundiária gerada e que é drenada para esse setor industrial” (MIZUSAKI, 2009, p. 39). Assim, a produção de mercadorias deve ser compreendida como formação de valor enquanto processo de trabalho. Nas relações capitalistas da produção avícola integrada

São vários [...] os momentos e as relações envolvidas no processo, incluindo não somente o processo de trabalho e a formação de valor, mas também, o que envolve as relações de sujeição do capital no campo, que emerge como contradição no modo de produção capitalista. (MIZUSAKI, 2009, p. 37).

O campo não é hostil ao capital, pelo contrário, se adapta e moderniza-se para atender as necessidades impostas pelo capitalismo, sobretudo, urbano. Espaços e trabalhadores do campo são incluídos e excluídos de acordo com as necessidades impostas pela indústria, a exemplo da avicultura que

[...] tem a sua atividade (e com ela, o avicultor e a propriedade), capturados pelo capital industrial e pelo capital financeiro, que passam a ditar a lógica de todo o processo produtivo (desde a produção de matrizes até o abate). (MIZUSAKI, 2009, p. 104).

Na relação de produção integrada, a agroindústria capitalista expropria o saber do camponês familiar no processo produtivo, pois a cadeia produtiva está sob o interesse e comando do capital. Desconhece a raça das aves, os componentes da ração, os medicamentos, os insumos usados etc.; pois estão sob o comando da indústria. Assim o camponês integrado vive a forma estranha do seu trabalho, desconhecendo parte das atividades na relação de produção com o capital. Dessa forma

Não somente o conhecimento é subtraído do produtor, como seu ritmo de trabalho passa a ser determinado pelas prescrições técnicas da agroindústria. O delicado material genético com que ele trabalha, além da racionalização no uso dos insumos (quantidade certa distribuída em períodos prefixados), determinam que o ritmo do trabalho e sua distribuição estejam em grande parte fora do controle do produtor (SORJ; POMPERMEYER; CORADINI, 2008, p. 52).

Tanto o saber como o ritmo de trabalho são expropriados pela indústria, que determina o que, como e quando a produção deve ser realizada, caracterizando uma verdadeira desterritorialização do saber do camponês. A agroindústria através da integração retirou a capacidade de planejar a cadeia produtiva do camponês familiar. Sua capacidade de pensar a produção e organizar o trabalho na propriedade está condicionada a necessidade do capital. A vida do camponês está subordinada a produção, nem os finais de semana para passear, frequentar o clube da comunidade e jogar cartas estão disponíveis, pois integrar-se virou entregar-se a doutrina diária de produzir para o capital. Dessa forma “[...] a gente tá em segunda a segunda, quase que não tem domingo, não tem feriado, não tem noite, também tem que tá vigiando e cuidando [...]”. (A. P., Entrevista, 15 mar. 2012).

No sistema de integração com a agroindústria, o camponês mantém relação de produção diretamente com o capital, que comanda o processo produtivo e monopoliza o território pelas relações de poder.

Foto 7. Integração como (des)realização do trabalho camponês



Fonte: Acervo particular de Valdir Skrzypczak.

No interior do galpão o trabalho camponês é constante. A busca pelo melhor lote de aves na integração, direciona os camponeses a prática capitalista da competição no sistema de integração. Os cuidados com o ambiente, com a alimentação e com o solo do aviário devem ser diários, inclusive nos feriados e finais de semana. Na foto o camponês encontra-se movimentando o solo manualmente. O fornecimento da ração e da água para as aves são automáticos, sendo exigências da agroindústria e a modernização do campo.

Para a agroindústria o camponês deve transformar a propriedade em uma empresa, com a necessidade de gerenciar a produção, modernizar a propriedade e reduzir custos, sendo o lucro e o domínio da cadeia produtiva da indústria. Nessa lógica, o capital expropria a renda da terra, domina o saber do trabalho e das práticas produtivas no interior da propriedade, que antes da integração estavam sob o domínio do camponês familiar.

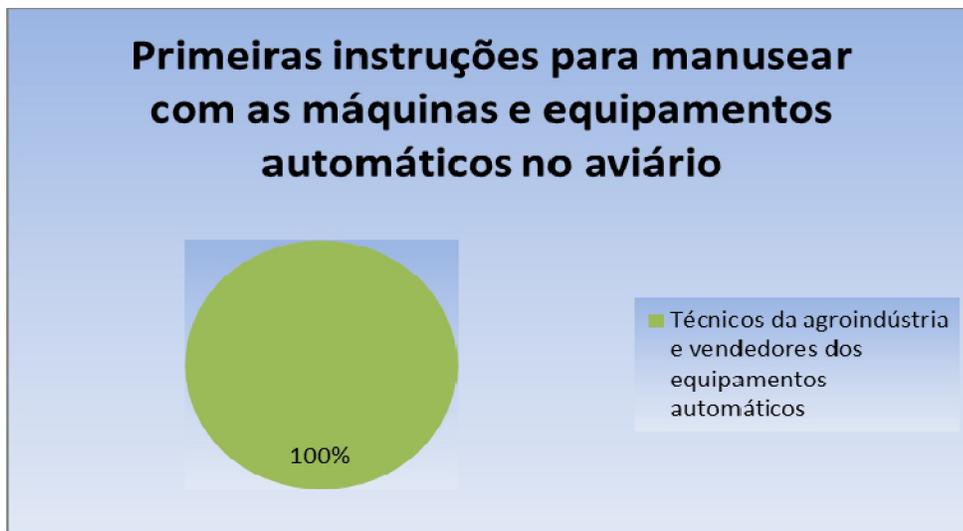
Na integração, os técnicos em agropecuária da agroindústria, sendo trabalhadores assalariados a serviço do capital, orientam o manejo da produção avícola e apresentam os novos pacotes tecnológicos de investimentos na propriedade, tais como os sistemas de alimentação e de temperatura do ambiente passam a ser automatizados. As máquinas e equipamentos estão entre os principais, pois são diretamente projetados para o aumento da produtividade do

camponês, e conseqüentemente dos lucros para a indústria. Dessa forma, o técnico representa um mediador que leva o conhecimento e o saber para o camponês, porém na lógica do mercado. Nesta lógica ocorre o processo de ensino/aprendizagem entre a indústria representada pelo técnico e o camponês, que tem o conhecimento e o saber prático da propriedade ignorado. Assim “Basicamente com a visita de um técnico ou revendedor ou mesmo na prática no dia a dia você vai vendo e vai aprendendo. [...] cada modernidade melhor pro produtor, melhor pra empresa” (D.P., Entrevista, 15 mar. 2012).

Além do técnico, há a presença do representante comercial, ou vendedor das indústrias de máquinas e equipamentos que se dirige até a propriedade para a venda e as orientações aos camponeses. Geralmente são apresentados pela primeira vez para o camponês pelo técnico da agroindústria, que orienta a compra de uma empresa efetivamente conhecida. A agroindústria determina de quem deverá adquirir o equipamento. Sob os ditames do capital, o camponês familiar “[...] tá assim aprendendo mais com o técnico [...] que ele dá a orientação e o cara que vende o equipamento ele dá assistência, ensinamento e no dia a dia assim no trabalho a gente já pega [...]” (A. P., Entrevista, 15 mar. 2012).

Observa-se que o técnico influencia na compra das máquinas e equipamentos na propriedade. Internaliza e envolve o camponês na lógica do mercado capitalista e da modernização da produção, ocasionando o aumento da produtividade no campo e conseqüentemente os lucros do capital agroindustrial. O técnico representa os interesses do capital na propriedade e, portanto, colabora para a chegada e a instrução das novas técnicas produtivas no sistema de integração. Pode ser considerado um “proletalista”, ou seja, um proletário que orienta e instrui os camponeses familiares às novas técnicas produtivas no sistema de integração com o capitalista, orientando a produção da matéria-prima para a agroindústria. Assim o técnico, na condição de trabalhador assalariado, representa os interesses do domínio e da opressão do capital urbano, representado pela agroindústria, sobre o campo e suas formas de organização da produção familiar e de subsistência, para a produção mecanizada e em larga escala da indústria. Pode-se constatar que o técnico e o vendedor das máquinas e equipamentos são os instrutores do camponês neste processo de produção para atender o capital, conforme o gráfico 4.

Gráfico 4. Primeiras instruções para manusear com as máquinas e equipamentos automáticos no aviário



Fonte: Elaboração de Valdir Skrzypczak.

Para o camponês familiar integrado, os técnicos e vendedores são pessoas que ensinam as práticas produtivas na propriedade. Os técnicos fazem a ponte das relações capitalistas entre a agroindústria e o camponês no sistema de integração, porém ambos são proletários unidos dialeticamente pelas contradições do capital.

Pode-se perceber a importância da boa relação do técnico da agroindústria com o camponês familiar integrado, sendo que os interesses do capital são repassados e incorporados a cada visita na propriedade. A um processo de educação/formação além das habilidades técnicas, sendo também psíquicas e subjetivas. A formação do camponês objetiva atender o capital, em torno do envolvimento e do consenso, internalizando os valores do modo de produção capitalista. Para Alves (2006), a educação é a própria reprodução social e, portanto, vai além da educação escolar formal. Dessa forma a educação/formação do trabalhador para o capital “[...] é todo sistema de internalização, com todas as formas visíveis e ocultas. Desse modo, a educação é o próprio sentido da reprodução social” (GEMELLI, 2011, p. 145, em referência a ALVES, 2006). Sendo o sistema capitalista dialético e contraditório, a resistência dos camponeses está em não atender em sua totalidade as exigências tecnológicas da agroindústria, a ampliação dos galpões etc., pois para isto necessitam recorrer em sua maioria aos empréstimos bancários, ao pagamento de juros e ao endividamento com o sistema financeiro.

O sistema capitalista envolve além da educação formal/institucionalizada, a formação para o trabalho técnico e profissional simplificado, porém para a manutenção das relações dialéticas de produção e reprodução do sistema capitalista. Assim o auxiliar de inspeção federal recebe treinamentos periódicos para conhecer e diagnosticar possíveis doenças encontradas nas aves, mas não conhece a totalidade do processo produtivo e do setor de Inspeção Federal na agroindústria. A formação parcial torna-os aptos para o trabalho simples de produção no interior da indústria e na

[...] continuidade desse modo de produção que busca englobar todas as esferas da reprodução social aos seus imperativos. O capitalismo tem como forma essencial para sua expansão e reprodução, a extração da mais-valia, por conseguinte, a formação/educação para o trabalho se torna um elemento crucial quanto à disponibilização de trabalhadores para o capital e à aceitação de formas precárias de realização do trabalho (GEMELLI, 2011, p. 145).

No espaço produtivo do campo, a educação/formação realizada pelo técnico da agroindústria busca interiorizar e envolver o camponês na lógica da produção e reprodução do capital, que encontra caminhos para: a formação subjetiva do trabalhador para o domínio; a internalização das formas produtivas baseadas na competitividade e no lucro; índices crescentes de acumulação; formação dos camponeses para atingir metas de produção, na lógica das habilidades e competências do mercado. Assim, o camponês é instruído a ampliar os galpões, alojar mais aves na propriedade, reduzir o tempo da produção, atingir metas propostas pela indústria, incluindo a conversão, com o máximo de peso das aves e redução de ração etc. As estratégias usadas visam à manutenção do domínio e a educação/formação/desqualificação de “[...] parcelas importantes de trabalhadores às bases para a reprodução da barbárie”. (GEMELLI, 2011, p. 146); O domínio é realizado nas relações de trabalho entre a indústria e o camponês e, sobretudo, na captura da subjetividade, envolvendo e internalizando a exploração e a extração da mais-valia como fatores comuns na relação. São necessários para a manutenção e reprodução do sistema capitalista, porém destrutivas para o conjunto dos trabalhadores camponeses, cuja renda da terra é expropriada pela indústria no sistema de integração.

A produção confinada está orientada para o ganho máximo do capital com a padronização das aves, dos sistemas de alimentação, do ambiente e da idade para o abate, mas estranhos para o camponês familiar na relação com a agroindústria.

Foto 8. Trabalho alienado na relação com o capital

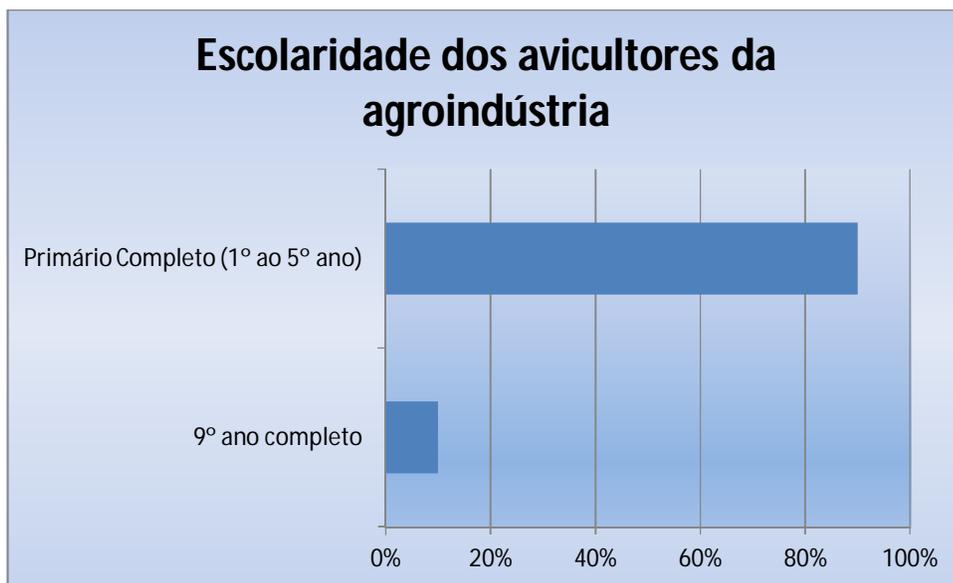


Fonte: Acervo da família Tonello. Adaptado por Valdir Skrzypczak.

O trabalho camponês no sistema de integração é extraído na forma de valor a partir das relações de exploração. Produzir matéria-prima para a agroindústria se constitui em uma forma ideal de extrair a renda da terra e se apropriar do saber construído socialmente pelos camponeses no trabalho com a terra.

Pode-se entender que a aprendizagem dos camponeses ocorre das relações estabelecidas com a terra antes da relação com o capital e alienadas/estranhadas após a relação com a agroindústria que, domina o saber sobre o produto do trabalho realizado pelo camponês. Constata-se baixo grau de escolaridade formal dos camponeses, fato observado durante as entrevistas.

Gráfico 5. Escolaridade dos avicultores na agroindústria

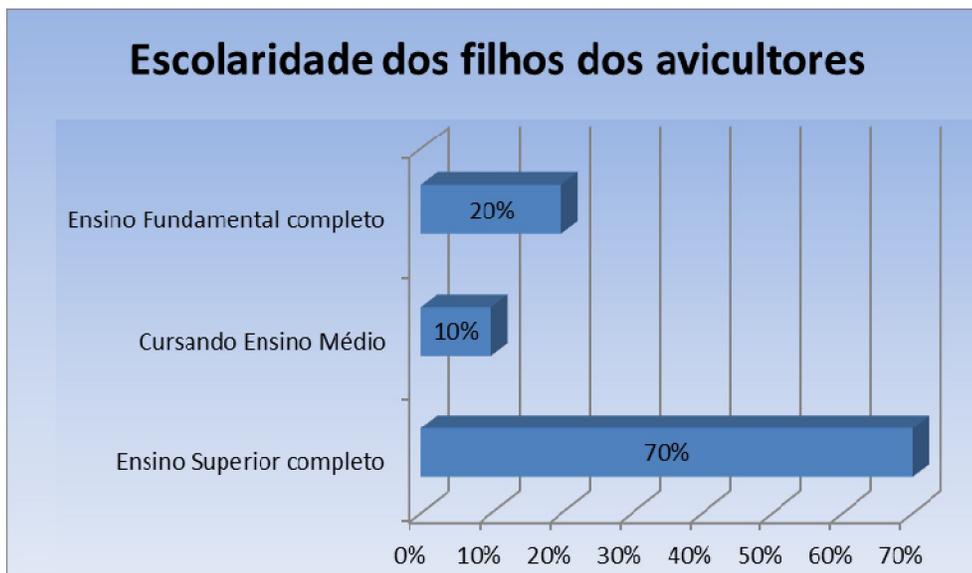


Fonte: Elaboração de Valdir Skrzypczak.

Pode-se constatar que 90% dos camponeses integrados na agroindústria Diplomata possuem o Ensino Fundamental I completo e apenas 10% concluíram o Ensino Fundamental II, representando de certo modo a baixa escolaridade no campo.

Para a maioria dos camponeses entrevistados, a escola formal não muda a realidade do trabalho na propriedade, sendo que 80% dos entrevistados não pretendem retornar aos bancos escolares para continuar na atividade avícola. A população jovem do campo não vê perspectivas na continuidade do trabalho integrado na propriedade e busca ampliar a escolarização como forma de (re)sistência às condições impostas pela agroindústria. Ampliam a escolarização na educação formal, concluindo o Ensino Fundamental e Médio e ingressam no Ensino Superior a fim de concretizar uma profissão e romper as relações com a agroindústria no campo.

Gráfico 6. Escolaridade dos filhos dos avicultores



Fonte: Elaboração de Valdir Skrzypczak.

Na medida em que a população jovem que reside no campo conclui o Ensino Superior, se desloca para a cidade em busca de emprego na área de formação, na condição de assalariados. Representam 70% dos entrevistados e trabalham em diversos municípios da região Oeste de Santa Catarina.

O caminho encontrado pela juventude camponesa está sendo a conclusão dos estudos e a migração para os centros urbanos em busca de emprego. Liberta-se das relações com a agroindústria no campo, mas continua inserido no ciclo de exploração do capital no espaço urbano. A educação formal os submete as condições de assalariados de outras indústrias, do comércio etc.; no entanto, a exploração capitalista permanece.

O camponês familiar está inserido na lógica da competitividade da indústria, sendo que investe na propriedade a fim de organizá-la e competir com outros integrados. A propriedade é modernizada, recebendo novas máquinas e equipamentos para o processo produtivo, visto que 80% dos integrados realizam a modernização a partir de financiamentos com os bancos. A organização externa visa atender o capital, como propriedade modelo a ser seguida e transformada pelos camponeses integrados. O portal de entrada identifica a avicultura e a relação com a agroindústria.

Foto 9. Propriedade camponesa familiar moderna



Fonte: Acervo particular de Valdir Skrzypczak.

O portal de entrada mostra as duas principais atividades da propriedade, sendo a avicultura e a apicultura, identificando a diversificação da propriedade camponesa moderna. Pode-se observar que a ave e conseqüentemente a avicultura encontra-se no ponto mais elevado do portal, representando a relação do camponês com o capital agroindustrial. A organização externa também representa à competição em relação aos demais camponeses familiares integrados a indústria.

Pode-se afirmar que os espaços do campo são hoje forçados a usar as características e possibilidades econômicas próprias em benefício do todo mundializado, para atender as necessidades imediatas de acumulação do capital. A indústria impõe as necessidades crescentes da produção e o campo se adapta técnica e socialmente para atendê-las. As determinações são impostas pelo capitalismo central que demanda de maior produtividade agrícola. Assim as indústrias atendem os interesses do capital internacional, reestruturando a cadeia produtiva e o ritmo de crescimento, visando ampliar os lucros. Estas mudanças extrapolam o interior das agroindústrias e chegam ao campo, reestruturando as pequenas propriedades camponesas familiares para atender as necessidades do capital, pois

[...] O cuidado na obtenção de matéria-prima, com qualidade, em menor espaço de tempo e com maior rendimento, dá-se com um intenso processo de modificação de toda cadeia produtiva. Isto quer dizer que todo o processo de produção da matéria-prima, ao longo deste tempo, tem passado por intensas transformações [...]. (ALBA, 2002 p. 112-113).

As mudanças vão desde a automatização dos aviários, passando pelo processo produtivo, levando em consideração os interesses da agroindústria que amplia o número de aves e reduz o tempo de engorda para o abate. Assim a agroindústria condiciona o camponês familiar às formas do trabalho alienado/estranhado, pois o processo produtivo no sistema de integração é dominado pela empresa e desconhecido pelo camponês.

A agroindústria expropria o saber do camponês sobre o trabalho, que antes da integração era realizado sem a interferência do capital. Na propriedade o quintal deu lugar ao aviário e a criação das galinhas “caipiras” livres ou soltas cede lugar à criação de aves confinadas e geneticamente modificadas. O camponês não comanda mais a produção, que está sob o comando da agroindústria, que determina o que, quando e como produzir, a partir das necessidades do capital, criando novas relações de trabalho e de produção fora do aviário, “[...] com a família, com outros avicultores, com o grande capital e seus representantes, com os técnicos e veterinários que prestam a assistência técnica, com os apanhadores<sup>26</sup> de frango” (MIZUSAKI, 2009, p. 208). São relações capitalistas entre a agroindústria e o camponês integrado, aonde o tempo e o ritmo de trabalho não se dão pela natureza, mas conduzidos pelo capital, pois “[...] não é o tempo da primeira natureza quem dita o ritmo de trabalho, mas o do frango reproduzido conforme o ritmo imposto pela biotecnologia” (MIZUSAKI, 2009, p. 208).

O ritmo de crescimento das aves ocorre a partir do tempo do capital, segundo as necessidades da agroindústria. Muda-se a genética, determina-se a cor das penas, programa-se o crescimento e o peso das aves com o uso da ciência e da tecnologia. O bem estar das aves é aparente, mas determinado pelo capital, que confina as aves em galpões, artificializa a alimentação e introduz a química por meio dos medicamentos e vacinas na pequena propriedade camponesa. As liberdades da

---

<sup>26</sup>São trabalhadores que apanham os frangos no interior do aviário após a engorda para o transporte até a agroindústria. São contratados por empresa terceirizada, porém do camponês integrado são descontados valores do lote para o pagamento da empresa. Na prática a agroindústria terceiriza o serviço e quem paga é o camponês

produção camponesa que antes eram determinadas pelo ritmo da natureza, hoje estão a serviço do capital, sob o comando da agroindústria.

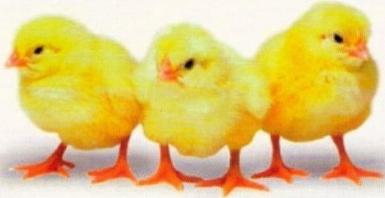
Quadro 4. Liberdades e bem estar capital

	<b>BEM ESTAR ANIMAL</b>		IT FC 03
	DEPTO: AGROPECUÁRIO		Revisão 00
	ELABORAÇÃO: AGROPECUÁRIO	CONTROLE DOCUMENTOS: CONTROLE QUALIDADE	Data: 27/08/2011

**BEM ESTAR ANIMAL**

Garantir as cinco liberdades:

- ✓ **Liberdade Fisiológica:** manter as aves livres de sede e fome;
- ✓ **Liberdade Ambiental:** manter as aves livres de desconforto;
- ✓ **Liberdade Sanitária:** manter as aves livres de dor, ferimentos/injúria ou doença;
- ✓ **Liberdade Comportamental:** manter as aves livres para expressar o seu comportamento natural;
- ✓ **Liberdade Psicológica:** manter as aves livres de sentir medo e estresse.



IT FC 03 – Instrução de Trabalho / Página 1 de 1

Fonte: Família Pavan. Adaptado por Valdir Skrzypczak.

O quadro foi elaborado pelo departamento de agropecuária da agroindústria Diplomata como instrução de trabalho no sistema de integração. A agroindústria determina a relação de trabalho do camponês com a produção avícola, segundo as necessidades impostas pelo capital. O folder de instrução de trabalho foi distribuído para os camponeses integrados e trabalhado pelos técnicos da indústria, como material de educação/formação no campo, no ano de 2011, devendo estar exposto no interior do galpão.

Para a agroindústria a dedicação dos camponeses no sistema de integração deve ser integral, pois o resultado depende do esforço e da administração na atividade. Assim as aves precisam estar bem alimentadas, o espaço no interior do aviário precisa estar limpo e desinfetado, a fim de evitar doenças no lote. Qualquer anormalidade no lote precisa ser imediatamente comunicada ao técnico da agroindústria. Nada deve interferir no comportamento das aves, pois precisam crescer de forma acelerada, segundo as necessidades determinadas pela indústria. Para o capital, a “liberdade” do camponês é vigiar diuturnamente o lote, pois a “[...] aceitação e boa vontade do avicultor são suficientes para um bom resultado” (N.P.F., Entrevista, 21 out. 2012). A vontade do camponês subjetivamente é o interesse da agroindústria em ampliar os lucros, sendo uma tarefa possível pela educação/formação do camponês pelo capital.

A presença do técnico na pequena propriedade camponesa estabelece a relação entre o capital e o camponês, determinada pela indústria. A educação/formação do camponês se dá a partir dos interesses da produção e acumulação da agroindústria. Sob o comando e a serviço do capital, os técnicos

[...] são as pessoas responsáveis por nos transmitir conhecimentos e conseqüentemente conseguirmos um melhor resultado do lote, diminuindo a conversão alimentar, diminuindo a mortalidade e melhorando a qualidade do frango e conseguindo assim mais lucros financeiros (N.P.F., Entrevista, 21 out. 2012).

As transformações no padrão técnico de produção constituem mudanças nas relações de trabalho, que no capital estabelecem a contradição. As relações de produção na propriedade “[...] são relações burguesas em que os seres humanos cada vez mais se tornam sociais, produzindo cada vez menos a sua existência” (ALBA, 2002, p. 35). A produção camponesa familiar está orientada “[...] para alguém de fora do seu meio” (ALBA, 2002, p. 35), a agroindústria, que expropria a renda da terra e o saber do processo produtivo, sendo o produto alienado/estranhado pelo produtor, o camponês.

A condição camponesa de integrado com a agroindústria é a própria contradição que constitui o sistema capitalista de produção, sendo o trabalho do camponês alienado a produção de mercadoria para a indústria. Na integração, o trabalho camponês perde o sentido da aprendizagem e do saber socialmente produzido, constituindo a negação e o domínio do processo produtivo pelo capital.

O saber da produção integrada encontra-se sob o poder da agroindústria, que domina a cadeia produtiva e mantém o camponês familiar produzindo matéria-prima na condição do trabalho estranhado do capital.

Assim, camponeses familiares integrados e trabalhadores assalariados da agroindústria representam formas diferenciadas encontradas pelo capital agroindustrial para a extração da mais-valia no campo e na cidade. Se camponês, se trabalhador representam a expressão da relação dialética e da luta de classes diária entre o capital e o trabalho, “[...] que se espacializa em novos conflitos e nas disputas que redefinem novos territórios” (THOMAZ JÚNIOR, 2011, p. 15).

Na condição de sujeitos sociais em movimento que criam e recriam novas formas de sociabilidade e de (re)sistência ao capital, representam extratos que vendem a força de trabalho enquanto medida de riqueza na forma abstrata, como referência para o valor e a acumulação do capital, porém são trabalhadores que imprimem ações de resistência e dispõe de possibilidades emancipatórias na perspectiva da classe que vive do trabalho.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A região Oeste de Santa Catarina representa uma das maiores concentrações de agroindústrias da América Latina, empresas que constantemente reorganizam o processo produtivo, alterando as relações de produção entre o capital e o trabalho, sendo o trabalhador do campo e da cidade escolarizado/qualificado para atender às novas exigências impostas pelo capital agroindustrial.

O trabalhador busca ampliar sua escolarização formal na tentativa de permanecer na nova reorganização da produção na agroindústria. Ao mesmo tempo em que os proletários do campo e da cidade se qualificam para atender os interesses do capital, se desqualificam, pois a agroindústria moderniza os setores da produção por meio da mecanização e simplifica as atividades. Tem-se, portanto, o movimento reverso da emancipação do trabalho para o trabalhador, pois na medida em que amplia a escolarização, o capital incorpora novas técnicas e tecnologias na produção da mercadoria, simplificando as etapas do trabalho no interior da fábrica, reduzidas a simples comandos e toques na máquina.

Entretanto, a educação formal institucionalizada acompanha o processo de simplificação do trabalho na indústria, sendo os conteúdos curriculares fragmentados e simplificados para atender o capital. A escolarização da classe trabalhadora está orientada para a diversidade das formas do trabalho assalariado e alienado que o capital impõe para a obtenção da mais-valia. Todavia, a educação formal encontra-se fragmentada e dividida, com a escola destinada para a classe trabalhadora e a escola para a classe dirigente, que tem a tarefa de comando para o capital.

Na pesquisa constatou-se que os camponeses familiares integrados e os trabalhadores da agroindústria vêm ampliando a escolarização, porém permanecem na condição de assalariados à indústria. Nesta lógica, o CEJAX está voltado para a formação dos trabalhadores da agroindústria, contudo não os liberta das condições de exploração do trabalho alienado/estranhado do capital.

A educação é compreendida como prática social, que na atividade humana estabelece as relações sociais e os embates das classes e das lutas sociais (FRIGOTTO, 1995). No primeiro capítulo houve a necessidade do resgate histórico para compreender a expropriação de índios e caboclos, com a chegada das empresas colonizadoras. As cercas chegam a terra e a comercialização dos lotes

caracteriza a vinda dos camponeses familiares do Rio Grande do Sul. Inicialmente com a produção de subsistência, os camponeses determinavam a produção e mantinham o saber sobre o produto na propriedade. Com a chegada das agroindústrias, a partir da década de 1940, o camponês perde o domínio sobre a produção e o produto do trabalho com a integração, que pertence ao capital na condição de apropriação da renda da terra.

A relação entre o campo e a cidade se desenvolve no município de Xaxim, com a presença da agroindústria, que modifica as relações de produção e de trabalho com o camponês. A produção no campo se dá a partir das necessidades de matéria-prima da indústria localizada na cidade. As inovações tecnológicas reorganizam a produção e originam novas atividades produtivas, porém simplificadas para os trabalhadores. Assim, os camponeses familiares integrados e os trabalhadores constituem a força de trabalho assalariada e precarizada da agroindústria, conforme o segundo capítulo da pesquisa.

Na lógica capitalista, os camponeses integrados e os trabalhadores da agroindústria desenvolvem atividades produtivas forçadas no processo de acumulação. Os trabalhadores ampliam a escolarização formal, no entanto permanecem na condição do trabalho alienado/estranhado. O que se verifica é o proletário mais escolarizado e na contramão o trabalho simplificado, ou seja, mais fácil e que exige cada vez menos o esforço intelectual. No campo, o camponês familiar mantém a relação de produção com a agroindústria no sistema de integração, produzindo a matéria-prima necessária para a industrialização, entretanto com a automatização dos aviários as atividades desenvolvidas pelo camponês são mais simples, exigindo um toque no painel de comando para definir a temperatura, por exemplo. A presença do técnico da agroindústria na propriedade representa a relação de instrução do capital com o integrado.

No interior da indústria o trabalhador amplia a escolarização formal realizando atividades simplificadas, como cortes de coxas, asas e peitos de aves, que não exigem esforços intelectuais para realizá-las, mas agilidade e movimentos repetitivos. Assim o proletário se escolariza no CEJAX, todavia não se liberta da opressão do trabalho estranhado/alienado da fábrica, temática estudada no terceiro capítulo.

Sendo o trabalho compreendido como princípio educativo, sua realização é fundamental e indispensável para o homem, “[...] é necessidade natural e eterna de

efetivar o intercâmbio material entre o homem e a natureza, e, portanto, de manter na vida humana” (MARX, 2011, p. 50). Entretanto, na relação capitalista de produção, o capital “[...] transforma o trabalho de criador da vida humana em alienador da vida do trabalhador” (FRIGOTTO, 1995, p. 32). O trabalho no sistema capitalista de produção torna-se alienado/estranhado pelo trabalhador, que o realiza na condição forçada de produtor de mercadorias. Assim, a educação/qualificação do trabalhador está subordinada as leis do mercado, na condição de assalariado, pois sua adaptabilidade e funcionalidade estão orientadas para o treinamento/adestramento de produzir.

Na lógica capitalista a indústria se moderniza, atende o capital internacional e reorganiza a produção, que no toyotismo exige ao proletário as condições de polivalente e multifuncional. A condição de flexibilidade garante a extração e acumulação crescentes da mais-valia pelo capital. Sob o comando do Estado capitalista, a educação formal atende as exigências da indústria e (des)qualifica o trabalhador, pois intensifica o processo de formação baseado nas habilidades e competências para o trabalho assalariado.

O capital morto se amplia, incorporado na presença cada vez crescente das máquinas e equipamentos informatizados no interior da fábrica capitalista, cuja produtividade é ampliada pelo ritmo e intensidade da produção de mercadorias, produzidas pela coletividade do trabalho, porém apropriadas individualmente pelo capitalista, sendo que

[...] se ao final do processo de trabalho o objeto produzido não mais pertence ao ser humano que o produziu, que o objetivou, isto é, dele se aliena, pertence a um outro ser humano, isto decorre de características específicas da forma como se organiza o trabalho num dado momento histórico, e não de uma suposta condição absoluta – natural ou divina – do processo de trabalho em si (ANTUNES, 2012, p. 29).

O resultado do trabalho é apropriado por outrem e não pelo trabalhador assalariado, caracterizando a alienação da produção assalariada, que no capitalismo representa a manutenção do sistema como um todo. A organização do trabalho num dado momento histórico corresponde à manutenção das condições sociais de existência, que no capital se divide em trabalhadores do campo e da cidade e capitalistas, que na produção de mercadorias estabelecem relações dialéticas, caracterizadas pela luta de classes entre o capital e o trabalho, a exemplo da

agroindústria e das formas de exploração do trabalho no campo (avicultura) e na cidade.

No capitalismo contemporâneo caracterizado pelo toyotismo, reduz-se o capital vivo expresso no trabalhador, simplificam-se suas funções no interior da indústria, pois o saber é expropriado e transferido para a máquina produtiva em expansão.

Nessa lógica, o trabalhador amplia a escolarização, tornando-se mais letrado (SANTOS, 1993), porém permanece sob os ditames do capital agroindustrial, como assalariado do campo e da cidade. Esta condição é posta ao trabalhador como forma de controle e domínio, pois a realização do trabalho parcial transfere o controle da produção para a indústria, pois detêm o conhecimento da totalidade sobre a cadeia produtiva.

Assim, para o trabalhador, urge a escolarização que supere “o saber fazer” na sua forma fragmentada, estranhada e “permita um ‘fazer pensado’, que alie teoria e prática” (KUENZER, 2011, p. 192) e lhe ofereça o saber socialmente produzido, na condição de sujeito social histórico.

Portanto, é necessária a escola transformadora, que desenvolve no trabalhador a educação para a emancipação e libertação das formas alienadas/estranhadas nas relações de produção com o capital, que “[...] produz conhecimento, cria habilidades e forma sua consciência” (CALDART, 2009, p. 101). Necessita-se da escola que “[...] vincule a educação às questões sociais inerentes à sua realidade [...]” (FERNANDES, 1999, p. 53), do campo e da cidade, e não a escola formal que reproduz e intensifica as atuais relações sociais de produção e reprodução do capital e atende os interesses da acumulação capitalista. Nesta lógica perversa, o capital transforma o trabalhador em simples produtor de mercadorias; o trabalho educativo passa a ser trabalho estranhado/fetichizado, orientando a produção do campo e da cidade as necessidades de manutenção das condições de exploração e extração da mais-valia da agroindústria sobre o conjunto dos proletários.

A classe trabalhadora se movimenta, cria e recria novas maneiras de resistir contra a opressão do capital. Nesse movimento de práxis da classe trabalhadora, a temática não se encerra nesta pesquisa, mas é meio para a realização de novos estudos que se pretende dar continuidade.

## REFERÊNCIAS

ALBA, Rosa Salete. **Espaço urbano**. Chapecó, SC: Editora Argos, 2002.

ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **Identidade, distinção e territorialização: o processo de (re) criação camponesa no Mato Grosso do Sul**. 2003. 391 f. Tese (Doutorado em Geografia) - UNESP, Presidente Prudente, 2003.

ALVES, Giovanni. BATISTA, Roberto Leme (Orgs.). **Trabalho e Educação – Contradições do Capitalismo Global**. Londrina: Editora Práxis, 2006.

ANTUNES, Caio. **A educação em Mészáros: trabalho, alienação e emancipação**. Campinas, SP: Autores Associados, 2012.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho**. 11.ed. São Paulo: Cortez, 2006.

\_\_\_\_\_. **Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. 2.ed. São Paulo: Boitempo, 2009.

\_\_\_\_\_. Trabalho e superfluidade. In: LOMBARDI, José Claudinei; SAVIANI, Dermeval; SANFELICE, José Luís (orgs.). **Capitalismo, trabalho e educação**. 3ª Ed. Campinas, SP: Autores Associados, Histedbr, 2005.

ARAÚJO, M. N. R. Educação de Jovens e Adultos (EJA). In: CALDART, Roseli S.; PEREIRA, Isabel B.; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio (orgs.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; São Paulo: Expressão Popular, 2012.

ARROYO, Miguel G.; CALDART, Roseli S.; MOLINA, Mônica C. Apresentação. In: ARROYO, Miguel Gonzalez; CALDART, Roseli Salete; MOLINA, Mônica Castagna (Org.). **Por uma educação do campo**. 2.ed. Petrópolis: Vozes, 2005. p. 7-13

ARROYO, Miguel Gonzales. A educação básica e o movimento social do campo. In: ARROYO, Miguel Gonzales; CALDART, Roseli Salete; MOLINA, Mônica Castagna (Orgs.). **Por uma educação do campo**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2005. cap. 2, p.65-86.

ARROYO, Miguel Gonzalez; CALDART, Roseli Salete; MOLINA, Mônica Castagna (orgs.). **Por uma educação do campo**. 4.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

BELLANI, Eli Maria. Município de Chapecó: legislação e evidências 1919-1931. In: CENTRO DE ORGANIZAÇÃO DA MEMÓRIA SÓCIO CULTURAL DO OESTE. **Cadernos de Organização da Memória do Oeste de Santa Catarina – CEOM**. Chapecó, SC: Grifos, 1989.

BEN, Marilucia. **Os “nós” da territorialização da Cooperativa Agroindustrial Lar no Oeste Paranaense**. 2011. 125 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Francisco Beltrão, 2011.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **IDEA**. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=rticle&id=180&Itemid=336](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=rticle&id=180&Itemid=336)>. Acesso em: 15 fev. 2013.

BRAVERMAN, H. **Trabalho e capital monopolista**: a degradação do trabalho no século XX. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

CAMPOS, Índio. **Os colonos do Rio Uruguai**: relações entre a pequena produção e agroindústria no Oeste Catarinense. 1978. 370 f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade Federal da Paraíba, Campina Grande, 1987.

CALDART, Roseli Salette. A Escola do Campo em Movimento. In: ARROYO, Miguel G.; CALDART, Roseli S.; MOLINA, Mônica C. (Orgs). **Por uma educação do campo**. 4. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

\_\_\_\_\_. Reforma agrária e educação. **Caros Amigos**, São Paulo, ano 15, n. 53, p. 26, 2011.

CARVALHAL, Marcelo Dornelis. Trabalho e Comunicação Sindical: Determinações Territoriais da Luta de Classes. In: THOMAZ JÚNIOR, Antonio; CARVALHAL, Marcelo Dornelis; CARVALHAL, Terezinha Brumatti. (Orgs). **Geografia e Trabalho no Século XXI**. Volume 2. Santa Cruz do Rio Pardo, SP: Editora Viena, 2006.

CENTRO DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (CEJAX). **Projeto político pedagógico**. Xaxim, 2012.

CORREIO DO POVO. Porto Alegre, 06 dez. 2003.

CRUZ, Dulcinéia da. **A formação do total trabalhador sadia**: um estudo de caso sobre o processo de qualificação dos trabalhadores na SADIA S.A. 2000. 159 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2000.

CRUZ, Roberto Moraes. Formação profissional e formação humana: os (des) caminhos da relação homem-trabalho na modernidade. In: AUED, Bernardete W. (org.). **Educação para o (des) emprego**: (ou quando estar liberto da necessidade do emprego é um tormento). Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

DIÁRIO CATARINENSE. Florianópolis, 10 set. 2003.

\_\_\_\_\_. Florianópolis, 09 out. 2003.

\_\_\_\_\_. Florianópolis, 15 out. 2003.

\_\_\_\_\_. Florianópolis, 16 out. 2003.

\_\_\_\_\_. Florianópolis, 19 out. 2003.

\_\_\_\_\_. Florianópolis, 07 nov. 2003.

\_\_\_\_\_. Florianópolis, 15 nov. 2003.

\_\_\_\_\_. Florianópolis, 21 nov. 2003.

DUARTE, N. Luta de classes, educação e revolução. In: SAVIANI, D.; DUARTE, N. (orgs). **Pedagogia histórico-crítica e luta de classes na educação escolar**. Campinas, SP: Autores Associados, 2012.p. 149-166.

ESPÍNDOLA, Carlos José. **As agroindústrias no Brasil: o caso Sadia**. Chapecó, SC: Ed. Grifos, 1999.

FALLEIROS, Ialê. Parâmetros curriculares nacionais para a educação básica e a construção de uma nova cidadania. In: NEVES, Lúcia M.W. (Org.). **A nova pedagogia da hegemonia: estratégias do capital para educar o consenso**. São Paulo: Xamã, 2005.

FERNANDES, Bernardo Mançano; ARROYO, Miguel. **A educação básica e o Movimento Social no Campo**. Brasília: Articulação Nacional Por Uma Educação Básica do Campo, 1999.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Diretrizes de uma caminhada. In: ARROYO, Miguel G.; CALDART, Roseli Salete; MOLINA, Mônica Castagna. (Orgs.). **Por uma educação do campo**. 4. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

FIOD, Edna Garcia Maciel. Politecnia: A educação do molusco que vira homem. In: AUED, Bernardete W. (org.). **Educação para o (des)emprego: (ou quando estar liberto da necessidade do emprego é um tormento)**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

FLORES, Edson Luiz. A relação de integração entre avicultores e indústria avícola no Sudoeste do Paraná. **Perspectiva Geográfica**, Francisco Beltrão, v. 1 e 2, n. 5, 2009.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação e a crise do capitalismo real**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1995.

\_\_\_\_\_. **A produtividade da escola improdutiva: um (re) exame das relações entre educação e estrutura econômico-social capitalista**. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

GRAMSCI, Antonio. **Cartas do cárcere: volume 2**. Trad. De Luiz Sérgio Henriques. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais**. O princípio educativo. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. V. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

GEMELLI, Diane Daniela. Frigoríficos de aves da Copagril: Mobilidade forçada e formação do trabalhador para o capital. In: THOMAZ JUNIOR, Antonio; PONTE, Karina Furini da; ALVES, José. (orgs). **Geografia e Trabalho no século XXI**. Vol. 6. Presidente Prudente, SP: Centelha, 2011.

HADDAD, Sérgio. A dimensão política da educação não formal. **Caros Amigos**, São Paulo, ano 15, n. 53, 2011.

HARACENKO, Adélia Aparecida de Souza. **O processo de transformação do território no noroeste do Paraná e a construção das novas territorialidades camponesas**. 2007. 626 f. Tese (Doutorado em Geografia) – USP, São Paulo, 2007.

HARVEY, David. **A condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1993.

HASS, Mônica. **O linchamento que muitos querem esquecer**. Chapecó, SC: Ed. Argos, 2003.

HENN, Cristiane Gretzler; SILVA, Karen Roberta Soares; HENN, João Dionísio. Territórios transformados: crise e falência da agroindústria Chapecó Alimentos e suas repercussões territoriais. In: SEMINÁRIO LATINO-AMERICANO DE SOCIOLOGIA RURAL, 8., 2010, Porto de Galinhas. **Anais...**Porto de Galinhas, 2010.

JAPIASSU, H.; MARCONDES, D. **Dicionário básico de filosofia**. Rio de Janeiro: Zahar, 1990.

JINKINGS, Ivana. Apresentação. In: MÉSZAROS, István. **A educação para além do capital**. 2. ed. Tradução Isa Tavares. São Paulo: Boitempo, 2008.

JORNAL O GUARANY LTDA. Xaxim, SC, 2004.

JORNAL SUL BRASIL. Chapecó, SC, 24 jun. 2003.

\_\_\_\_\_. Chapecó, SC, 10 set. 2003.

\_\_\_\_\_. Chapecó, SC, 03 out. 2003.

\_\_\_\_\_. Chapecó, SC, 25 nov. 2003.

KUENZER, Acácia Zeneida. **Pedagogia da fábrica**: as relações de produção e a educação do trabalhador. 8.ed. São Paulo: Cortez, 2011.

\_\_\_\_\_. **Ensino de 2º grau**: o trabalho como princípio educativo. São Paulo: Cortez, 1988.

\_\_\_\_\_. Exclusão includente e Inclusão Excludente: A nova forma de dualidade estrutural que objetiva as novas relações entre educação e trabalho. In: LOMBARDI, José C.; SAVIANI, Dermeval; SANFÉLICE, José Luís (Orgs). **Capitalismo, trabalho e educação**. 3.ed. Campinas, SP: Autores Associados; Histedbr, 2005.

LOWY, Michael. **As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Munchhausen**: marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento. Tradução Juarez Guimarães e Suzanne Felicie Léwy. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

MACCARI, Neiva Salete Kern. **Migração e memórias:**a colonização do Oeste Paranaense. 1999. 193 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1999.

MACHADO, L. R. de S. Educação básica, empregabilidade e competência.**Trabalho e Educação:** Revista do Núcleo de Estudos sobre Trabalho e Educação, Belo Horizonte, n. 3, 1998.

MARTINS, José de Souza. **Expropriação e violência:** a questão política no campo. São Paulo: Hucitec, 1980.

MARX, K. **Manuscritos econômicos filosóficos.** São Paulo: Boitempo, 2004.

\_\_\_\_\_. **O capital:** a crítica da economia política. Livro I. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996. v. 1 e 2.

\_\_\_\_\_. **O capital:** crítica da economia política. Livro I. 29. ed. Tradução de Reginaldo Sant'Anna. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

\_\_\_\_\_; ENGELS, F. **Textos sobre educação e ensino.** 4. ed. Tradução de Rubens Eduardo Frias. São Paulo, 2004.

MENDONÇA, Marcelo Rodrigues. A urdidura do capital e do trabalho nas áreas de cerrado. In: THOMAZ JÚNIOR, Antonio; OLIVEIRA, Ana Maria Soares de; GONÇALVES, Marcelino Andrade (Orgs.). **Geografia e Trabalho no Século XXI.** Presidente Prudente, SP: Centelha, 2007. v. 3

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital.**2. ed. Tradução Isa Tavares. São Paulo: Boitempo, 2008.

MIZUSAKI, Márcia Yukari. **Território e reestruturação produtiva na avicultura.** Dourados, MS: Editora da UFGD, 2009.

MOLINA, Mônica Castagna. Prefácio. In: CALDART, Roseli; PALUDO, Conceição; DOLL, Johannes (Orgs.). **Como se formam os sujeitos do campo?** Idosos, adultos, jovens, crianças e educadores. Brasília: PRONERA; NEAD, 2006.

NEVES, Lúcia Maria Wanderley (org.). **A nova pedagogia da hegemonia:** estratégias do capital para educar o consenso. São Paulo: Xamã, 2005.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A agricultura camponesa no Brasil.** São Paulo. Ed. Contexto, 1991.

\_\_\_\_\_. **A geografia das lutas no campo.** 6. ed. São Paulo: Contexto, 1996.

OLIVEIRA, Maria de. **Xaxim conta sua história.** Erechim, SC: Ed. Mazzochim, 1992.

PAIM, Elison Antonio. **Industrialização e educação.** Chapecó, SC: Ed. Argos, 2003.

PAULINO, Eliane Tomiasi. **Terra e vida: a geografia dos camponeses no Norte do Paraná**. 2003. 403 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista, Unesp, Presidente Prudente, 2003.

PELUSO JÚNIOR, Victor Antonio. **Estatuto de geografia urbana de Santa Catarina**. Florianópolis, SC: UFSC, 1991.

PIMENTA, Luiz Fugazzola. Cidades pioneiras e modernização no Oeste de Santa Catarina. In: SEMINÁRIO DE HISTÓRIA DA CIDADE E DO URBANISMO, 4., 1996, Rio de Janeiro. **Anais...**Rio de Janeiro: PROURB: UFRJ, 1996.

POLI, Jaci. Caboclo: pioneirismo e marginalização. In: CENTRO DE ORGANIZAÇÃO DA MEMÓRIA SÓCIO CULTURAL DO OESTE. **Para uma história do Oeste Catarinense: 10 anos de CEOM**. Chapecó, SC: Unoesc, 1995.

POLI, Odilon. **Leituras em movimentos sociais**. Chapecó, SC: Ed. Grifos, 1999.

PONTUSCHKA, Nídia Nacib; PAGANELLI, Tomoko L.; CACETE, Nuria (Orgs). **Para ensinar e aprender geografia**. São Paulo: Cortez, 2009.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RENK, Arlete Anélia. As representações da colonização, no oeste catarinense, a partir dos “brasileiros”. In: CENTRO DE ORGANIZAÇÃO DA MEMÓRIA SÓCIO CULTURAL DO OESTE. **Para uma história do Oeste Catarinense: 10 anos de CEOM**. Chapecó, SC: Unoesc, 1995.

RIBAS, Alexandre Domingues; SPOSITO, Eliseu Savério; SAQUET, Marcos Aurélio. **Território e desenvolvimento: diferentes abordagens**. Francisco Beltrão, PR: Unioeste, 2004.

ROSSETTO, Santo. Síntese histórica da região oeste. In: CENTRO DE ORGANIZAÇÃO DA MEMÓRIA SÓCIO CULTURAL DO OESTE. **Para uma história do Oeste Catarinense: 10 anos de CEOM**. Chapecó, SC: Unoesc, 1995.

SADER, Emir. Prefácio. In: MÉSZAROS, István. **A educação para além do capital**. 2. ed. Tradução Isa Tavares. São Paulo: Boitempo, 2008.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1993.

\_\_\_\_\_. **Espaço e método**. São Paulo: Nobel, 1992.

\_\_\_\_\_. **Manual de geografia urbana**. 2. ed. São Paulo, 1989.

\_\_\_\_\_. **Metamorfoses do espaço habitado: fundamentos teóricos e metodológicos da geografia**. 6.ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008a.

\_\_\_\_\_. **O espaço dividido**. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2004.

\_\_\_\_\_. **Técnica, espaço, tempo:** globalização e meio técnico-científico-informacional. 5.ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008b.

SAQUET, Marcos Aurélio. O território: diferentes interpretações na literatura italiana. In: RIBAS, Alexandre D.; SPOSITO, Eliseu S.; SAQUET, Marcos A. (Orgs). **Território e desenvolvimento:** diferentes abordagens. Francisco Beltrão: Unioeste, 2004.

SAVIANI, Dermeval. O trabalho como princípio educativo frente às novas tecnologias. In: FERRETTI, Celso João et al. **Novas tecnologias, trabalho e educação:** um debate multidisciplinar. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

\_\_\_\_\_; DUARTE, N. A formação humana na perspectiva histórico-ontológica. In: SAVIANI, D.; DUARTE, N. (orgs). **Pedagogia histórico-crítica e luta de classes na educação escolar.** Campinas, SP: Autores Associados, 2012.p. 13-36.

SINGER, Paul. **O capitalismo:** sua evolução, sua lógica e sua dinâmica. 6.ed. São Paulo: Moderna, 1991.

SORJ, Bernardo; POMPERMEYER, Malori J.; CORADINI, Odacir L. **Camponeses e agroindústria:** transformação social e representação política na avicultura brasileira. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008. Disponível em: <<http://www.bvce.org>>. Acesso em: 22 abr. 2013.

SKRZYPCZAK, Valdir. **Entrevista realizada com L. F. D. F., ex-médico da indústria Diplomata de Xaxim (SC).** Xaxim, 17 de abril de 2013.

\_\_\_\_\_. **Entrevista realizada com L. O. S., trabalhadora da empresa Diplomata de Xaxim (SC).** Xaxim, 13 de fev. de 2013.

\_\_\_\_\_. **Entrevista realizada com E. M. R., trabalhadora da empresa Diplomata de Xaxim (SC).** Xaxim, 07 de nov. de 2012.

\_\_\_\_\_. **Entrevista realizada com N. P. F., camponês integrado da indústria Diplomata de Xaxim (SC).** Xaxim, 21 de out. de 2012.

\_\_\_\_\_. **Entrevista realizada com supervisor chefe do setor de fomento da agroindústria Diplomata de Xaxim (SC).** Xaxim, 19 out. de 2012.

\_\_\_\_\_. **Entrevista realizada com A. S., ex-trabalhador da empresa Diplomata de Xaxim (SC).** Xaxim, 04 maio de 2012.

\_\_\_\_\_. **Entrevista realizada com J. F. C., trabalhadora da indústria Diplomata de Xaxim (SC).** Xaxim, 29 de out. de 2012.

\_\_\_\_\_. **Entrevista realizada com A. P., camponês familiar integrado da indústria Diplomata de Xaxim (SC).** Xaxim, 15 de março de 2012.

\_\_\_\_\_. **Entrevista realizada com D. P., camponês familiar integrado da indústria Diplomata de Xaxim (SC).** Xaxim, 15 de março de 2012.

\_\_\_\_\_. **Entrevista realizada junto à gerência da unidade agroindustrial de Xaxim (SC).** Xaxim, 17 dez. de 2011.

SCHLOSSER, Marli Terezinha Szumilo. **Rádio, consensos e dissensos:** o reverso do discurso e a crise da especialização agrícola (Extremo Oeste do Paraná 1980 – 2000). 2005. 402 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista, Unesp, Presidente Prudente, 2005.

SPOSITO, Eliseu Savério. **Geografia e filosofia:** contribuição para o ensino do pensamento geográfico. 3.reimp. São Paulo: Editora Unesp, 2004.

\_\_\_\_\_. A propósito dos paradigmas de orientações teórico-metodológicas na Geografia contemporânea. **Terra Livre**, São Paulo, n. 16, 2001.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. A questão cidade-campo: perspectivas a partir da cidade. In: SPOSITO, Maria E. B.; WHITACKER, Arthur M.. **Cidade e campo: relações e contradições entre urbano e rural.** 2 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

\_\_\_\_\_. Parâmetros Curriculares Nacionais para o ensino de geografia: pontos e contrapontos para uma análise. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; OLIVEIRA, A.U. (orgs). **Reformas no mundo da educação: parâmetros curriculares e geografia.** São Paulo: Contexto, 1999.

TESTA, Vilson Marcos et al. **O desenvolvimento sustentável do Oeste Catarinense.** Florianópolis, SC: Epagri, 1996.

THOMAZ JR., Antonio. Sinal dos tempos do capital: irreformabilidade e emancipação! In: THOMAZ JR., Antonio; PONTE, Karina Furina da; ALVES, José (Orgs). **Geografia e trabalho no século XXI.** Presidente Prudente - SP: Centelha, 2011. v. 6.

\_\_\_\_\_; CARVALHAL, Marcelo D.; CARVALHAL, Terezinha B. (Org.). **Geografia e trabalho no século XXI.** Santa Cruz do Rio Pardo, SP: Ed. Viena, 2006.v. 2

THOMPSON, Paul. **A voz do passado:** história oral. Tradução Lólio Lourenço de Oliveira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

WERLANG, Alceu. **A colonização do Oeste Catarinense.** Chapecó, SC: Ed. Argos, 2002.

## APÊNDICES

## Apêndice A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE

**Título do Projeto:** A educação/qualificação dos trabalhadores do campo e da cidade na lógica do capital agroindustrial, na cidade de Xaxim (SC).

### **Pesquisador responsável e colaboradores com telefones de contato:**

Prof<sup>a</sup>. Dra. Marli Terezinha Szumilo Schlosser (orientadora) Celular: (45) – 9912-0880

Valdir Skrzypczak (mestrando). Celular: (49) – 9927-4746

Convidamos o Senhor (a) a participar de nossa pesquisa que tem o objetivo de compreender como as famílias integradas e os trabalhadores da agroindústria são escolarizados para atender as exigências da agroindustrial local, sendo que para desenvolver a pesquisa torna-se necessário a realização de entrevistas, contextualizando com a realidade a qual se encontra a educação/escolarização dos trabalhadores das agroindústrias do Oeste Catarinense. A pesquisa e posterior dissertação compreendem um dos requisitos para a obtenção do título de mestre, junto ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, da Unioeste – campus de Francisco Beltrão. As publicações dos resultados serão apresentadas em eventos de caráter científico e em periódicos, respeitando constantemente a integridade dos entrevistados. A participação nesse estudo é voluntária e se você decidir não participar ou quiser desistir de continuar em qualquer momento, tem absoluta liberdade de fazê-lo. Para algum questionamento, dúvida ou relato de algum acontecimento os pesquisadores poderão ser contatados a qualquer momento. Serão omitidas todas as informações que permitam identificá-lo (a), e os dados serão utilizados apenas para fins científicos. O cancelamento de sua participação no projeto poderá ser feito a qualquer momento desde que informado aos pesquisadores previamente. O estudo vem de encontro com a necessidade de observar, analisar e compreender a escolarização/qualificação dos trabalhadores do campo e da cidade, no município de Xaxim (SC), sendo de suma importância para a implementação de políticas públicas que venham melhor atender as necessidades pela melhoria da educação dos trabalhadores do município. O TCLE será entregue em duas vias, sendo que uma ficará com o sujeito da pesquisa; que o sujeito não pagará nem receberá para participar do estudo; será mantido a confidencialidade do sujeito e os dados serão utilizados só para fins científicos; o sujeito poderá cancelar sua participação a qualquer momento; o telefone do comitê de ética é 3220-3272, caso o sujeito necessite de maiores informações; descrever o atendimento que será dado ao sujeito caso ocorra algum imprevisto durante a execução do projeto, mesmo que seja chamar o SIATE; descrever o atendimento será dado ao sujeito ao término do projeto.

Declaro estar ciente do exposto e autorizo \_\_\_\_\_ a participar da pesquisa (no caso de responsável por menor ou pessoa considerada legalmente incapaz).

Nome do sujeito de pesquisa ou responsável:

Assinatura: \_\_\_\_\_.

Eu, Marli Terezinha Szumilo Schlosser, declaro que forneci todas as informações do projeto ao participante e/ou responsável.

Francisco Beltrão, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_\_\_.

Apêndice B – Roteiro para entrevistas com os avicultores da agroindústria Diplomata  
no município de Xaxim - SC

1. Nome: \_\_\_\_\_
  - a) Idade: \_\_\_\_\_
  - b) Local de nascimento: \_\_\_\_\_
  - c) Escolaridade: \_\_\_\_\_
  - d) Data da entrevista: \_\_\_\_\_
  - e) Telefone para contato: \_\_\_\_\_
  - f) Município: \_\_\_\_\_
  - g) Comunidade: \_\_\_\_\_
  
2. Cônjuge:
  - a) Nome: \_\_\_\_\_
  - b) Idade: \_\_\_\_\_
  - c) Local de nascimento: \_\_\_\_\_
  - d) Escolaridade: \_\_\_\_\_
  
3. Qual o número de filhos: \_\_\_\_\_
  - a) Idade: \_\_\_\_\_
  - b) Local de nascimento: \_\_\_\_\_
  - c) Escolaridade: \_\_\_\_\_
  
4. Continua estudando no CEJAX (Ensino Fundamental)? Sim (  ) Não (  )  
Qual fase? \_\_\_\_\_.
  
5. Continua estudando no CEJA (Ensino Médio)? Sim (  ) Não (  )  
Qual fase? \_\_\_\_\_.
  
6. Quantos aviários possui? \_\_\_\_\_
  - a) (  ) 50m
  - b) (  ) 100m
  - c) (  ) 150m
  - d) (  ) 200m
  - e) mais de 200m \_\_\_\_\_.
  
7. Qual o tamanho da propriedade? \_\_\_\_\_
  
8. Trabalha com suinocultura? Sim (  ) Não (  )  
Quantos chiqueiros possui? \_\_\_\_\_
  
9. Costuma investir constantemente na atividade da avicultura? \_\_\_\_\_

10. Como vem modernizando o(s) aviário (s)?

- a) Equipamentos automáticos ( ) Quais? \_\_\_\_\_.
- b) Nipel ( )
- c) Comedouros automáticos ( )
- d) Aquecedores automáticos ( )
- e) Aquecedores manuais ( )

11. Quanto aos recursos financeiros para investimentos de modernização ou automatização, são?

- a) Próprios ( )
- b) Financiados( )
- c) Outros( ).

12. Como aprende a lidar com as novas máquinas e equipamentos automáticos na propriedade?

\_\_\_\_\_.

13. E no aviário, como aprende a lidar com os novos equipamentos automáticos?

\_\_\_\_\_.

14. Sente dificuldade em lidar com as novas máquinas e equipamentos modernos e automáticos na propriedade? E no aviário? \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

15. De que forma o técnico da agroindústria Diplomata auxilia no aprendizado dos equipamentos automáticos? \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

16. Quantas visitas recebe do técnico por lote? \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

17. O técnico costuma trazer e apresentar novas tecnologias para investir na propriedade? Como ele as apresenta? \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

18. A agroindústria lhe exige voltar a estudar? Sim ( ) Não ( ) Por quê? \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_.

19. Quais as vantagens em ser avicultor integrado? \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_.

20. Os rendimentos são satisfatórios com os investimentos na avicultura? \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_.

21. Pretende continuar na atividade avícola? Sim ( ) Em caso de não, para qual atividade? \_\_\_\_\_

22. É necessário voltar a estudar para continuar na atividade avícola/avicultura?

\_\_\_\_\_

23. Trabalha com outras atividades na propriedade? Quais?

\_\_\_\_\_

24. Procura realizar todas as exigências da agroindústria?

\_\_\_\_\_

25. Procura incentivar seus filhos a continuar na atividade avícola? Por quê?

\_\_\_\_\_

26. O que pretende fazer após a conclusão dos estudos no CEJAX/CEJA?

\_\_\_\_\_

27. Concluiu seus estudos no CEJAX/CEJA? Sim ( ) Não ( ).

28. O que mais influenciou seu retorno á escola?

a) Melhoria salarial Sim ( ) Não ( )

b) Melhorar no manuseio das máquinas e equipamentos Sim ( ) Não ( )

c) Opera qual (ais) máquina (s)? \_\_\_\_\_

d) Manuseia qual (ais) equipamento (s)? \_\_\_\_\_

29. Qual sua opinião sobre o método de ensino no CEJAX (Ensino Fundamental)?

\_\_\_\_\_

30. Qual sua opinião sobre o método de ensino no CEJA (Ensino Médio)? \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

31. Quais as maiores dificuldades enfrentadas na escola?

\_\_\_\_\_

32. Como vem/foi sendo sua aprendizagem no CEJAX/CEJA? (Escrita, leitura, cálculos, interpretação etc.).

\_\_\_\_\_

33. Como busca aprender a lidar com as novas tecnologias que chegam à propriedade?

---

---

Apêndice C – Roteiro para entrevistas com os trabalhadores da agroindústria no município de Xaxim – SC

- 1.Nome: \_\_\_\_\_  
a) Idade: \_\_\_\_\_  
b) Local de nascimento: \_\_\_\_\_  
c) Escolaridade: \_\_\_\_\_  
d) Data da entrevista: \_\_\_\_\_  
e) Telefone para contato: \_\_\_\_\_  
f) Município: \_\_\_\_\_  
g) Comunidade: \_\_\_\_\_

- 2.Cônjuge:  
a) Nome: \_\_\_\_\_  
b) Idade: \_\_\_\_\_  
c) Local de nascimento: \_\_\_\_\_  
d) Escolaridade: \_\_\_\_\_

- 3.Qual o número de filhos: \_\_\_\_\_  
a) Idade: \_\_\_\_\_  
b) Local de nascimento: \_\_\_\_\_  
c) Escolaridade: \_\_\_\_\_

4. Continua estudando no CEJAX (Ensino Fundamental)? Sim ( ) Não ( )  
Qual fase? \_\_\_\_\_.

5. Continua estudando no CEJA (Ensino Médio)? Sim ( ) Não ( )  
Qual fase? \_\_\_\_\_.

6. Com a ampliação da escolaridade, progrediu na empresa e melhorou o salário?  
Qual a média salarial?

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

7. O que pretende fazer após a conclusão dos estudos no CEJAX/CEJA? \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_.

8. Concluiu seus estudos no CEJAX/CEJA? Sim ( ) Não ( ).

9. Com a conclusão de seus estudos, trocou de profissão na empresa?  
Sim ( ) Não ( ).  
Em qual setor passou a trabalhar? \_\_\_\_\_.

10. O que mais influenciou seu retorno á escola?  
a) Melhoria salarial Sim ( ) Não ( )  
b) Melhorar no manuseio das máquinas e equipamentos Sim ( ) Não ( )  
c) Opera qual (ais) máquina (s)? \_\_\_\_\_.  
d) Manuseia qual (ais) equipamento (s)? \_\_\_\_\_.

11. Qual sua opinião sobre o método de ensino no CEJAX (Ensino Fundamental)?

---

---

12. Qual sua opinião sobre o método de ensino no CEJA ( Ensino Médio)? \_\_\_\_\_

---

---

13. Costuma trabalhar além da carga horária para fazer horas extras? Qual o número médio de horas extras mensais? \_\_\_\_\_

---

14. Pretende cursar uma faculdade e mudar de profissão? \_\_\_\_\_

---

15. Há quanto tempo trabalha na agroindústria? Qual o setor de trabalho?

---

---

16. Qual sua função na agroindústria? \_\_\_\_\_

---

17. Quais as maiores dificuldades enfrentadas na escola?

---

---

18. Quais as maiores dificuldades enfrentadas na agroindústria?

---

---

19. Quais as exigências impostas pela agroindústria para voltar a estudar?

---

---

20. Como vem/foi sendo sua aprendizagem no CEJAX/CEJA? (Escrita, leitura, cálculos, interpretação etc.).

---

---

---

Apêndice D – Roteiro para entrevista com a gerência da agroindústria Diplomata Industrial e Comercial Ltda. de Xaxim SC.

Nome: \_\_\_\_\_

Função: \_\_\_\_\_

1. Nome completo da Agroindústria. (Matriz ou filial)

\_\_\_\_\_.

2. Estados e cidades onde está instalada.

\_\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_.

3. Países de exportação dos produtos.

\_\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_.

4. Número de funcionários.

\_\_\_\_\_.

5. Qual a escolarização exigida para os funcionários da empresa?

\_\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_.

6. Quais os incentivos realizados pela empresa para ampliar a escolarização dos trabalhadores?

\_\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_.

7. A empresa possui parceria com alguma instituição de ensino, no intuito de melhorar a escolarização dos trabalhadores?

\_\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_.

8. Qual a escolarização exigida dos avicultores?

\_\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_.

9. Como o avicultor integrado é preparado/escolarizado com as novas tecnologias que chegam ao campo?

\_\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_.